RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2018

"Bragança faz-se com os cidadãos, com todas as suas gerações"

Bragança
Município

Ficha Técnica

Execução

IPI - Inovação, Projetos e Iniciativas, Lda.
Rua Rodrigo da Fonseca, 70 - 1º Dto.
1250-193 Lisboa

Telef. 213 825 460
Fax. 213 825 469

www.ipiconsultingnetwork.com
info@ipiconsultingnetwork.com

Promoção

Município de Bragança
Forte de São João de Deus
5300-263 Bragança

Telef. 273 304 200
Fax. 273 304 299

www.cm-braganca.pt
cmb@cm-braganca.pt

© créditos
das imagens da capa: Município de Bragança e IPI Consulting Network
da frase da capa: Presidente da Câmara Municipal de Bragança, www.cm-braganca.pt/pages/532

ÍNDICE GERAL

1. APRESENTAÇÃO ... 8
1.1. Mensagem do Presidente ... 8
1.2. A oportunidade do Relatório ... 10
2. BRAGANÇA – NÚMEROS EM DESTAQUE ... 12
2.1. População ... 12
2.2. Empresas ... 20
2.3. Ensino Superior ... 23
2.4. Emprego ... 22
2.5. Rendimento e Poder de Compra ... 23
2.6. Sustentabilidade e Qualidade de Vida ... 25
3. O NOSSO DESEMPENHO ... 32
3.1. GOVERNAÇÃO ... 32
3.1.1. Estrutura de Governação ... 32
3.1.2. Missão, Visão e Princípios de Atuação ... 34
3.1.3. Acessibilidades e Qualificação dos Serviços Municipais ... 29
3.1.4. Transparência e Prevenção da Corrupção ... 44
3.1.5. Cartas, Iniciativas Externas e Reconhecimentos ... 40
3.1.6. Relações Externas e Apoio à Comunidade ... 42
3.2. ECONÓMICO ... 52
3.2.1. Desempenho Económico ... 52
3.2.2. Presença no Mercado ... 62
3.2.3. Impactos Económicos Indiretos ... 70
3.2.4. Práticas de Compra ... 70
3.3. SOCIAL ... 78
3.3.1. Emprego ... 72
3.3.2. Relações Laborais ... 83
3.3.3. Saúde e Segurança no Trabalho ... 83
3.3.4. Formação e Educação ... 91
3.3.5. Diversidade e Igualdade de Oportunidades ... 95
3.3.6. Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres ... 98
3.3.7. Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Práticas Laborais ... 99
3.4. AMBIENTAL ... 100
3.4.1. Materiais ... 101
3.4.2. Energia ... 104
3.4.3. Água ... 111
3.4.4. Biodiversidade ... 111
3.4.5. Efluentes e Resíduos ... 119
3.4.6. Experiências e sistemas de Economia Circular ... 126
3.4.7. Conformidade ... 129
3.4.8. Proteção Ambiental ... 129
3.4.9. Avaliação Ambiental de Fornecedores ... 130
3.4.10. Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactos Ambientais ... 130
4. OS NOSSOS COMPROMISSOS PARA O FUTURO ... 134
5. O MÉTODO GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE ... 138
5.1. Os Standards GRI ... 138
5.2. Tabela de Correspondência entre o Relatório e a GRI ... 140
6. A EMPRESA E A EQUIPA (IPI) ... 144

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - População Residente, Concelho de Bragança ... 12
Figura 2 - População residente (%), por género, Concelho de Bragança, 2011 ... 13
Figura 3 - Distribuição da população (%), por grupo etário, Concelho de Bragança, 2001 e 2017 ... 14
Figura 4 - Distribuição percentual da população com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade mais alto completo, Concelho de Bragança, 2001 e 2011 ... 19
Figura 5 - Dez sectores de atividade mais representativos (%), Concelho de Bragança, 2016 ... 21
Figura 6 - Proporção de alunos do IPB com origem fora do Distrito de Bragança ... 20
Figura 7 - Proporção de diplomados pelo IPB que fica a exercer atividade profissional no Distrito de Bragança . 21
Figura 8 - População ativa (Nº), por género, segundo os Censos, Concelho de Bragança ... 22
Figura 9 - Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego e de formação profissional, face à população em idade ativa, Concelho de Bragança ... 23
Figura 10 - Organograma da Câmara Municipal, 2013-2017 ... 34
Figura 11 - Missão, Visão e Lema do Município de Bragança, 2013-2017 ... 35
Figura 12 - Website do Município de Bragança. Excerto à data de 20 de março de 2016 ... 31
Figura 13 - Exemplos de áreas de serviço e funcionalidades cobertas pelos serviços online ... 32
Figura 14 - Número de novos utilizadores dos serviços municipais online ... 33
Figura 15 - Atendimentos (nº) por ano, efetuados pelo Balcão Único ... 41
Figura 16 - Evolução global no Índice de Transparência Municipal pelo Município de Bragança ... 44
Figura 17 - Principais iniciativas e reconhecimentos na área da sustentabilidade ... 40
Figura 18 - Cidades com geminação com Bragança ... 41
Figura 19 - Áreas e entidades com participação do Município de Bragança ... 42
Figura 20 - Número de protocolos celebrados, por área de intervenção ... 43
Figura 21 - Investimento financeiro, por área de intervenção protocolada (Euros) ... 50
Figura 22 - Protocolos em vigor com associações locais, área do desporto e juventude ... 50
Figura 23 - Investimento financeiro, área do desporto e juventude (Euros) ... 51
Figura 24 - Valor económico direto gerado e distribuído, totais de receita e despesa (Euros) ... 54
Figura 25 - Receitas Correntes (Euros) ... 50
Figura 26 - Despesas Correntes (Euros) ... 52
Figura 27 - Prazo Médio de Pagamento (Dias) ... 61
Figura 28 - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (Dias) ... 62
Figura 29 - Evolução das Transferências e Subsídios obtidos (Euros) ... 62
Figura 30 - Investimento total anual (Euros) ... 71
Figura 31 - Total de investimentos e atividades, por funções (2014-2017) ... 72
Figura 32 - Investimento anual, por funções (Euros) ... 73
Figura 33 - Repartição do investimento (2014-2017) ... 75
Figura 34 - Contratação de novos trabalhadores (%), por género, 2014-2017 ... 80
Figura 35 - Percentagem de trabalhadores por antiguidade, 2017 ... 80
Figura 36 - Dias de ausência por motivo de proteção da parentalidade, por género ... 83
Figura 37 - Áreas de intervenção em saúde e segurança no trabalho ... 85
Figura 38 - Número de acidentes de trabalho (no local de trabalho *e in itinere*), por género ... 80
Figura 39 - Dias de trabalho perdidos por baixa derivada de acidente de trabalho, por género ... 80
Figura 40 - Duração das baixas por acidente de trabalho ... 87
Figura 41 - Dias de ausência do local de trabalho ... 87
Figura 42 - Dias de ausência do trabalho, por género ... 88
Figura 43 - Duração da baixa por acidente de trabalho, por género, 2014-2017 ... 90
Figura 44 - Ações de formação ministradas aos trabalhadores ... 91
Figura 45 - Composição por carreira e género do grupo dirigente, 2014-2017 ... 95
Figura 46 - Número de trabalhadores não-dirigentes, por carreira ... 90
Figura 47 - Número de trabalhadores portadores de deficiência ... 91
Figura 48 - Origem dos trabalhadores com nacionalidade estrangeira ... 98
Figura 49 - Evolução dos principais indicadores do balanço energético, Município de Bragança (Euros) ... 103
Figura 50 - Balanço energético do Município de Bragança (Euros) ... 104
Figura 51 - Evolução da relação consumo autorizado vs. perdas de água (%) ... 106
Figura 52 - Consumo de água autorizado vs. perdas de água na rede (m^3) ... 107
Figura 53 - Trabalhos executados pelo Município de Bragança, sector das águas ... 110
Figura 54 - Mapa da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica ... 111
Figura 55 - Mapa do Parque Natural de Montesinho ... 113
Figura 56 - Águas Residuais drenadas para ETAR, Concelho de Bragança (m^3) ... 119
Figura 57 - Trabalhos executados pelo Município de Bragança, sector do saneamento ... 121
Figura 58 - Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos ... 122
Figura 59 - Proporção da Recolha Seletiva dos RSU, Concelho de Bragança (ton.) (totais do quadriénio) ... 123
Figura 60 - Princípios da Economia Circular ... 126
Figura 61 - Instrumentos da Economia Circular ... 127
Figura 62 - Reportes (nº) registados através do serviço “Alerta Bragança”, por categoria de reporte ... 132

ÍNDICE DE QUADROS

Tabela 1 - Evolução (%) da população residente entre os anos 2001-2009 e 2009-2017 ... 12
Tabela 2 - Diferença (%) registada na população residente entre os anos 2011 e 2017, por género ... 13
Tabela 3 - Índice de Envelhecimento, 2001 e 2017 ... 14
Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente, em % da população residente, 2011-2017 ... 20
Tabela 5 - Empresas não financeiras (Nº), por sector de atividade, Concelho de Bragança, 2009 e 2016 ... 20
Tabela 6 - Classificação económica das empresas (não financeiras), por critério de pessoal ao serviço, Concelho de Bragança, 2009 e 2016 ... 22
Tabela 7 - Alunos (nº) do Instituto Politécnico de Bragança, por ciclo de estudos e ano letivo ... 23
Tabela 8 - Rendimento bruto declarado, por habitante e agregado fiscal, 2015 ... 23
Tabela 9 - Índice do Poder de Compra *per capita* ... 24
Tabela 10 - Classificação do Município de Bragança como Eco-Município, Programa ECOXXI ... 25
Tabela 11 - Composição da Câmara Municipal de Bragança no mandato autárquico 2013-2017 ... 33
Tabela 12 - Posição no ranking do Município de Bragança no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas ... 30
Tabela 13 - Evolução do Município de Bragança no Ranking da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas, por subcritério ... 32
Tabela 14 - Tempo médio de espera no atendimento no Balcão Único ... 42
Tabela 15 - Pontuação do Município de Bragança no ITM, por categoria ... 45
Tabela 16 - Desempenho do município de Bragança no Programa ECOXXI ... 41
Tabela 17 - Valor económico direto gerado e distribuído (Euros) ... 53
Tabela 18 - Verificação do cumprimento do equilíbrio orçamental (Euros) ... 54
Tabela 19 - Valor económico direto gerado e distribuído, variação da receita e despesa ... 55
Tabela 20 - Principal fonte de obtenção de receita ... 55
Tabela 21 - Comparticipações recebidas para projetos de investimento ... 51
Tabela 22 - Comparticipações recebidas para projetos de investimento, por área (Euros) ... 51
Tabela 23 - Despesas com Pessoal ... 52
Tabela 24 - Aquisição de Bens e Serviços ... 53
Tabela 25 - Transferências Correntes ... 53
Tabela 26 - Aquisição de Bens de Capital ... 60
Tabela 27 - Transferências de Capital ... 60
Tabela 28 - Valor económico direto gerado e distribuído (Euros), análise via DR ... 61
Tabela 29 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para a Agricultura e Pecuária ... 64
Tabela 30 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para a Floresta ... 59
Tabela 31 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para o Turismo, em especial no que respeita à sazonalidade ... 65
Tabela 32 - Contribuições para a Segurança Social na relação com outros indicadores ... 61
Tabela 33 - Transferências e Subsídios obtidos ... 62
Tabela 34 - Rácio entre o salário mais baixo e o Salário Mínimo Nacional ... 63
Tabela 35 - Número de colaboradores Mulheres e Homens com Salário Mínimo Nacional ... 63
Tabela 36 - Proporção do nº de pessoas da comunidade local em cargos de topo ... 70
Tabela 37 - Custos e investimentos segundo as áreas das Grandes Opções do Plano (Euros) ... 70
Tabela 38 - Proporção de custos com fornecedores locais ... 76
Tabela 39 - Trabalhadores em exercício de funções (Nº) ... 73
Tabela 40 - Taxa anual de contratação de novos trabalhadores ... 73
Tabela 41 - Motivos da saída de trabalhadores, total e por género, 2014-2017 ... 81
Tabela 42 - Trabalhadores eleitos (%) como representantes em matéria de segurança e saúde no trabalho ... 84
Tabela 43 - Número médio de faltas, por trabalhador ... 82
Tabela 44 - Dias de ausência do local de trabalho, por motivo ... 83
Tabela 45 - Número médio de horas de formação profissional por participante, por carreira profissional ... 92
Tabela 46 - Trabalhadores que conheceram mudanças nas suas situações laborais, por carreira e por género . 93
Tabela 47 - Número médio de trabalhadores por carreira, por género, 2014-2017 ... 90
Tabela 48 - Proporção de trabalhadores por grupo etário (%) ... 91
Tabela 49 - Processos disciplinares, por ano civil ... 93
Tabela 50 - Decisões proferidas no âmbito de processos disciplinares ... 93
Tabela 51 - Exemplos de materiais adquiridos pelo Município de Bragança (Euros) ... 102
Tabela 52 - Exemplos de materiais adquiridos pelo Município de Bragança com impactos relevantes no ambiente (Quantidades) ... 103
Tabela 53 - Eletricidade consumida pelo Município de Bragança ... 104
Tabela 54 - TOP10 dos maiores consumidores de eletricidade do Município de Bragança (kWh) ... 105
Tabela 55 - Combustíveis adquiridos pelo Município de Bragança ... 100
Tabela 56 - Consumo de gás natural pelo Município de Bragança (Euros) ... 100
Tabela 57 - Água entrada no sistema e respetivos destinos (m^3) ... 106
Tabela 58 - Recolha (Ton.) de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Concelho de Bragança ... 123
Tabela 59 - Despesas com proteção do ambiente e conservação da natureza (Euros) ... 129

1. APRESENTAÇÃO

1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Hernâni Dinis Venâncio Dias
Presidente da Câmara Municipal de Bragança

G4-1 Declaração do Presidente da Câmara Municipal sobre a relevância da sustentabilidade para a sua estratégia

Bragança é, hoje, um território inteligente, sustentável, inovador, competitivo, autêntico, inclusivo, criativo e participativo, com uma excelente qualidade de vida reconhecida por vários estudos externos, resultante de uma estratégia consistente e alicerçada numa estreita relação com os diferentes *stakeholders*, que diariamente ajudam a construir um concelho mais atrativo para Viver, Visitar e Investir.

Com o envolvimento e contributo de todos, nos últimos anos, Bragança evoluiu, conseguiu bons indicadores socioeconómicos, ganhou notoriedade e atratividade em diferentes domínios, sendo, hoje, um território mais próximo, de todos e para todos.

Pretendemos, pois, continuar a trilhar um caminho de progresso e desenvolvimento sustentável, promovendo e atraindo novos investimentos, capazes de alavancar a economia local e criar riqueza e emprego, através de projetos inovadores, de valor acrescentado e de elevado interesse público.

A problemática das alterações climáticas é uma preocupação à escala global e um forte desafio que a humanidade enfrenta atualmente. As consequências, previstas a médio e longo prazos, serão tão vastas que afetarão vários setores da sociedade, sendo importante a adoção de medidas que permitam retardar os seus efeitos.

É preciso que todos tomemos consciência desta realidade. Por isso, esta deve ser uma preocupação e um tema presentes na agenda de todos os governantes e decisores políticos, entidades capazes de definir estratégias e concertar posições para retardar, minimizar ou reduzir o impacto negativo que estas alterações terão sobre cada um de nós e nas gerações vindouras.

Consciente desta problemática, o Município de Bragança, desde há alguns anos a esta parte, tem tido a preocupação na adoção e fomento de medidas e de políticas ativas de promoção da sustentabilidade e amigas do meio ambiente, que permitiram alcançar o reconhecimento de Bragança como Ecocidade.

Ao nível da governação, continuaremos a apostar no conhecimento e capacitação dos trabalhadores, implementando as melhores práticas de gestão, pautadas pelo rigor e disciplina, promovendo a modernização e a prestação de serviços de qualidade, com a necessária transparência e ética, prosseguindo os 5 E´S: Economia, Eficiência, Eficácia, Excelência e Equidade.

Sendo as pessoas o centro da nossa atuação, a promoção da coesão social será um eixo vital, por forma a garantir iguais oportunidades para todos e a construção de um território mais inclusivo e solidário.

O presente relatório visa retratar e conhecer a atuação e desempenho do Município de Bragança, através da análise de quatro vetores: 1) Governação, Compromisso e Envolvimento; 2) Desempenho Económico; 3) Desempenho Ambiental e 4) Desempenho Social, promovendo a sua divulgação às partes interessadas, sejam elas internas ou externas.

1.2. A OPORTUNIDADE DO RELATÓRIO

G4-18 Definação de conteúdo e limites do Relatório de Sustentabilidade

O presente Relatório de Sustentabilidade foca a Missão, a Visão e os Valores que o Executivo municipal define e pratica, e apresenta, na Mensagem do seu Presidente, um compromisso para o presente e para o futuro do município.

A análise de desempenho realizada reparte-se por quatro grandes vetores e, cruzando as diferentes áreas de intervenção do município, avalia a performance e a sustentabilidade das opções estratégicas tomadas.

Governação	♦ no relacionamento com os *stakeholders* (comunidade, colaboradores, empresas) ♦ nas políticas (no seu papel de empregador e consumidor) ♦ nos compromissos com iniciativas externas (p. ex. protocolos e parcerias) ♦ na transparência e eficiência da relação com os cidadãos
Económico	♦ na ótica da sustentabilidade financeira do município ♦ na ótica dos impactos económicos das suas atividades na economia local
Social	♦ no que respeita a práticas laborais, a políticas de formação e a relações pessoais ♦ em programas educativos, culturais e projetos sociais
Ambiental	♦ no que respeita à eficiência ambiental da sua gestão direta ♦ na sensibilização e mobilização para boas práticas ambientais

O foco da análise deste trabalho é o período abrangido pelo mandato autárquico anterior, que se iniciou a 14 de outubro de 2013 e terminou no dia 20 de outubro de 2017. Não obstante, uma vez que a informação de natureza estatística é compilada e analisada para anos civis completos, a análise realizada abrange, com particular incidência, os anos de 2014 a 2017.

Este trabalho inclui, ainda, dados e informações relativos a 2018, na medida da sua disponibilidade e relevância. Sempre que pertinente, são feitas referências a períodos anteriores, tendo em conta que alguns dos projetos e iniciativas são de médio e longo-prazo e foram iniciados antes deste período de análise.

Para além da análise de desempenho, objetivo primeiro do Relatório de Sustentabilidade, o presente trabalho apresenta, também, um conjunto de compromissos para o futuro, a caracterização da Câmara Municipal enquanto órgão executivo do município, bem como os principais números em destaque no Concelho de Bragança no período abrangido pelo Relatório de Sustentabilidade. Finalmente, apresenta a metodologia aplicada[1] na sua elaboração, a qual estabelece os conteúdos e os limites a que deve obedecer a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

Os limites do Relatório de Sustentabilidade são impostos, ainda, pela capacidade (ou falta dela) dos serviços municipais, seja em termos de recursos humanos, seja em termos de meios técnicos ou de procedimentos organizativos, para gerir a informação de forma a poder ser facilmente interpretada e utilizada, quer pelos próprios serviços municipais, quer por entidades externas, como é o caso presente[2].

G4-28-31 Perfil do Relatório de Sustentabilidade

O presente Relatório de Sustentabilidade constitui-se como um instrumento transparente e independente[3], com o objetivo primordial de demonstrar o desempenho do Município de Bragança ao longo do último mandato autárquico (quadriénio 2013-2017). Cumulativamente, e já no exercício de novo mandato autárquico (quadriénio 2017-2021), o Executivo Municipal identifica e assume, neste Relatório de Sustentabilidade, compromissos para o futuro.

A opção pela elaboração do Relatório de Sustentabilidade decorre da consciencialização, no seio do município, da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, bem como da importância de transmitir de forma transparente, simples e apelativa, as opções governativas tomadas, o caminho percorrido e os resultados alcançados.

[1] A metodologia aplicada pela IPI Consulting Network baseia-se nos standards/normas da GRI (*Global Reporting Initiative*), que representam a melhor prática global em Relatórios de Sustentabilidade. Na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, a IPI Consulting Network segue as Diretrizes de Orientação mais recentes da GRI, as G4, segundo as quais lhe é atribuído o nível A.

[2] A este propósito convém referir a demora e dificuldade na obtenção de muita da informação necessária à realização do trabalho, o que se por um lado provocou atrasos na elaboração do Relatório de Sustentabilidade, por outro limitou a análise sobre alguns dos indicadores alvo.

[3] O presente Relatório de Sustentabilidade do Município de Bragança foi elaborado pela consultora **IPI Consulting Network** (www.ipiconsultingnetwork.com).

O Relatório de Sustentabilidade assume-se, assim, como sendo um meio de comunicar, interna e externamente, o trabalho realizado e a sua evolução em cada uma das vertentes da análise de desempenho: económica, social, ambiental e de governação. Esta forma de comunicação, cuja divulgação se pretende que seja concretizada em suporte papel e eletrónico, visa igualmente recolher a contribuição dos agentes locais e outras partes interessadas para o crescimento do Concelho de Bragança, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, através de uma maior transparência de governação, para tornar a sociedade mais justa, equilibrada e competitiva.

A elaboração do Relatório de Sustentabilidade contribui, também, para melhorar o posicionamento do município no Índice de Transparência Municipal[4]. Como benefícios adicionais deste instrumento, são ainda relevantes a melhoria da perceção dos serviços municipais para as questões abordadas e a atenção interna para o seu desempenho, bem como para o potencial para melhorar a eficiência operacional ou a possibilidade de monitorizar performances e identificar áreas que necessitam de ser melhoradas. É igualmente relevante a visibilidade que o Relatório de Sustentabilidade proporciona, até como afirmação do Executivo municipal, na sua opção de escolher o caminho do Desenvolvimento Sustentável.

Com este trabalho cumpre-se a primeira edição do Relatório de Sustentabilidade do Município de Bragança, à qual se seguirão certamente outras, por forma a assegurar a regularidade na informação pública acerca do desempenho do município.

[4] Este aspeto será tratado de forma mais desenvolvida nas páginas 34 e 35 deste relatório. Não obstante, é de salientar que, em 2013, o Município de Bragança ocupava a posição 17ª no ranking deste Índice de Transparência Municipal (ITM), com um ITM = 48. Em 2017, apesar de melhorar o seu ITM, aumentando para 50,13, o Município de Bragança desceu para 158º neste ranking. O que significa que muitos outros municípios melhoraram mais e a um ritmo mais elevado a informação que produzem e disponibilizam nos seus websites.

Bragança

“Identidade da Marca Bragança

Do Património Único, das Tradições Milenares, e da Força e Identidade, nasce, em 2015, com Paixão, Orgulho e Otimismo, a Marca Bragança.

Esta é a marca de todos os Bragançanos.”

© créditos
Normativo Gráfico da Marca Bragança, www.cm-braganca.pt/pages/530

2.

BRAGANÇA
NÚMEROS EM DESTAQUE

2. BRAGANÇA - NÚMEROS EM DESTAQUE

2.1. POPULAÇÃO

O Concelho de Bragança registou, no período 2001-2017, diferentes tendências quanto à sua população residente. Enquanto que entre os anos de 2001-2009 a evolução registada foi positiva (+1,5%), com o aumento do número de residentes no concelho em 515 habitantes, a partir do ano de 2010 observou-se uma tendência decrescente deste número (-5% entre 2009 e 2017), perdendo o concelho, neste último intervalo, 1.763 habitantes (Figura 1).[5]

Figura 1 - População Residente, Concelho de Bragança

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Esta tendência descendente nos últimos anos é semelhante à evolução registada na região Norte e no Continente, muito embora essas regiões a tenham sentido de forma menos vincada, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução (%) da população residente entre os anos 2001-2009 e 2009-2017

Área geográfica	Evolução 2001-2009	Evolução 2009 e 2017
Concelho de Bragança	**+1,5%**	**-5,0%**
Região Norte	+0,3%	-3,5%
Continente	+1,6%	-2,7%

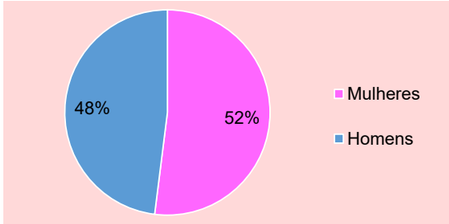
Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

[5] Importa fazer notar que os dados apresentados são estimativas ano-a-ano, do INE, pelo que os valores diferem ligeiramente dos dados censitários, também do INE (Censos 2001 e 2011).

Créditos da imagem: www.facebook.com/pg/municipiobraganca/photos

No Concelho de Bragança, e de acordo com o último Censo, as mulheres representavam 52% da população residente, enquanto os homens representavam 48% (Figura 2).

Figura 2 - População residente (%), por género, Concelho de Bragança, 2011



Fonte: INE - Censos 2011

A forma como cada um destes grupos populacionais tem vindo a evoluir é semelhante. Assim, entre 2011 e 2017, tanto o grupo dos homens como o das mulheres viram o seu número de efetivos a diminuir. Mais uma vez se verifica que as mulheres apresentam uma dinâmica menos desfavorável (Tabela 2).

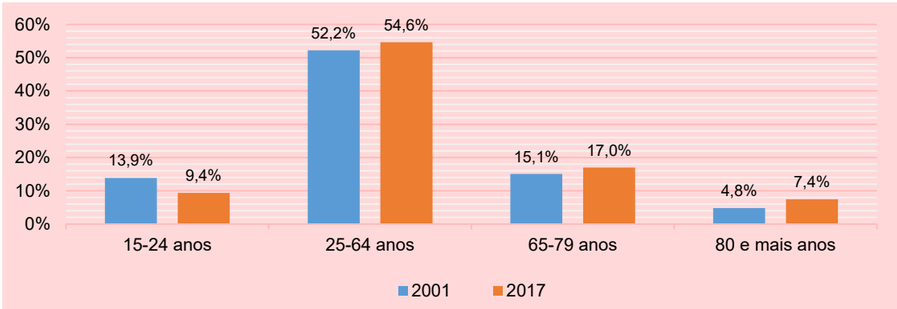
Tabela 2 - Diferença (%) registada na população residente entre os anos 2011 e 2017, por género, Concelho de Bragança

Área geográfica	Mulheres	Homens
Concelho de Bragança	**-4,3%**	**-4,8%**

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

No que concerne à distribuição da população por grupo etário, a situação é descrita no gráfico abaixo (Figura 3), por comparação entre os anos 2001 e 2017. Nos anos em análise, verifica-se uma diminuição dos efetivos nos grupos etários mais jovens (0-14; 15-24) e um acréscimo nos grupos etários mais velhos (25 e mais anos). De registar, de entre a população mais velha, o aumento significativo da percentagem de indivíduos em idade muito avançada (80 e mais anos), fruto do aumento da esperança de vida.

Figura 3 - Distribuição da população (%), por grupo etário, Concelho de Bragança, 2001 e 2017



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

A evolução registada na distribuição percentual da população por grupo etário é demonstrativa do envelhecimento da população, pela diminuição do número de efetivos mais jovens e aumento do número de indivíduos mais velhos, aspeto que igualmente se confirma pelos valores do Índice de Envelhecimento do concelho (Tabela 3).

Tabela 3 - Índice de Envelhecimento, 2001 e 2017

Área geográfica	2001	2017
Concelho de Bragança	**141,6**	**212,3**
Região Norte	80,7	153,3
Continente	104,8	158,3

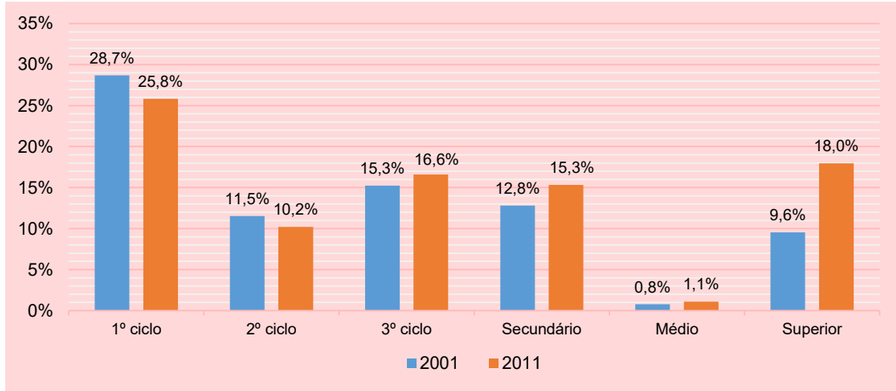
Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

À semelhança da região Norte e do território Continental, também o Concelho de Bragança tem vindo a aumentar o seu índice de envelhecimento, registando no ano de 2017, um rácio de 212,3 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 indivíduos menores que 15 anos de idade. No cômputo das três áreas geográficas analisadas, o Concelho de Bragança é aquele que, no intervalo analisado, registou Índices de Envelhecimento mais elevados.

No que concerne à escolaridade da população, com idade igual ou superior a 15 anos de idade, os dados são apresentados no gráfico seguinte (Figura 4).

A evolução dos níveis de escolaridade da população do Concelho de Bragança, no espaço dos dois últimos Censos, surge como um avanço social positivo. Enquanto o número de indivíduos com menor escolaridade diminuiu, o número de indivíduos com graus académicos mais elevados aumentou. De igual forma, a percentagem de população que não possui qualquer grau de escolaridade diminuiu significativamente.

Figura 4 - Distribuição percentual da população com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade mais alto completo, Concelho de Bragança, 2001 e 2011



Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

A presença de população estrangeira no Concelho de Bragança tem vindo a subir, quase duplicando entre 2011 e 2017, situação para a qual muito tem contribuído o Instituto Politécnico de Bragança. Na linha temporal analisada no quadro abaixo (Tabela 4), o Concelho de Bragança registou, assim, uma subida significativa face à presença de cidadãos estrangeiros no seu território. Em 2017, as nacionalidades com maior representatividade eram a Cabo-Verdiana (450 pessoas) e a Brasileira (303 pessoas) que, juntas, contabilizavam mais de 50% da população estrangeira residente no Concelho de Bragança.

Esta tendência destaca-se daquela verificada para a região Norte, com este indicador a registar uma subida muito ténue, e do território Continental que, no mesmo período, se manteve com a mesma proporção de população estrangeira.

Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente, em % da população residente, 2011-2017

Área geográfica	2011	2014	2017
Concelho de Bragança	**2,3%**	**2,4%**	**4,0%**
Região Norte	1,3%	1,2%	1,4%
Continente	4,2%	3,9%	4,2%

Fonte: INE - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

2.2. EMPRESAS

Entre 2009 e 2016, e tendo em conta todos os sectores de atividade económica, o Concelho de Bragança registou um acréscimo bastante relevante no número de empresas existentes.

Tabela 5 - Empresas não financeiras (Nº), por sector de atividade, Concelho de Bragança, 2009 e 2016

Sector de atividade	2009	2016
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	258	2.792
Comércio por grosso e a retalho	826	668
Alojamento, restauração e similares	413	349
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	347	305
Construção	454	303
Atividades de saúde humana e apoio social	284	286
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	289	233
Educação	368	196
Outras atividades de serviços	222	180
Indústrias transformadoras	151	131
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	50	65
Transporte e armazenagem	81	57
Atividades imobiliárias	45	52
Atividades de informação e comunicação	33	34
Eletricidade e distribuição de água, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	28
Indústrias extrativas	3	5
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0
Total	**3.828**	**5.684**

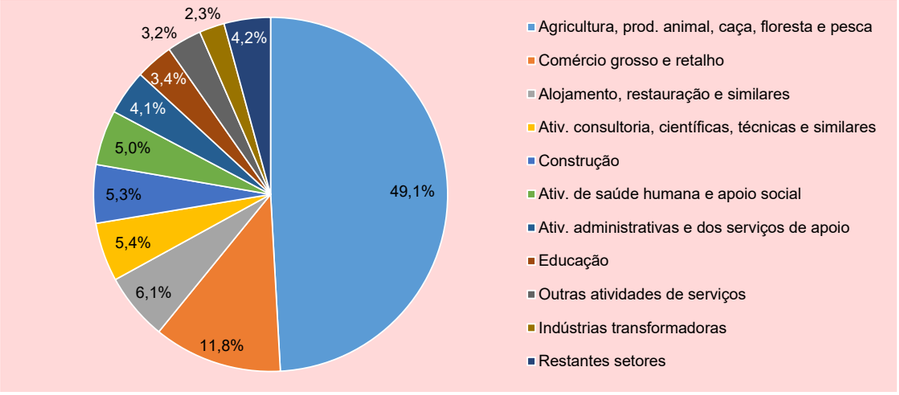
Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

Assim, e no espaço de sete anos, o concelho viu o seu número de empresas aumentar em 48,5%. Não obstante, foram, ainda que residualmente, mais os sectores económicos que diminuíram a sua presença no concelho (n=9), do que aqueles que viram a sua prevalência a subir (n=7). Contudo, registou-se um aumento muito expressivo num único sector, que contribuiu fortemente para o crescimento do tecido empresarial: o sector "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca"[6], que regista, por si só, um aumento de cerca de 980% das empresas registadas no período analisado.

Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt

Os dez sectores de atividade económica mais representados no concelho, em 2016, e que em conjunto perfazem mais de 95% das empresas não financeiras, individuais e coletivas, figuram no gráfico seguinte (Figura 5). Assim, o sector primário, logo seguido pelo sector dos serviços, ocupam posições destacadas no tecido empresarial do concelho.

Figura 5 - Dez sectores de atividade mais representativos (%), Concelho de Bragança, 2016



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

[6] O acréscimo de empresas do sector "Agricultura, prod. animal, caça, floresta…", entre 2009 e 2016, deve-se a ter existido, nesse período, um processo extraordinário de regularização/inscrição de empresas deste sector.

O número de empresas (não financeiras) existentes no concelho, segundo a classificação económica do número de pessoas ao serviço, é descrita no quadro seguinte (Tabela 6).

Tabela 6 - Classificação económica das empresas (não financeiras), por critério de pessoal ao serviço, Concelho de Bragança, 2009 e 2016

Pessoal ao serviço	Ano	
	2009	2016
Microempresa (<10 pessoas)	3.724	5.584
Pequena empresa (10-49 pessoas)	100	94
Média empresa (50-249 pessoas)	4	5
Grande empresa (>250 pessoas)	0	1
Total	**3.828**	**5.684**

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

Conforme se pode observar no quadro, o tecido empresarial do concelho é maioritariamente constituído por microempresas, registando-se um menor número de pequenas empresas. As médias empresas assumem um lugar residual. Regista-se, e apenas a partir do ano de 2011, a existência de uma grande empresa, cuja atividade económica se situa no sector automóvel e que é responsável por uma importante fração de emprego no Concelho de Bragança.

Créditos da imagem:
www.diariodetrasosmontes.com/noticia/faurecia-abre-segunda-fabrica-com-400-postos-de-trabalho

2.3. ENSINO SUPERIOR

Para além dos estabelecimentos de ensino dos níveis de escolaridade obrigatória, o Concelho de Bragança destaca-se por ter uma instituição de ensino superior público, o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), com cinco Escolas Superiores: Agricultura (ESA); Educação (ESE); Tecnologia e Gestão (ESTiG); Comunicação, Administração e Turismo (EsACT)[7]; Saúde (ESSa). O IPB assume-se, assim, como a entidade dinamizadora do acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida no Concelho de Bragança.

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt

Observando o número total de alunos do IPB, em cada ano letivo (Tabela 7), verifica-se que estes equivalem a cerca de 20% do total da população residente no Concelho de Bragança (abstraindo o facto da EsACT estar localizada em Mirandela), o que gera um impacto muito importante nas diferentes dinâmicas do concelho, nomeadamente na económica[8].

Tabela 7 - Alunos (nº) do Instituto Politécnico de Bragança, por ciclo de estudos e ano letivo

Ciclo de estudos	Ano letivo					
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
CET (1)	1.006	928	-	-	-	-
CTeSP (2)	-	-	630	1.013	1.015	1.106
Licenciatura	4.544	4.612	4.887	4.937	5.347	5.662
Pós-Graduação	77	116	57	18	8	32
Mestrado	786	645	798	873	945	1.085
Total	**6.413**	**6.301**	**6.372**	**6.841**	**7.315**	**7.885**

(1) CET - Curso de Especialização Tecnológica
(2) CTeSP - Curso Técnico Superior Profissional

Fonte: Instituto Politécnico de Bragança

[7] A Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo fica situada no Concelho de Mirandela.

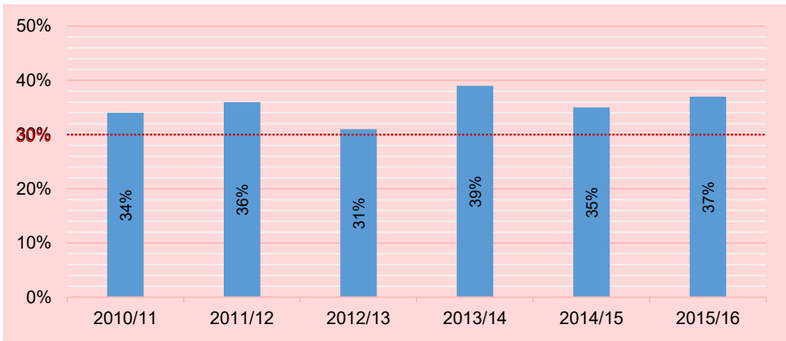
[8] Em tempos passados, era a presença de instituições militares em Bragança que contribuía também para a dinamização do concelho e da região envolvente.

Créditos da imagem: http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/

Globalmente, entre 2013/14 e 2018/19, o Instituto Politécnico de Bragança aumentou o número de alunos em cerca de 23%, o que significa, se considerarmos que a população residente do concelho tem vindo a diminuir (recorde-se a Figura 1), que a importância relativa desta população estudantil no Concelho de Bragança tem vindo a ganhar, ano após ano, cada vez mais relevo.

Estes dados[9] assumem ainda mais relevância quando se percebe que uma parte significativa destes alunos tem origem fora do Distrito de Bragança. Como se pode observar na Figura 6, a proporção de alunos do IPB com origem fora do distrito tem-se situado, desde o ano letivo 2010/11[10], sempre acima dos 30%, o que representa níveis de atratividade bastante relevantes para o Concelho de Bragança.

Figura 6 - Proporção de alunos do IPB com origem fora do Distrito de Bragança



Fonte: Instituto Politécnico de Bragança

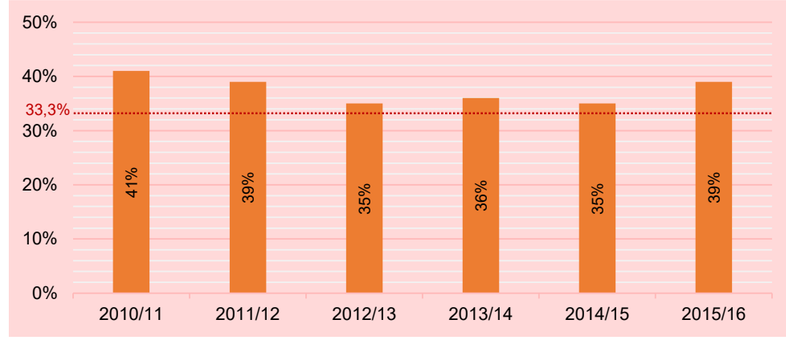
Relativamente aos níveis de empregabilidade dos seus diplomados, o IPB apresenta resultados igualmente bastante relevantes, porquanto estes níveis se têm fixado (desde o ano letivo 2010/11) sistematicamente acima dos 80% e com tendência crescente. Destes, a grande maioria considera estar a exercer atividade profissional na área do curso frequentado.

[9] Fonte: Empregabilidade dos Diplomados do Instituto Politécnico de Bragança, julho 2018

[10] De acordo com os dados obtidos, esta tendência já vem desde, pelo menos, 2008/09.

A importância do Instituto Politécnico de Bragança na formação/capacitação de profissionais especializados para integrar o mercado de trabalho da região em que se insere está patente na Figura 7, que mostra que, regra geral, mais de $^{1}/_{3}$ dos diplomados pelo IPB ficam a exercer atividade profissional no Distrito de Bragança.

Figura 7 - Proporção de diplomados pelo IPB que ficam a exercer atividade profissional no Distrito de Bragança



Fonte: Instituto Politécnico de Bragança

O Instituto Politécnico de Bragança tem-se assumido, também, como importante fator de internacionalização e de multiculturalismo, não só da Cidade de Bragança, como do concelho e região envolvente, pois mais de 20% dos seus alunos são estrangeiros. Neste contexto, Cabo Verde e Brasil são os países que mais têm contribuído com alunos para o IPB.

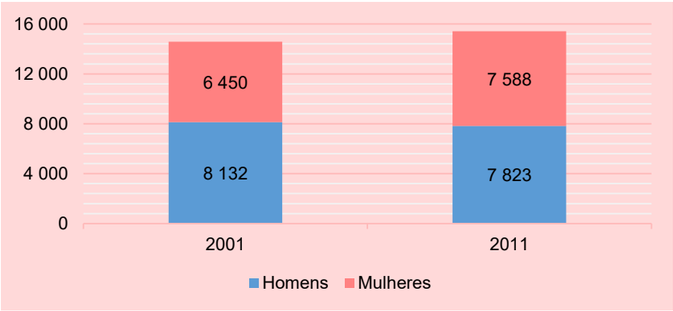
O IPB será mesmo a instituição de ensino superior do país com maior percentagem de alunos estrangeiros, atraindo estudantes de cerca de 70 nacionalidades.

Créditos da imagem: http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/

2.4. EMPREGO

No que concerne à população ativa[11], os valores para os dois últimos Censos indicam diferentes evoluções, para o grupo dos homens e para o grupo das mulheres (Figura 8). Se a população ativa total aumentou entre 2001 e 2011, em cerca de 5,7%, este aumento verifica-se apenas no grupo das mulheres. O grupo dos homens ativos diminui, ainda que ligeiramente, em cerca de 3,8%.

Figura 8 - População ativa (Nº), por género, segundo os Censos, Concelho de Bragança



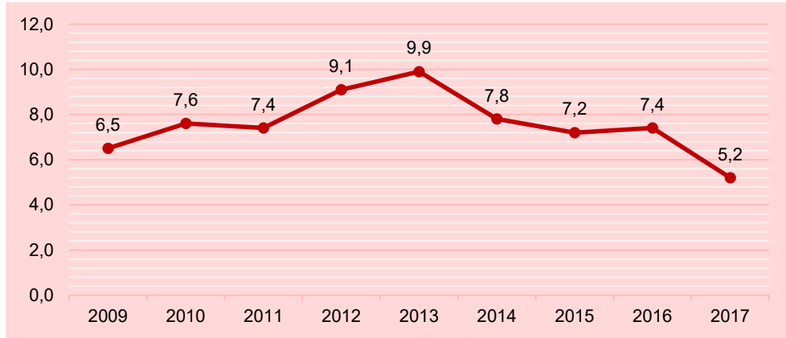
Fonte: INE (via PORDATA)

Créditos da imagem: www.facebook.com/sic-braganca

[11] Conjunto de pessoas com idade mínima de 15 anos e que constituía a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo os trabalhadores empregados e desempregados.

Relativamente à população desempregada, tendo em conta os dados dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, face à população em idade ativa[12], verifica-se (Figura 9) uma tendência para a sua diminuição desde 2013. Uma redução bastante significativa, para quase menos de metade face a 2013.

Figura 9 - Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego e de formação profissional, face à população em idade ativa, Concelho de Bragança



Fonte: INE (via PORDATA)

2.5. RENDIMENTO E PODER DE COMPRA

No ano de 2015, o Concelho de Bragança apresentava rendimentos brutos, por habitante e por agregado fiscal, superiores às médias verificadas quer na região Norte, quer no espaço do território Continental, muito embora face a este último a diferença seja marginal, conforme pode ser observado no quadro abaixo (Tabela 8).

Tabela 8 - Rendimento bruto declarado, por habitante e agregado fiscal, 2015

Área Geográfica	Rendimento bruto declarado por habitante	Rendimento bruto declarado por agregado fiscal
Concelho de Bragança	**8.184,00€**	**16.835,00€**
Região Norte	7.057,00€	14.788,00€
Continente	8.028,00€	16.495,00€

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Norte, 2016

[12] Total de pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/426?image_gallery_id=9

O Índice de Poder de Compra *per capita* no Concelho de Bragança registou, à exceção do ano de 2000, uma evolução favorável, muito embora em todos os anos os valores se situem abaixo da média nacional e dos valores da área do Continente. Na comparação com os valores da região Norte, o Concelho de Bragança surge numa posição ligeiramente mais confortável (Tabela 9).

Tabela 9 - Índice do Poder de Compra *per capita*

Área	1993	2000	2007	2011	2015
Concelho de Bragança	**88,5**	**86,7**	**94,6**	**96,5**	**98,0**
Região Norte	81,7	86,0	86,2	89,2	92,1
Continente	101,8	101,7	100,5	100,8	100,7

Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra concelhio

Créditos da imagem: IPI Consulting Network

2.5. SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Desde 2005 que o Município de Bragança se encontra classificado, sem qualquer interrupção, como um Eco-Município pelo Programa ECOXXI[13] (Tabela 10). Este programa de educação para a sustentabilidade, da responsabilidade da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), dirige-se em primeira mão aos técnicos e decisores dos municípios, por se terem como agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável a nível local.

Tabela 10 - Classificação do Município de Bragança como Eco-Município, Programa ECOXXI

Obtenção de avaliação positiva	2005/06	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: https://ecoxxi.abae.pt

Sendo a participação dos municípios integralmente voluntária, o ECOXXI visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e da qualidade ambiental. De destacar, ainda, a classificação obtida por Bragança, no ano de 2012, num estudo da DECO, como a sexta cidade com melhor qualidade de vida em Portugal, tendo inclusive obtido a maior classificação nos itens Habitação, Mobilidade, Ruído, Crime, Restaurantes, Supermercados e em Cultura, Lazer e Desporto.

Créditos da imagem: https://ecoxxi.abae.pt

[13] Para mais informação, consulte-se: https://ecoxxi.abae.pt

3.

O NOSSO DESEMPENHO

3. O NOSSO DESEMPENHO

3.1. GOVERNAÇÃO

3.1.1. Estrutura de Governação

G4-7 Perfil da Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Bragança é o órgão executivo do Município de Bragança e tem por missão definir e executar políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e integral do concelho, em diferentes áreas de atuação, em articulação com as Juntas de Freguesias. Neste âmbito, a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, detém um vasto conjunto de competências materiais e funcionais, definidas por lei[14].

Nas eleições autárquicas de setembro de 2013, foram atribuídos sete mandatos na Câmara Municipal de Bragança, distribuídos pelos três grupos mais votados: PPD/PSD - 4 mandatos (47,24%); PS - 2 mandatos (26,02%); Grupo de Cidadãos XIII - 1 mandato (16, 54%). A força política que reuniu maior número de votos (PPD/PSD) manteve-se face ao mandato autárquico anterior (2009-2013), tendo sido eleito um novo cabeça de lista, Hernâni Dinis Venâncio Dias, que cumpriu assim o seu primeiro mandato[15] à frente da Câmara Municipal de Bragança. O mandato autárquico de 2013-2017 foi constituído por um Presidente e por seis Vereadores, três dos quais a tempo inteiro e com atribuição de pelouros. O cargo de Vice-Presidente foi assumido por um dos vereadores a tempo inteiro. Os autarcas e os seus pelouros são elencados no quadro abaixo (Tabela 11). Desta forma, o mandato de 2013-2017 foi exercido com maioria absoluta, o que conferiu maior estabilidade governativa.

A estrutura organizacional dos serviços da Câmara Municipal de Bragança resultou de um conjunto de alterações que tiveram a sua entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2013. Estas alterações procuraram responder aos desafios com os quais os municípios portugueses cada vez mais se confrontam: alargamento gradual e permanente das suas áreas de intervenção; transferência de áreas de atuação da administração central para os municípios; acelerada mudança social; intensificação do desenvolvimento de novas tecnologias; novos enquadramentos legais e alteração do quadro de financiamento das autarquias locais.

[14] Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

[15] Tendo sido reeleito nas eleições autárquicas de outubro de 2017, reforçando a maioria dos votos, com a seguinte distribuição de mandatos: PPD/PSD - 5 mandatos (57,05%); PS - 2 mandatos (27,12%).

Tabela 11 - Composição da Câmara Municipal de Bragança no mandato autárquico 2013-2017

Cargo	Nome	Pelouros	Filiação
Presidente da Câmara Municipal	Hernâni Dinis Venâncio Dias	♦ Competências próprias não-delegadas e competências da Câmara Municipal delegadas e não subdelegadas; ♦ Gabinete de Apoio e Relações Externas; ♦ Serviço Municipal de Proteção Civil; ♦ Médico Veterinário Municipal; ♦ Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria Interna; ♦ Aeródromo Municipal; ♦ Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo; ♦ Parque de Máquinas e Oficinas da Divisão de Logística de Mobilidade; ♦ Serviço de Compras e Armazém da Divisão de Logística e Mobilidade; ♦ Unidade de Desporto e Juventude.	Partido Social Democrata
Vice-Presidente da Câmara Municipal Vereador a tempo inteiro	Paulo Jorge Almendra Xavier	♦ Serviço de Mobilidade da Divisão de Logística e Mobilidade; ♦ Divisão de Ambiente, Águas e Energia.	Partido Social Democrata
Vereador a tempo inteiro	Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo	♦ Divisão de Educação, Cultura e Ação Social.	Partido Social Democrata
Vereador a tempo inteiro	Gilberto José Araújo Baptista	♦ Departamento de Administração Geral e Financeira; ♦ Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social.	Partido Social Democrata
Vereador	Vítor Prada Pereira	(sem pelouros atribuídos)	Partido Socialista
Vereador	André Novo	(sem pelouros atribuídos)	Partido Socialista
Vereador	Humberto Francisco da Rocha	(sem pelouros atribuídos)	Grupo de Cidadãos XIII

* No mandato atualmente a decorrer (2017-2021), a composição da Câmara Municipal é a seguinte:
- Presidente: Hernâni Dinis Venâncio Dias (PSD)
- Vice-Presidente: Paulo Jorge Almendra Xavier (PSD)
- Vereadores a tempo inteiro: Miguel José Abrunhosa Martins (PSD); Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva (PSD);
- Vereadores sem pelouro: Olga Marília Fernandes Pais (PSD); Maria da Graça Rio Patrício (PS); Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno (PS)

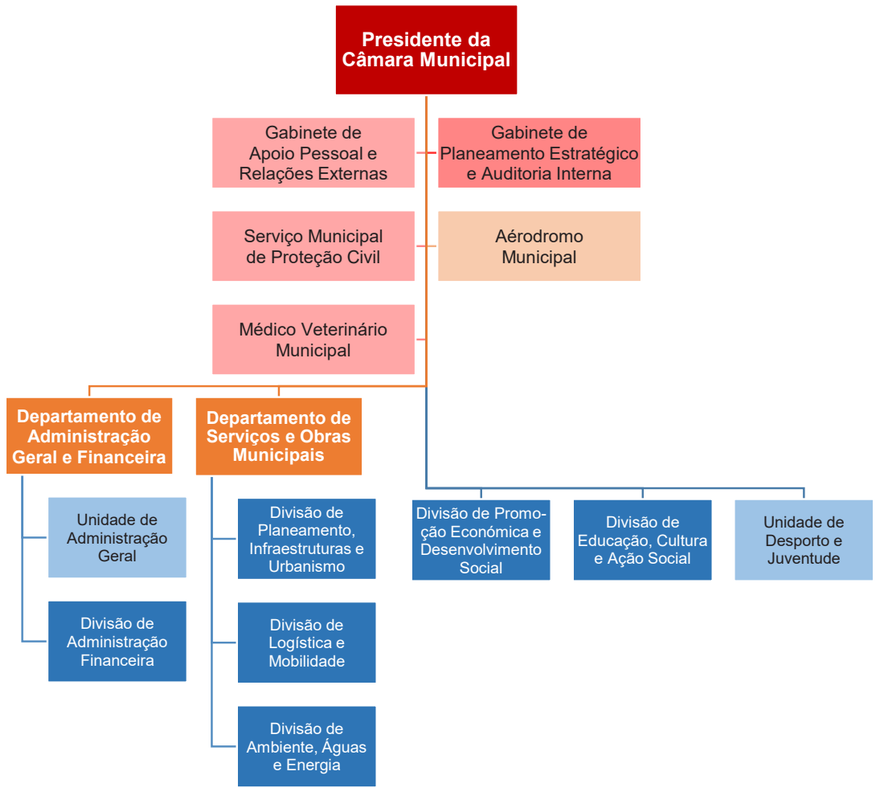
Fonte: Câmara Municipal de Bragança e Ministério da Administração Interna

G4-13 Indicação de alterações estruturais significativas ocorridas

No âmbito da sua reforma interna, a Câmara Municipal de Bragança optou, para o período 2013-2017, por um modelo organizacional hierárquico. A estrutura nuclear aprovada pela Assembleia Municipal detinha duas unidades orgânicas (a que correspondem dois departamentos municipais) e a estrutura flexível 8 unidades orgânicas (a que correspondem

6 divisões municipais e 2 unidades municipais). Foram estes os valores máximos tidos como adequados para um cabal e eficaz funcionamento institucional. No mandato 2017-2021 não houve alterações ao organograma, mantendo-se a estrutura organizacional estável, conforme organograma apresentado de seguida (Figura 10).

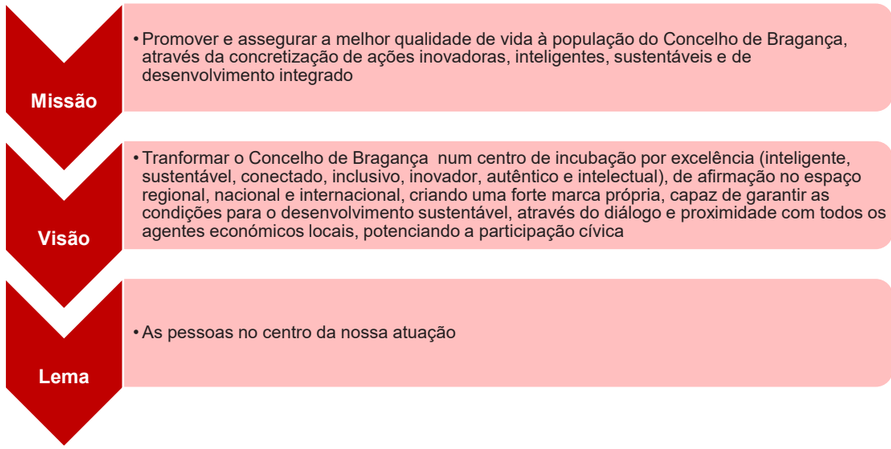
Figura 10 - Organograma da Câmara Municipal, 2013-2017



3.1.2. Missão, Visão e Princípios de Atuação

No mandato 2013-2017, o Município de Bragança estabeleceu como sua missão, visão e lema, os a seguir apresentados (Figura 11). No ano de 2016, o Município de Bragança elaborou e aprovou o seu Código de Ética e de Conduta. Este instrumento plasma os valores, os princípios éticos e as normas de conduta que pautam a atuação do município, na sua relação com os munícipes, fornecedores e restantes agentes.

Figura 11 - Missão, Visão e Lema do Município de Bragança, 2013-2017



Fonte: Código de Ética e de Conduta do Município de Bragança, 2016

O Código de Ética e de Conduta foi criado com os objetivos específicos de clarificar, reforçar e consolidar estes mesmos princípios e normas de conduta. Assim, pretendia-se:

- Identificar, clarificar e transmitir os princípios que orientam a atividade do Município de Bragança e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os trabalhadores;
- Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidos no Código, nos diferentes níveis de relacionamento (trabalhadores e executivo entre si, e entre estes e os munícipes e restantes agentes locais e nacionais);
- Consolidar a imagem institucional do Município de Bragança como um organismo público que se caracteriza pela transparência, rigor, responsabilidade, determinação, dinamismo, confiança, participação, ambição e abertura.

3.1.3. Acessibilidades e Qualificação dos Serviços Municipais

As acessibilidades aos serviços do município constituem uma área estratégica para o desenvolvimento, coesão e justiça social, uma vez que garantem que todas as pessoas conseguem aceder aos serviços públicos, são tratadas de igual forma e vêm os seus direitos ser devidamente salvaguardados. Neste âmbito, destacam-se as seguintes estratégias e investimentos por parte do Município de Bragança, no quadriénio em análise.

Presença do Município de Bragança na Internet

A importância crescente das novas tecnologias de informação e comunicação exige de qualquer instituição um claro investimento na modernização dos seus canais de comunicação com o exterior.

De acordo com o Ranking da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas, esta é uma área onde o Município de Bragança tem conhecido um percurso ascendente. Veja-se a este respeito o quadro seguinte (Tabela 12).

Tabela 12 - Posição no ranking do Município de Bragança no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas

	2012	2014	2016
Posição no ranking	24ª Posição	10ª Posição	3ª Posição

Fonte: Soares, D., Amaral, L. e Ferreira, L. (2017). Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas em 2016: Estudo sobre Local *e-Government* em Portugal. Gávea - Observatório da Sociedade da Informação. Universidade do Minho, Guimarães.

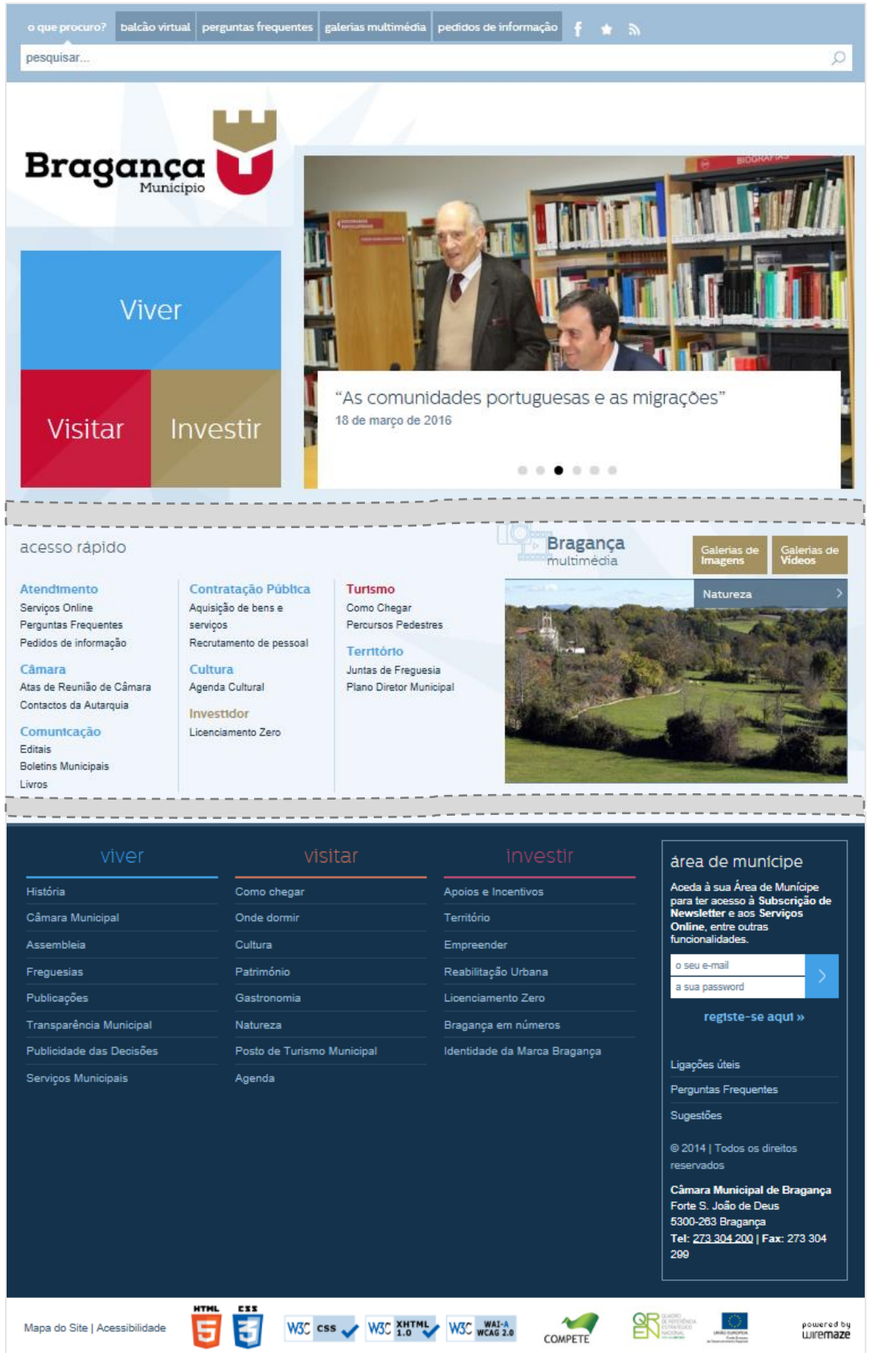
Assim, nos anos assinalados, a presença do Município de Bragança na Internet tem vindo a consolidar-se. O Ranking da Presença na Internet classifica os websites dos municípios em função da pontuação que cada uma obteve, em cada um dos indicadores que compõem cada um dos quatro grandes critérios, e que constituem a grelha de avaliação utilizada, a saber: o tipo de conteúdos e respetiva atualidade; a acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização dos websites; os serviços online que os municípios disponibilizam ao cidadão e, por fim; os meios que são disponibilizados com vista à participação do cidadão nos assuntos do município.

A imagem apresentada na página seguinte (Figura 12) constitui um excerto da *homepage* do website do Município de Bragança, nomeadamente as áreas com caráter mais estático, que são demonstrativas dos múltiplos temas disponíveis online.

As pontuações e os respetivos *scores* atingidos pelo Município de Bragança neste índice são apresentadas para cada subcritério, no quadro seguinte (Tabela 13).

Considerando as duas edições (2014 e 2016) abrangidas pelo quadriénio em análise (2014-2017), em todos os subcritérios, à exceção do critério “Serviços online”, o Município de Bragança apresenta uma evolução positiva. É certo que existem grandes oscilações de pontuação nos três anos assinalados Contudo, entre os dois últimos anos a evolução do município sugere uma consolidação positiva nos critérios: “Tipo de conteúdos e respetiva atualidade”; “Acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização” e; “Participação”.

Figura 12 - Website do Município de Bragança. Excerto à data de 20 de março de 2016



Fonte: Arquivo web, acessível em https://web.archive.org/web/20160320070416/http://www.cm-braganca.pt/

O desempenho do Município de Bragança destaca-se, no ano de 2016, no critério “Tipo de conteúdos e respetiva atualidade”, com a instituição a alcançar o lugar cimeiro no Ranking.

Tabela 13 - Evolução do Município de Bragança no Ranking da Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas, por subcritério

Subcritério	2012		2014		2016	
	rank	*score*	*rank*	*score*	*rank*	*score*
Tipo de conteúdos e respetiva atualidade	21	0,700	136	0,638	1	0,900
Acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização	20	0,820	29	0,810	10	0,790
Participação	17	0,665	179	0,470	14	0,700
Serviços online	247	0,019	5	0,588	242	0,044

* Os critérios são pontuados de 0 a 1, em que 1 é o valor máximo.

Fonte: Soares, D., Amaral, L. e Ferreira, L. (2017). Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas em 2016: Estudo sobre Local *e-Government* em Portugal. Gávea - Observatório da Sociedade da Informação. Universidade do Minho, Guimarães.

No ano de 2013, Município de Bragança iniciou a oferta online de serviços e informação municipal, procurando com isso facilitar e agilizar a interação do munícipe com a autarquia. Procurou-se evitar deslocações desnecessárias ao município, seja para o pedido de determinado serviço, seja para a obtenção de informação necessária à instrução de um processo. Os serviços online abrangem já um importante conjunto de áreas e funcionalidades, que se exemplificam de seguida (Figura 13).

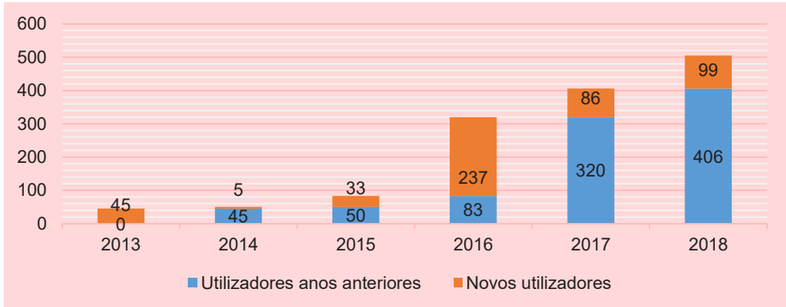
Figura 13 - Exemplos de áreas de serviço e funcionalidades cobertas pelos serviços online

Águas	• Exemplo: Consultar os contratos associados ao munícipe e, para cada um, comunicar leituras, participar avarias e consultar recibos e consumos
Cemitérios	• Exemplo: Consultar as sepulturas em nome do munícipe
Feiras e Mercados	• Exemplo: Efectuar o download de formulários ou realizar o seu preenchimento online (desde que autenticado)
Habitação	• Exemplo: Efectuar o download de formulários
Publicidade	• Exemplo: Consultar informação relativa a publicidade e ocupação de via pública
Urbanismo	• Exemplo: Consultar os processos existentes e a informação anexa a estes, tais como licenças, requerimentos, notificações e pareceres

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Para além das áreas exemplificadas acima, a plataforma de serviços online oferece, ainda, funcionalidades diversas em outras áreas, como: ação social escolar, arquivo, cultura, desporto, estacionamento condicionado, transportes escolares, queimadas, reclamações, STUB - Serviço de Transportes Urbanos de Bragança, táxis e turismo. Para uma utilização mais completa de todas as funcionalidades oferecidas, cada munícipe deverá proceder ao seu registo na plataforma. A evolução do número de utilizadores dos serviços online tem vindo progressivamente a crescer.

Figura 14 - Número de novos utilizadores dos serviços municipais online



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O número de utilizadores tem vindo sempre a subir, contando o Município de Bragança, à data da elaboração do presente relatório, com 505 utilizadores. A constante adesão a esta ferramenta indicia a sua utilidade para o público, bem como sugere ser este um caminho de futuro investimento.

Por fim, uma referência ainda para a página de Facebook do Município de Bragança, que conta com mais de 34 mil seguidores (outubro de 2018).

www.facebook.com/municipiobraganca

Modernização administrativa dos serviços municipais

Prestar a cada munícipe um serviço mais cómodo, eficiente e de melhor qualidade configura-se como uma das vertentes estruturais da estratégia de modernização administrativa que tem vindo a ser seguida pelo Município de Bragança. A abertura e funcionamento do Balcão Único é, neste âmbito, um pertinente exemplo.

Créditos da imagem: Município de Bragança

O Balcão Único abriu ao público no dia 30 de abril de 2013. Tratou-se de um serviço inovador no município, que pretendia assegurar uma melhor acessibilidade aos serviços, pela sua centralização.

Assim, o Balcão Único assegura atendimento ao público nas mais diversas áreas e serviços: Urbanismo; Águas e Saneamento; Ação Social; Transportes; Mercados e Feiras; Execuções Fiscais; Cemitérios; Parqueamentos Automóveis; Taxas e Licenças; Tesouraria e outros. Através deste balcão, os interessados podem ainda aceder ao Balcão do Empreendedor para realizar todas as formalidades associadas ao exercício de uma atividade económica no Concelho de Bragança.

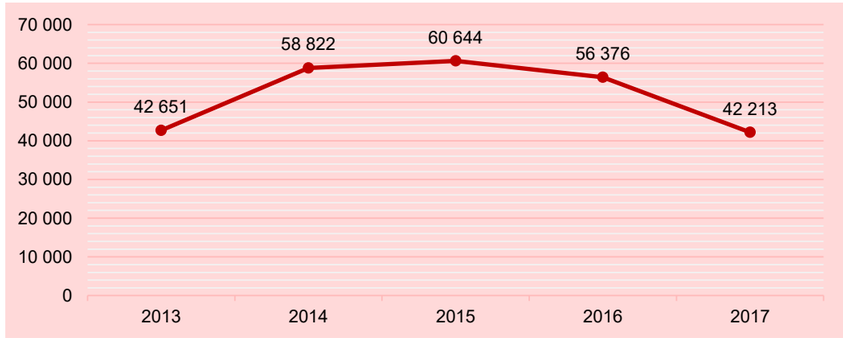
30 de abril de 2014

Primeiro aniversário do Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança

Fonte: https://www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=288

No quadriénio em análise, o município manteve o Balcão Único em atividade, tendo inclusive no ano de 2016 adicionado uma nova funcionalidade ao seu regular funcionamento, a cobrança de receitas, sempre que as mesmas são devidas, evitando-se assim ao munícipe um outro atendimento. No gráfico seguinte pode observar-se o número total anual de atendimentos no Balcão Único. O Balcão Único releva uma constância de atendimento nos anos de 2014 e 2016, tendo a partir deste último ano conhecido uma menor procura. A mesma justifica-se por uma transferência de alguns serviços ou atos para a Internet (p. ex. pagamento de refeições escolares por transferência bancária), o que veio reduzir ainda mais a necessidade de deslocação física dos munícipes aos serviços municipais.

Figura 15 - Atendimentos (nº) por ano, efetuados pelo Balcão Único



* Os dados relativos ao ano de 2013 referem-se apenas aos últimos 8 meses do ano civil.

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O Balcão Único funciona no rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, com horário ininterrupto das 9h00 às 16h00, e procura, através de uma gestão eficiente do atendimento, garantir que o cidadão resolve, no mais curto espaço de tempo possível, o assunto ou os assuntos que aí o levam. A sua localização e arquitetura são garantes da acessibilidade de pessoas com problemas de mobilidade.

Como um importante indicador da sua eficiência, é possível conhecer o tempo médio de espera do atendimento efetuado no Balcão Único.

Tabela 14 - Tempo médio de espera no atendimento no Balcão Único

	2013	2014	2015	2016	2017
Tempo médio de espera	10 min	08 min	09 min	18 min	10 min

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O Balcão Único apresenta tempos de espera baixos, na ordem dos 8-10 minutos, o que comprova uma capacidade de atendimento média célere, na globalidade dos serviços aí disponíveis.

O Balcão Único encontra-se certificado pela norma ISO 9001:2008, no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade do Município.

Para a concretização do Balcão Único, o Município de Bragança obteve financiamento comunitário, ao abrigo dos Programas de Modernização da Administração Pública.

Certificação da qualidade dos serviços municipais

O Município de Bragança aderiu, de forma voluntária[16] ao processo de Certificação da Qualidade dos seus serviços. A qualidade é, hoje, uma filosofia de atuação nos organismos modernos que procuram a máxima efetividade, tornando-se cada vez mais numa questão primordial perante desafios sociais cada vez mais exigentes e complexos.

Atualmente, todos os serviços do Município de Bragança encontram-se certificados pela norma ISO 9001:2015. A política de qualidade do Município de Bragança integra um compromisso externo e interno, quer com os diferentes públicos e agentes que diariamente interagem com os múltiplos serviços presentes na comunidade, quer com todos aqueles que diariamente trabalham ou colaboram nos mesmos.

[16] Como são aliás todos os processos de Certificação de Qualidade, independentemente da entidade (pública ou privada) que os promove.

Os principais objetivos da Política de Qualidade do Município de Bragança são:

- Garantir o integral cumprimento da legislação, dos regulamentos e dos demais documentos aplicáveis;
- Aumentar a satisfação dos munícipes e demais partes interessadas em relação aos serviços prestados e aspetos que possa influenciar;
- Promover a formação dos trabalhadores, atualizando e reforçando as suas competências profissionais e a sua capacidade de realização das atividades atribuídas;
- Modernizar, simplificando e clarificando a interação entre os serviços e os munícipes;
- Melhorar as atividades e as infraestruturas disponibilizadas aos munícipes, aumentando a eficácia e eficiência dos serviços;
- Promover o concelho, através de eventos, infraestruturas e equipamentos que fomentem o desenvolvimento da economia concelhia.

A Política da Qualidade é revista periodicamente, para assegurar que se mantém adequada.

AENOR

Certificado do
Sistema de Gestão da Qualidade

AENOR
ER
Empresa Certificada
ISO 9001

ER-1002/2012

AENOR certifica que a organização

MUNICIPIO DE BRAGANÇA

dispõe de um sistema de gestão da qualidade conforme com a norma ISO 9001:2015

para as atividades: DETALHADAS NO ANEXO AO CERTIFICADO

que se realizam em: Ver direções indicadas no anexo

Data da primeira emissão: 2012-12-14
Data da última emissão: 2015-12-14
Data de modificação: 2017-09-13
Data de validade: 2018-12-14

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00 - www.aenor.com

IAF ENAC IQNet

Créditos da imagem:
www.cm-braganca.pt/uploads/writer_file/document/5548/SGQ-certificado.pdf

3.1.4. Transparência e Prevenção da Corrupção

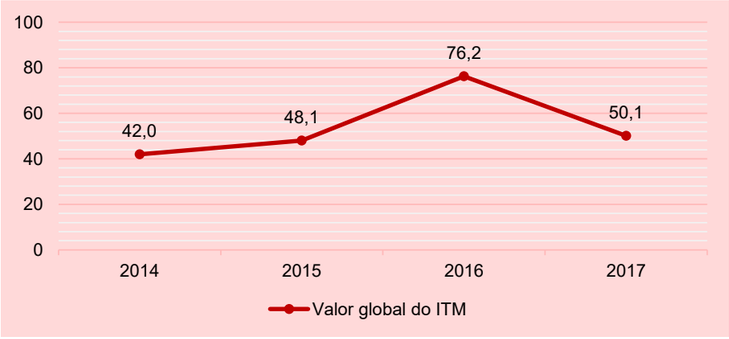
G4-2 Descrição dos principais riscos e oportunidades

A transparência da ação municipal, englobando esta os atos de governo dos diferentes órgãos e dos seus representantes, é um garante do exercício democrático. Na sequência do mandato anterior (2013-2017), a transparência governativa tem sido um princípio de atuação valorizado pelo atual executivo, que lhe concede um espaço institucional autónomo no website do município (www.cm-braganca.pt/pages/613).

Neste desígnio, proporcionar aos cidadãos e às empresas informação completa e relevante, de forma atempada e de acesso facilitado, é uma das vias a prosseguir na procura de uma maior transparência governativa.

Em Portugal, nos últimos anos, o Índice de Transparência Municipal (ITM) tem sido utilizado como indicador ao nível da transparência da governação, uma vez que mede o grau de transparência da ação dos municípios, através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos, nos seus websites oficiais[17]. Face a este indicador (Figura 16), e se excetuarmos o pico registado em 2016, o Município de Bragança tem conhecido uma evolução positiva, ainda que ténue.

Figura 16 - Evolução global no Índice de Transparência Municipal pelo Município de Bragança



* A pontuação atribuída pode situar-se entre os 0 (mínimo) e os 100 valores (máximo).

Fonte: Índice de Transparência Municipal

[17] Este índice compreende a análise dos 308 municípios portugueses e é da iniciativa e responsabilidade da Associação Cívica Transparência e Integridade.
Para consulta veja-se: https://transparencia.pt/projetos/indice-de-transparencia-municipal/

O ITM é uma medida de análise combinada, composto por um conjunto de indicadores agrupados em sete categorias. Para cada uma destas categorias é calculado um valor, significando este a evolução que cada município tem vindo a alcançar nessa área (Tabela 15).

Tabela 15 - Pontuação do Município de Bragança no ITM, por categoria

Categorias	2014	2015	2016	2017
Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos	50	50	100	100
Transparência Económico-Financeira	71	71,4	100	92,9
Organização, Composição Social e Funcionamento	43	64,3	71,4	64,3
Relação com a Sociedade	93	50	50	50
Transparência na área do Urbanismo	43	64,3	71,4	42,9
Planos e Relatórios	43	42,9	42,9	14,3
Contratação Pública	0	0	71,4	0

Fonte: Índice de Transparência Municipal

Como se pode observar no quadro acima, no quadriénio em análise (2013-2017) foram sendo registadas algumas oscilações, umas mais expressivas que outras, que justificaram já no atual mandato (2017-2021), um esforço no cumprimento dos critérios estabelecidos pelo ITM, pelo aumento de informação disponibilizada. Esta será indubitavelmente uma área a continuar a privilegiar e a reforçar, naquilo que concerne à informação disponibilizada aos cidadãos.

G4-14 Abordagem aos princípios da precaução

O Município de Bragança detém um Plano de Prevenção e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, cuja entrada em vigor se deu no ano de 2010. Este Plano, de caráter mandatório, visa a identificação organizacional interna dos principais riscos de corrupção e infrações conexas, assim como o estabelecimento de medidas internas de controlo.

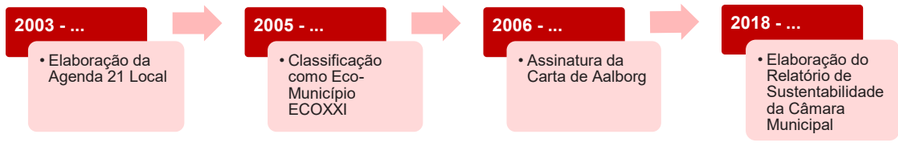
No quadriénio em análise (2014-2017), o Plano foi revisto com vista à sua adaptação à nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, após recomendação nesse sentido, emitida pela Inspeção-Geral das Finanças. Até à data (outubro 2018), o Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas não foi ainda avaliado por qualquer entidade externa, quanto aos seus resultados.

3.1.5. Cartas, Iniciativas Externas e Reconhecimentos

G4-15 Indicação de Cartas. Princípios e Iniciativas externas em que o município se envolve, subscreve ou endossa

O Município de Bragança possui um comprometimento claro e um investimento estratégico na área da sustentabilidade, assumindo voluntariamente um conjunto de iniciativas neste campo, que se têm vindo a manter ao longo dos anos (Figura 17).

Figura 17 - Principais iniciativas e reconhecimentos na área da sustentabilidade



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O Município de Bragança decidiu iniciar, em julho de 2003, no âmbito da sua participação na Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a elaboração da Agenda 21 Local e respetivo Plano de Ação. A realização da Agenda 21 Local pretendia dotar o município com orientações estratégicas que visassem uma maior sustentabilidade ao nível local, de efeitos positivos na sustentabilidade global, tendo posteriormente assumido publicamente esse compromisso ao assinar a Carta de Aalborg, em 2006.

Não obstante poderem existir inúmeros avanços nesta área desde a feitura deste diagnóstico de sustentabilidade, os mesmos não são conhecidos de forma pública e sistematizada, uma vez que não foram sujeitos a escrutínio posterior.

Desde 2005 que o Município de Bragança se encontra classificado como Eco-Município pelo Programa ECOXXI. Este programa de educação para a sustentabilidade, da responsabilidade da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade, valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e da qualidade ambiental.[18]

[18] Para mais informação, consulte-se: https://ecoxxi.abae.pt

A avaliação efetuada a cada município integra 21 indicadores, divididos pelas seguintes áreas-chave: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo e Ordenamento do Território. Conforme se pode constatar, a classificação do município mantém-se sempre positiva ao longo do tempo e no mesmo intervalo de valor (Tabela 16).

Tabela 16 - Desempenho do município de Bragança no Programa ECOXXI

	2014	2015	2016	2017
Classificação obtida [1]	≥ 50% < 60%	≥ 50% < 60%	≥ 50% < 60%	≥ 50% < 60%

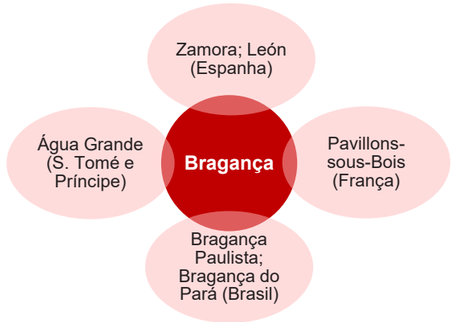
[1] A classificação positiva depende da obtenção de classificação igual ou superior a 50%.

Fonte: https://ecoxxi.abae.pt

Ainda que fora do quadriénio em análise, não se pode deixar de destacar a elaboração deste primeiro Relatório de Sustentabilidade do Município de Bragança, enquanto ferramenta organizacional capaz de promover estratégias e medidas de maior sustentabilidade nas áreas ambiental, social, económica e de governação.

O Município de Bragança é atualmente geminado com um importante e significativo conjunto de cidades, num total de seis, localizadas em quatro países (Figura 18). Este conjunto de laços tem permitido ao Município de Bragança criar relações e mecanismos protocolares, essencialmente de nível económico, cultural e educacional, pelos quais e através de visitas recíprocas, se estreitam laços de cooperação com estas cidades.

Figura 18 - Cidades com geminação com Bragança



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

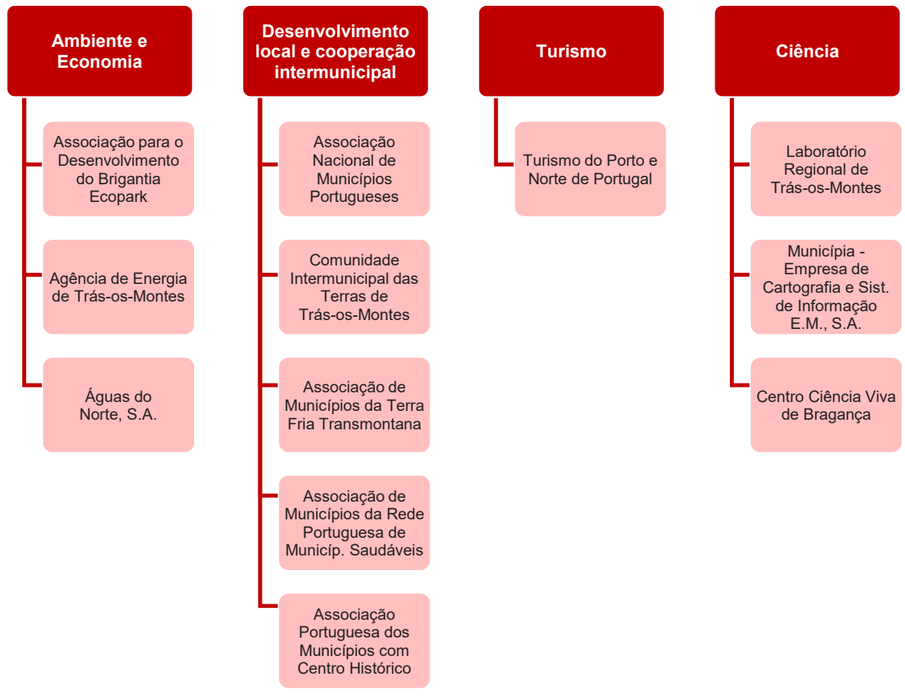
3.1.6. Relações Externas e Apoio à Comunidade

G4-16 Indicação da participação em associações e outras organizações

As relações externas e o apoio à comunidade configuraram uma área política estratégica para o Município de Bragança no quadriénio 2014-2017, tendo os mesmos permanecido sob a supervisão direta do Presidente da Câmara Municipal.

No âmbito de uma linha governativa de abertura, cooperação, inovação e de desenvolvimento sustentável, o Município de Bragança tem vindo a realizar e a manter um conjunto de participações estratégicas num importante conjunto de áreas (Figura 19).

Figura 19 - Áreas e entidades com participação do Município de Bragança



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

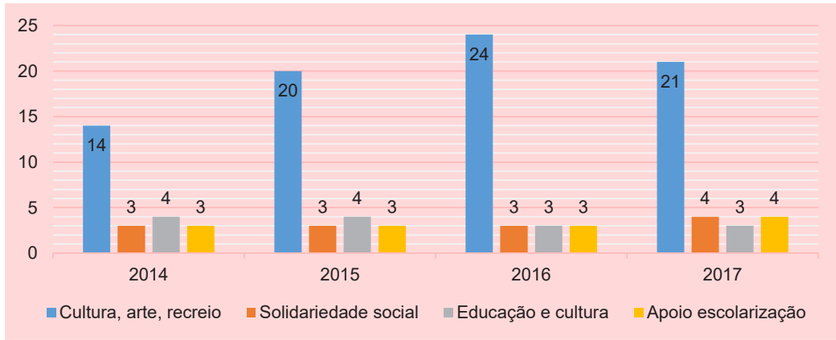
G4-24-27 Envolvimento de stakeholders

Ao nível mais local, o Município de Bragança mantém e desenvolve um importante conjunto de relações com diferentes atores, em múltiplas áreas de intervenção, como forma de reforçar e ampliar a ação destes, assegurando a existência de serviços à população tidos como úteis e relevantes para o bem-estar social.

Para além do apoio material e logístico que proporciona a múltiplas iniciativas promovidas pelos agentes locais, no período em análise foram protocolados vários acordos de colaboração, em quatro áreas principais: 1) Cultura, arte e recreio; 2) Solidariedade social; 3) Atividades educativas e culturais para crianças e jovens em contexto escolar e 4) Apoio à escolarização de crianças e jovens. O gráfico (Figura 20) seguinte dá conta da expressão numérica dos mesmos.

Constata-se que, ao longo do intervalo de tempo em análise, o número de acordos nas diferentes áreas de intervenção cresceu ou se manteve estável, tendo mesmo a área de "Cultura, arte e recreio" conhecido um incremento de quase 50% entre 2014 e 2016. O município constituiu-se, assim, como um importante e fundamental garante da exequibilidade de um vasto conjunto de intervenções sociais e culturais.

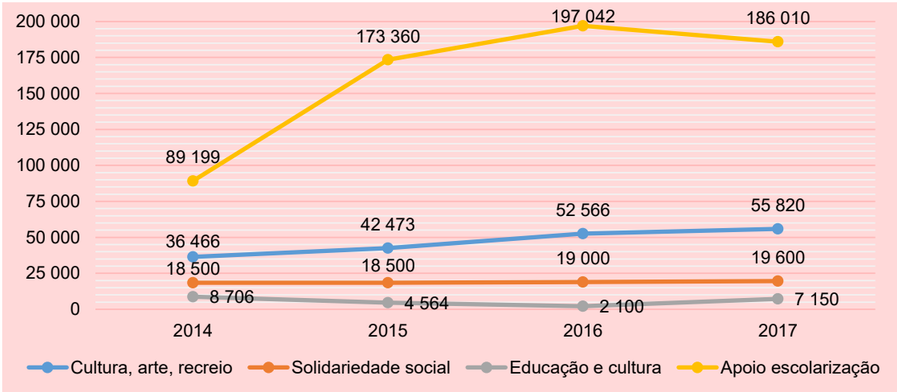
Figura 20 - Número de protocolos celebrados, por área de intervenção



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Este aspeto surge ainda mais reforçado quando se olha aos montantes financeiros investidos pelo Município de Bragança nas áreas em questão (Figura 21). Os montantes investidos, à semelhança do número de protocolos, apresentam regularidade nos quatro anos verificados.

Figura 21 - Investimento financeiro, por área de intervenção protocolada (Euros)

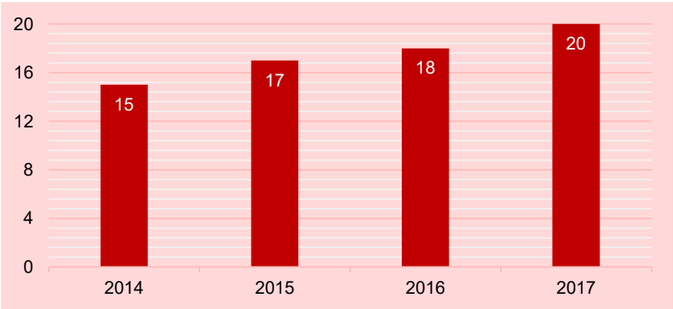


Fonte: Câmara Municipal de Bragança

A verba investida em ações de "Cultura, arte e recreio" vê o seu valor aumentar, ainda que não na proporção direta do aumento do número de protocolos nesta área. Destaca-se o investimento no "Apoio à escolarização", concretizado no subsídio às refeições escolares, oferta de material educativo e apoio a inúmeras atividades em contexto escolar, que consubstancia o investimento financeiro mais avultado realizado pelo município no âmbito do seu envolvimento com os diferentes agentes do concelho.

Ainda no âmbito do envolvimento com os agentes locais, o Município de Bragança desempenha um relevante papel no apoio ao associativismo local na área do desporto e juventude. Assim, entre 2014-2017, o número de protocolos em vigor nesta área foi aumentando progressivamente (Figura 22).

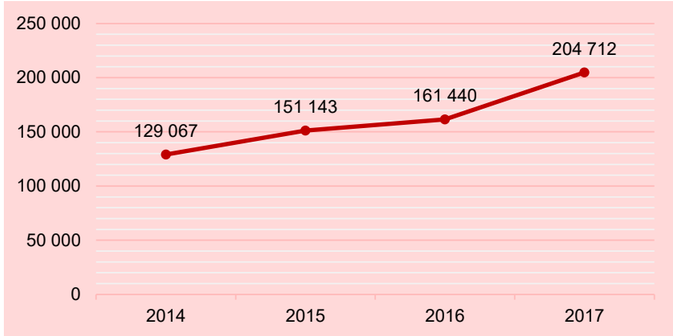
Figura 22 - Protocolos em vigor com associações locais, área do desporto e juventude



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

De igual forma, a verba financeira investida nesta subárea foi sendo reforçada ao longo do período em causa, como se pode observar no gráfico abaixo (Figura 23).

Figura 23 - Investimento financeiro, área do desporto e juventude (Euros)



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Pelo número de agentes envolvidos e montantes investidos, é percetível a expressiva dimensão social e económica que o Município de Bragança manteve com os diferentes agentes locais, mormente associações de solidariedade social, associações desportivas, escolas e outras instituições da comunidade. Desta forma, o Município de Bragança constituiu-se como um importante apoio e garante da realização de serviços e atividades sociais pelos diferentes atores locais.

Créditos da imagem: Município de Bragança

3.2. ECONÓMICO

Neste capítulo serão abordados os indicadores listados abaixo, os quais dizem respeito ao desempenho económico e financeiro da Câmara Municipal de Bragança, assim como o fluxo de capital entre os diversos *stakeholders* e os principais impactos económicos da câmara municipal ao nível local e nacional.

G4-EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos

G4-EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às Alterações Climáticas

G4-EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definido

G4-EC4 Transferências financeiras do governo central

G4-EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes

G4-EC6 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por pessoas provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes

G4-EC7 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono

G4-EC8 Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão

G4-EC9 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes

3.2.1. Desempenho Económico

G4-EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos

A Câmara Municipal de Bragança, no período em análise - 2014 a 2017, gerou valor económico direto essencialmente nas Transferências Correntes, Impostos e Taxas, Venda de Bens e Serviços Correntes, Transferências de Capital, entre outras receitas. Relativamente à distribuição de valor económico, este repartiu-se principalmente entre Aquisição de Bens e Serviços, Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens de Capital, entre outro tipo de despesas. A decomposição das fontes de obtenção de valor e a sua distribuição, em termos de uma perspetiva de controlo e execução orçamental da receita e despesa, são apresentadas no quadro seguinte (Tabela 17).

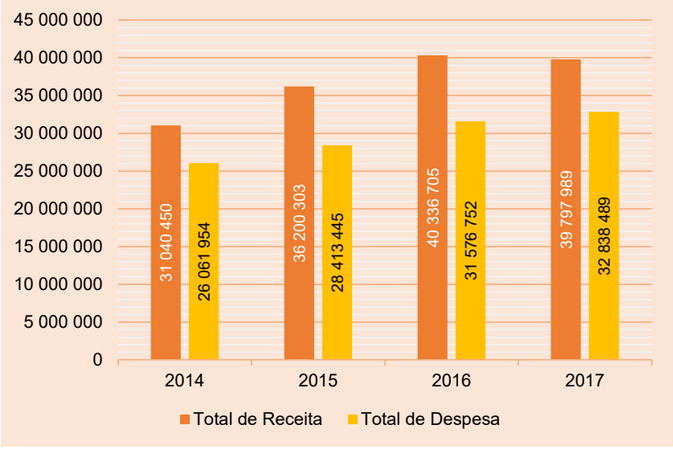
Tabela 17 - Valor económico direto gerado e distribuído (Euros)

	2014	2015	2016	2017
Valor económico direto gerado				
Transferências Correntes	12.444.345	13.096.039	13.186.414	13.519.295
Outras Receitas	859.342	4.990.384	7.872.237	8.770.754
Impostos Diretos	5.698.399	5.877.462	5.589.823	5.780.450
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.622.819	5.698.518	6.240.768	5.539.001
Transferências de Capital	2.099.807	2.963.401	3.181.092	2.237.657
Rendimentos de Propriedade	2.267.425	1.377.233	2.259.478	1.822.336
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.316.572	1.530.343	1.764.506	1.756.064
Outras Receitas Correntes	20.080	193.650	52.159	240.412
Impostos Indiretos	57.449	209.616	129.461	130.491
Venda de Bens de Investimento	34.976	263.635	60.768	1.528
Ativos Financeiros	0	0	0	0
Passivos Financeiros	618.596	0	0	0
Outras Receitas de Capital	640	21	0	0
Total de Receita	**31.040.450**	**36.200.303**	**40.336.705**	**39.797.989**
Valor económico distribuído				
Aquisição de Bens e Serviços	11.475.937	11.347.882	12.608.497	12.676.037
Aquisição de Bens de Capital	3.062.932	4.899.274	6.769.354	8.063.263
Despesas com Pessoal	6.713.686	6.653.560	6.724.963	6.719.275
Transferências de Capital	1.427.376	1.960.690	2.488.871	2.148.215
Transferências Correntes	898.828	989.472	1.172.331	1.771.799
Passivos Financeiros	1.477.444	1.224.706	1.066.943	737.964
Outras Despesas Correntes	538.882	361.201	374.371	400.711
Ativos Financeiros	200.000	815.168	245.169	215.169
Juros e Outros Encargos	162.051	161.493	126.252	106.056
Subsídios	104.816	0	0	0
Outras Despesas	0	0	0	0
Total de Despesa	**26.061.954**	**28.413.445**	**31.576.752**	**32.838.489**

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Em termos absolutos, por ano, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, assim como o total das receitas foi superior ao total das despesas, refletindo o equilíbrio de gestão, conforme se pode analisar no gráfico seguinte (Figura 24).

Figura 24 - Valor económico direto gerado e distribuído, totais de receita e despesa (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No contexto da entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que define o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, é essencial o princípio do equilíbrio orçamental, através da obrigatoriedade da receita bruta corrente ser no mínimo igual à despesa corrente, acrescida da amortização média de empréstimos de médio e longo prazos. No quadriénio em análise ficou demonstrado o cumprimento deste princípio orçamental, conforme se mostra no quadro seguinte (Tabela 18).

Tabela 18 - Verificação do cumprimento do equilíbrio orçamental (Euros)

	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	27.427.089	27.982.861	29.222.609	28.788.050
Despesas Correntes	19.894.201	19.513.608	21.006.415	21.673.878
Saldo Corrente	7.532.888	8.469.253	8.216.193	7.114.172
Amortização Média dos EMLP	1.032.968	1.032.968	759.623	493.304
Cump. Equilíbrio Orçamental (Lei nº 73/2013)	**6.499.920**	**7.436.285**	**7.456.570**	**6.620.868**

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No período em análise, a variação da receita face ao ano anterior, em termos médios, foi positiva, em cerca de 7%. Verifica-se, no mesmo sentido, que a variação da despesa face ao ano anterior foi também positiva, em termos médios, em cerca de 6%.

Pela análise do quadro seguinte (Tabela 19), conclui-se que o maior acréscimo de receita face ao ano anterior ocorreu em 2015, registando uma variação positiva de 17%, enquanto a rubrica da despesa registou, em 2016, o maior acréscimo face ao ano anterior, 11%.

Tabela 19 - Valor económico direto gerado e distribuído, variação da receita e despesa

	2014	2015	2016	2017
Total de Receita (euros)	31.040.450	36.200.303	40.336.705	39.797.989
Variação da Receita face ao ano anterior	-	17%	11%	-1%
Total de Despesa (euros)	26.061.954	28.413.445	31.576.752	32.838.489
Variação da Despesa face ao ano anterior	-	9%	11%	4%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

É expectável que a principal fonte de obtenção de valor sejam as Transferências Correntes provenientes do Orçamento de Estado, representando, no período em análise, entre 33% a 40% do valor total de receitas. Esta tipologia de receita corrente registou o maior aumento face ao ano anterior no ano 2015, em cerca de 5%. Nos restantes anos, as Transferências Correntes apresentaram uma tendência crescente de 1% e 3% (Tabela 20).

Tabela 20 - Principal fonte de obtenção de receita

	2014	2015	2016	2017
Transferências Correntes (euros)	12.444.345	13.096.039	13.186.414	13.519.295
% face ao total de Receita	40%	36%	33%	34%
Variação anual	-	5%	1%	3%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Analisando as outras fontes de obtenção de valor (Figura 25), verifica-se que as rubricas de Impostos Diretos e a Venda de Bens e Serviços correntes assumem um peso relativo, face à receita total, entre os 14% e os 18%, no quadriénio em análise.

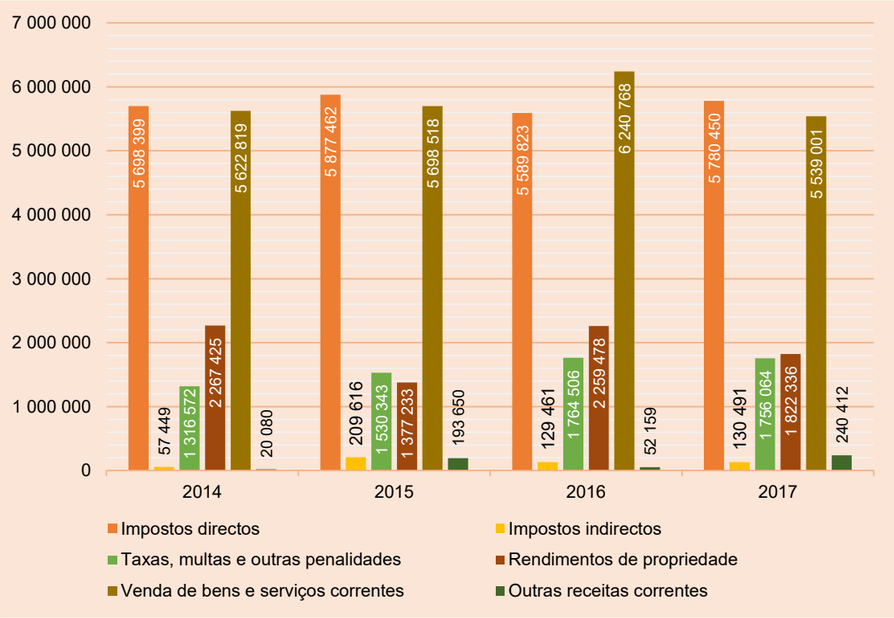
Os Impostos Diretos apresentaram 3% de aumento face ao ano anterior em 2015 e 2017. No entanto, em 2016 apresentaram uma diminuição de 5%.

Ao nível das Vendas de Bens e Serviços Correntes, é de salientar a importância da Venda de Produtos Acabados e Intermédios, designadamente água, eletricidade e o serviço de recolha de resíduos sólidos. Esta rubrica registou um aumento de 10% no ano 2016, que foi anulado no ano seguinte, com uma diminuição de 11%.

Em termos da rubrica Rendimentos de Propriedade, no período em análise, verifica-se que contribuiu, em média, 5% para as receitas totais, refletindo grandes oscilações anuais, entre os -39% e os 64%, justificadas pelo facto de a cobrança da renda de concessão, paga trimestralmente pela EDP, não ser executada no ano a que diz respeito.

No que respeita às rubricas de Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras penalidades e Outras Receitas Correntes, têm um peso residual no total das receitas e, igualmente, ambas apresentaram uma tendência positiva para o quadriénio em análise.

Figura 25 - Receitas Correntes (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Nas Receitas de Capital, a rubrica de Transferências de Capital contribuiu em média com 7% para as receitas totais, no período em análise. Nos anos 2015 e 2016 registou-se, respetivamente, um acréscimo de 41% e 7% face ao ano anterior. Em contrapartida, em 2017, registou-se um decréscimo de 30% face ao ano 2016.

Esta rubrica engloba as comparticipações recebidas para projetos de investimento que registam um acréscimo anual de 107% no ano 2015 e um decréscimo de 54% no ano 2017, de acordo com o quadro seguinte (Tabela 21).

Tabela 21 - Comparticipações recebidas para projetos de investimento

	2014	2015	2016	2017
Apoios Comunitários e Outros (euros)	869.619	1.797.403	1.944.444	902.348
Variação anual	-	107%	8%	-54%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Os principais apoios comunitários e outros para execução dos projetos foi repartido por diferentes áreas de investimento, registando as funções sociais um maior peso relativo, seguido das funções económicas e, por último, as funções gerais, conforme se mostra no quadro seguinte (Tabela 22).

Tabela 22 - Comparticipações recebidas para projetos de investimento, por área (Euros)

	2014	2015	2016	2017
Funções Gerais	**0**	**117.812**	**8.332**	**63.729**
Serviços Gerais de Administração Pública	0	93.426	4.917	63.729
Segurança e Ordem Pública	0	24.387	3.415	0
Funções Sociais	**210.019**	**1.544.672**	**1.305.999**	**727.597**
Educação	23.901	0	118.793	0
Saúde	0	0	0	308.253
Segurança Social e Ação Social	0	0	680	0
Habitação e Serviços Coletivos	151.697	143.351	838.923	373.745
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	34.421	1.401.321	347.603	45.600
Funções Económicas	**659.601**	**134.919**	**630.113**	**111.021**
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0
Indústria e Energia	0	23.416	26.975	0
Transportes e Comunicações	585.963	0	503.579	0
Comércio e Turismo	73.638	111.503	98.603	0
Outras funções económicas	0	0	957	111.021

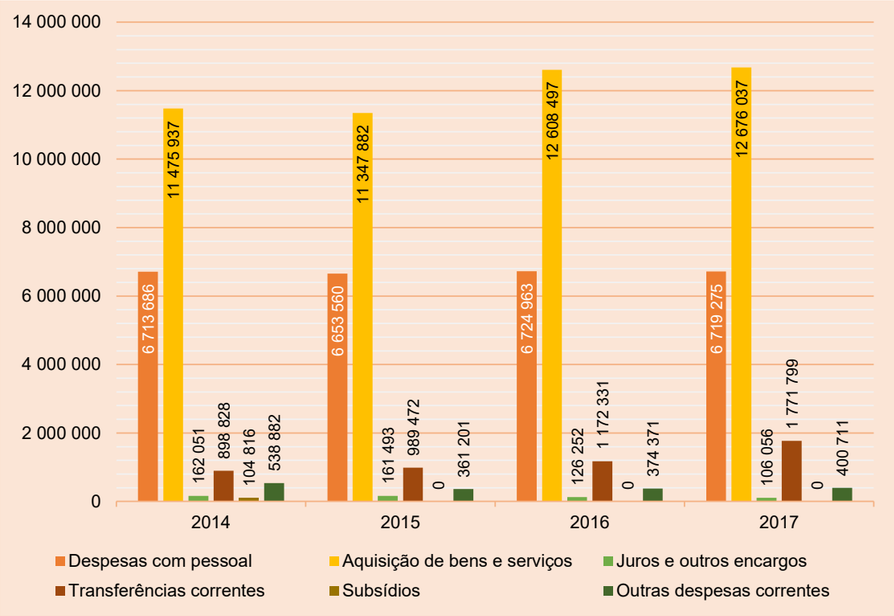
* A classificação dos projetos por área é da responsabilidade da equipa da IPI Consulting Network

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Relativamente à distribuição de valor económico no período em análise, 2014-2017, repartiu-se, essencialmente, entre Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital e Transferências de Capital, assumindo a rubrica Aquisição de Bens e Serviços o maior peso relativo no total das despesas, em média 41%.

O gráfico seguinte (Figura 26) resume a evolução das despesas correntes no último quadriénio, desagregadas por classificação económica.

Figura 26 - Despesas Correntes (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No que respeita à evolução das rubricas de distribuição de valor, em termos absolutos, constata-se que, no quadriénio em análise, a rubrica Despesas com Pessoal registou pequenas variações, nomeadamente um ligeiro decréscimo no ano 2015 face ao ano anterior, compensado imediatamente no ano seguinte. Em termos relativos no total de despesa, a rubrica Despesa com Pessoal apresenta uma tendência decrescente, conforme se pode ver no quadro seguinte (Tabela 23).

Tabela 23 - Despesas com Pessoal

	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal (euros)	6.713.686	6.653.560	6.724.963	6.719.275
% face ao total de Despesa	26%	23%	21%	20%
Variação anual	-	-1%	1%	0%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços (Tabela 24) representa, neste período, entre 39% e 44% do total da despesa, registando um acréscimo significativo em 2016 face a 2015, cerca de 11%.

Na aquisição de bens, a rubrica Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes representa em média 30%. No que respeita à prestação de serviços, a repartição da despesa paga mais expressiva apresenta, em média, a distribuição seguinte: 22% com Encargos de Instalações, 21% com Limpeza e Higiene, 6% com Transportes, 10% com Outros Trabalhos Especializados e 27% com Outros Serviços.

Tabela 24 - Aquisição de Bens e Serviços

	2014	2015	2016	2017
Aquisição de Bens e Serviços (euros)	11.475.937	11.347.882	12.608.497	12.676.037
% face ao total de Despesa	44%	40%	40%	39%
Variação anual	-	-1%	11%	1%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Relativamente à rubrica Transferências Correntes (Tabela 25), no período em análise, têm vindo aumentar o seu peso relativo de 3% para 5% no total de despesa. Em valor absoluto, salienta-se, em 2017, um aumento bastante significativo de 51%, consolidando uma trajetória de crescimento nos anos consecutivos a 2014. As Instituições sem Fins Lucrativos representam, em média, cerca de 80% deste tipo de despesa.

Tabela 25 - Transferências Correntes

	2014	2015	2016	2017
Transferências Correntes (euros)	898.828	989.472	1.172.331	1.771.799
% face ao total de Despesa	3%	3%	4%	5%
Variação anual	-	10%	18%	51%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No que se refere às restantes rubricas de despesa corrente, nomeadamente, Juros e Outros Encargos, Subsídios e Outras Despesas Correntes, revelam um peso residual no total das despesas no período em análise.

Por último, na distribuição do valor económico, a rubrica Despesas de Capital, no quadriénio em análise, assume um peso relativo entre 24% a 34% do total da despesa, evidenciando-se, em termos absolutos, um aumento muito significativo em 2015, cerca de 44%, face a 2014.

No que concerne à rubrica de Aquisição de Bens de Capital (Tabela 26), revela um peso relativo entre os 12% a 25% do total da despesa, no período em análise, e uma tendência de crescimento bastante significativa, sendo que o acréscimo anual mais significativo foi em 2015, cerca de 60%.

Tabela 26 - Aquisição de Bens de Capital

	2014	2015	2016	2017
Aquisição de Bens de Capital (euros)	3.062.932	4.899.274	6.769.354	8.063.263
% face ao total de Despesa	12%	17%	21%	25%
Variação anual	-	60%	38%	19%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No que respeita à rubrica de Transferências de Capital (Tabela 27) assume um peso relativo no intervalo de 5% e 8% do total da despesa e uma variação anual positiva de 37% no ano 2015 e um decréscimo de 14% no ano 2017 face ao ano anterior.

Tabela 27 - Transferências de Capital

	2014	2015	2016	2017
Transferências de Capital (euros)	1.427.376	1.960.690	2.488.871	2.148.215
% face ao total de Despesa	5%	7%	8%	7%
Variação anual	-	37%	27%	-14%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Numa análise através da Demonstração de Resultados (DR), o quadro seguinte (Tabela 28) resume as principais rubricas do desempenho económico da Câmara Municipal de Bragança.

O valor económico acumulado da Câmara Municipal de Bragança corresponde, essencialmente, ao valor das Amortizações e Provisões e do Resultado Líquido do Exercício.

Durante o período em análise, o valor económico acumulado apresentou uma tendência decrescente, exceto no ano 2015, com a contribuição do aumento significativo do Resultado Líquido do Exercício.

O valor das Amortizações revelou-se constante ao longo dos quatro anos, enquanto as Provisões apresentaram uma diminuição acentuada de 1.313.329 € para 270.773 €.

Tabela 28 - Valor económico direto gerado e distribuído (Euros), análise via DR

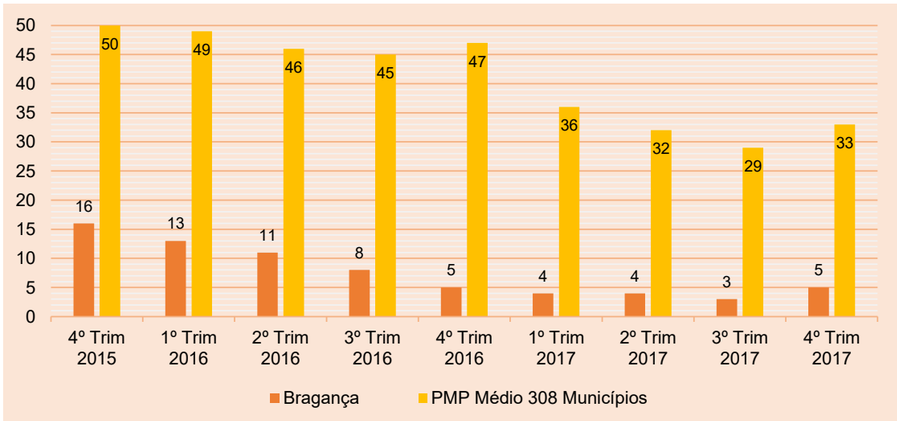
	2014	2015	2016	2017
Valor económico direto gerado	**28.755.353**	**29.191.820**	**29.044.211**	**29.121.141**
Receitas [1]	28.755.353	29.191.820	29.044.211	29.121.141
Valor económico distribuído	**19.306.247**	**18.930.183**	**20.473.415**	**21.930.817**
Salários e benefícios de empregados	6.687.004	6.619.132	6.666.561	6.747.516
Custos operacionais [2]	11.452.334	11.031.728	12.229.006	13.271.792
Pagamento a fornecedores de capital	182.495	322.945	429.299	218.642
Investimentos na comunidade	984.414	956.378	1.148.548	1.692.867
Valor económico acumulado	**9.449.106**	**10.261.638**	**8.570.796**	**7.190.323**

[1] Receitas - Corresponde ao somatório das rubricas Vendas e Prestação de Serviços, Proveitos Suplementares, Subsídios à Exploração, Trabalhos para a própria entidade, Outros Proveitos Operacionais, Proveitos e Ganhos Financeiros, Mais-valias com imobilizado deduzidas das menos-valias.
[2] Custos operacionais não incluem amortizações e provisões.

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

A Câmara Municipal de Bragança, em relação ao cumprimento dos seus compromissos para com terceiros, evidencia um indicador de Prazo Médio de Pagamentos (PMP) com resultados bastante mais favoráveis do que a média dos 308 Municípios, no período em análise. No 4º trimestre de 2015, Bragança apresentou um PMP de 16 dias, enquanto que a média dos 308 Municípios ascendeu a 50 dias (Figura 27). Em comparação ao 4º trimestre de 2017, assistiu-se a uma tendência decrescente deste prazo em Bragança, registando um PMP de 5 dias, acompanhado no mesmo sentido pela média dos 308 Municípios, com um PMP de 33 dias.

Figura 27 - Prazo Médio de Pagamento (Dias)



* PMP calculado de acordo com a fórmula publicada no Despacho 9870/2009, publicado no DR nº 71, de 13 de abril, 2ª Série, Parte C.

Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais

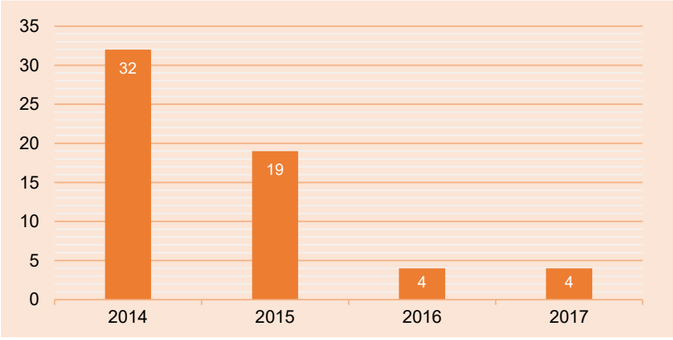
De acordo com o reporte da Direção Geral do Orçamento e nos termos dos nº 5 e 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, a Câmara Municipal de Bragança, relativamente a dezembro de 2017, encontrava-se em cumprimento da Lei dos Compromissos e não apresentava pagamentos em atraso.

Contudo, importa também referir que a Câmara Municipal de Bragança, de acordo com o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), impugnou judicialmente, até ao ano de 2017, a faturação que julga indevida à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (atualmente, e dada a extinção da referida entidade, Águas do Norte, S.A.), no montante de 4.475.644 €.

Por fim, refira-se que a Câmara Municipal de Bragança estabeleceu como objetivo a diminuição gradual do endividamento e o bom relacionamento comercial com os seus fornecedores, promovendo o pagamento no menor prazo possível, contribuindo desta forma para aumentar a liquidez dos fornecedores e, por consequência, originar um impacto positivo na economia local.

Neste âmbito, no período em análise, a Câmara Municipal de Bragança reduziu o prazo médio de pagamento a fornecedores de 32 dias para 4 dias, conforme se mostra no gráfico seguinte (Figura 28).

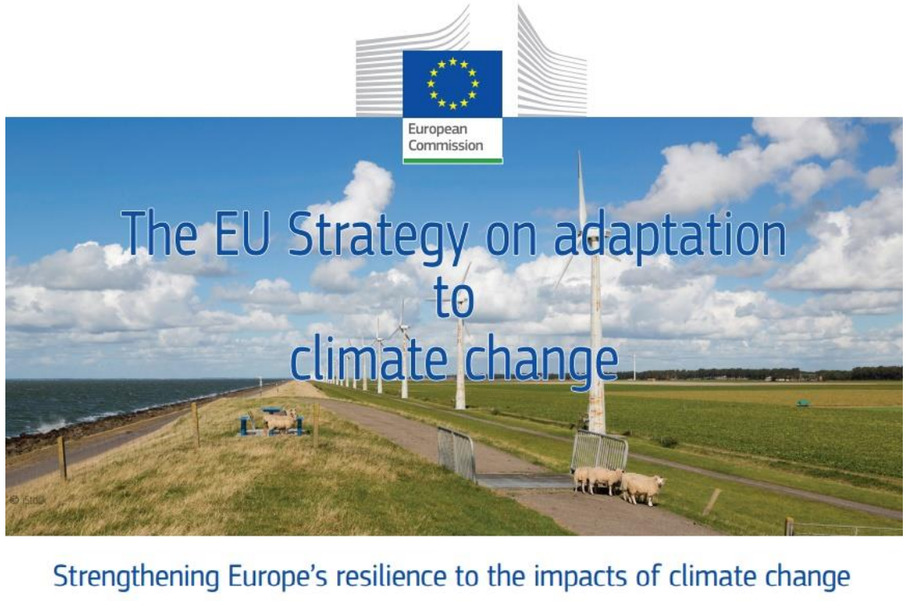
Figura 28 - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (Dias)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

G4-EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às Alterações Climáticas

As Alterações Climáticas apontam para um acréscimo de temperatura, redução média na precipitação e de um acréscimo de fenómenos meteorológicos extremos. Em Portugal, está previsto, de acordo com a informação científica existente, que os efeitos das Alterações Climáticas tenderão a ser revelados de forma mais intensa do que a média, assim como a região onde Portugal se insere tenderá a ser uma das regiões mais atingidas pelo aumento da temperatura e pela redução da precipitação. A Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, adotada em 2013, é clara quanto ao conjunto de consequências na região do Mediterrâneo, nomeadamente o aumento da temperatura média ser superior ao da média europeia, a diminuição da precipitação média anual, a diminuição do caudal médio dos rios, o aumento dos riscos de perda de biodiversidade e de desertificação, o acréscimo das necessidades de regadio para a agricultura, o aumento do risco de fogos florestais, o aumento de mortalidade causada por ondas de calor, entre outras.



Fonte: https://ec.europa.eu/clima/sites/clima/files/docs/eu_strategy_en.pdf

Tendo em consideração que, para a Câmara Municipal de Bragança, três dos principais vetores económicos são a Agricultura e a Pecuária, a Floresta e o Turismo, as alterações climáticas têm consequências ao nível da decisão dos investimentos a realizar, das alterações de comportamentos a adotar e dos custos decorrentes dessa gestão. Contudo, no âmbito desta análise, o estudo dos impactos das alterações climáticas não será elaborado dado extravasar os limites deste trabalho.

Todavia, são apresentadas medidas que foram tomadas por consequência, direta ou indireta, das alterações climáticas, na área do ordenamento do território, na gestão dos recursos hídricos disponíveis, na promoção da adaptação do sector agrícola e florestal às novas realidades climáticas, na prevenção dos incêndios florestais, na proteção da biodiversidade, na divulgação de informação aos munícipes sobre como prevenir e atuar em situações de risco e na promoção turística do concelho, de acordo com os quadros seguintes (Tabela 29, Tabela 30, Tabela 31).

Tabela 29 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para a Agricultura e Pecuária

Riscos	Agricultura e Pecuária
Aumento da temperatura / Redução da precipitação	A agricultura de regadio poderá necessitar de reforço na rega
	Eventual alteração de culturas
Acréscimo de fenómenos meteorológicos extremos	Risco de extinção de culturas / Risco de extinção de algumas espécies animais

Exemplos de medidas mitigadoras adotadas no período 2014-2017

- Construção da Estação Elevatória de Água das Quintas do Vilar
- Reabilitação de vários reservatórios de água em diversas localidades
- Instalação e montagem de novos sistemas de televigilância e telegestão
- Limpeza, enchimento e manutenção de caminhos agrícolas com a finalidade de melhorar o acesso aos terrenos agrícolas e valorizara a atividade agrícola
- Apoio (em 2017) ao Instituto Politécnico de Bragança para o estudo de caraterização da população do concelho, do agente patogénico do cancro do castanheiro e para determinar a composição mais adequada do bioproduto a aplicar no combate à doença
- Apoio à realização de atividades e eventos no concelho para a promoção e divulgação de produtos da terra e raças autóctones

Tabela 30 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para a Floresta

Riscos	Floresta
Aumento da temperatura / Redução da precipitação	Aumento do risco de incêndio
	Eventual alteração da tipologia de espécies
Acréscimo de fenómenos meteorológicos extremos	Aumento do risco de extinção de espécies

Exemplos de medidas mitigadoras adotadas no período 2014-2017

- Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Bragança, que visa um conjunto de medidas de prevenção e de planeamento e ordenamento do território florestal, sensibilização, fiscalização, vigilância, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e ações de recuperação das áreas ardidas
- Divulgação das obrigações e cuidados a ter em matéria de defesa da floresta contra incêndios, nos vários canais de comunicação do município
- Acordo de colaboração com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas para limpeza de caminhos e aceiros no perímetro florestal de Deilão
- Continuação do projeto de sinalização-fiscalização de faixas de gestão de combustível com o GIPS-GNR
- Elaboração e aprovação de candidatura ao Fundo Florestal Permanente

Tabela 31 - Riscos no contexto das Alterações Climáticas, para o Turismo, em especial no que respeita à sazonalidade

Riscos	Turismo
Aumento da temperatura	Aumento dos custos com aquecimento e arrefecimento
Redução da precipitação	Eventual escassez de água, com aumento dos custos e das interrupções do abastecimento
Acréscimo de fenómenos meteorológicos extremos	Probabilidade de impactos negativos na procura e na sazonalidade

Exemplos de medidas mitigadoras (especialmente da sazonalidade no turismo), adotadas no período 2014-2017

- Realização de vários eventos (Feiras, Festivais, Seminários)
- Iniciativa “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”
- Estudo para a implementação do Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano

- Renovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável - CETS do Parque Natural de Montesinho
- Obras de requalificação do Posto de Turismo Municipal
- Construção da maior Árvore de Natal humana iluminada, por mais de 3.698 pessoas, de todas as idades, no dia 9 de dezembro de 2015
- Divulgação do território nos órgãos de comunicação nacionais e internacionais, bem como a participação em feiras nacionais e internacionais, neste contexto foi criada nova Marca Bragança
- Instalação de dez novos *mupis*, com iluminação através de sistema solar, com o objetivo de divulgar as iniciativas municipais e outras. Instalação, ainda, de três *mupis* digitais
- Edição de um novo roteiro dos museus com tradução em espanhol, inglês e francês
- Levantamento de novos percursos pedestres no meio rural e na vila de Izeda, em articulação com as respetivas Juntas e Uniões de Freguesias
- Realização, a 3 de junho de 2016, do Fórum "Coroa Natural de Portugal", com objetivo de promover os atributos de natureza, que corporizaram as reservas naturais que conferem à Região Norte um elevado valor natural, simbólico, de bem-estar e turístico
- Elaboração de um Plano Integrado de Requalificação da Visitação de Rio de Onor, uma das 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias, na categoria Aldeias em Áreas Protegidas, o qual estará implementado durante 2018

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt

G4-EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definido

No período em análise, o Município de Bragança desenvolveu o processo de recrutamento e seleção de pessoal nos termos da legislação específica aplicável e contribuiu com os descontos relativos ao plano de benefícios que são realizados para a Caixa Geral de Aposentações, referente à Segurança Social dos funcionários públicos e trabalhadores equiparados admitidos até 31 de Dezembro 2005, e para o Instituto da Proteção e Assistência na Doença-ADSE (em regime obrigatório), ao abrigo dos Decretos-Lei nº 498/72, 118/83 e 234/2005. Este regime de descontos mantém-se ainda em vigor.

Relativamente aos colaboradores admitidos a partir de 2006, os descontos passaram a ser efetuados para a Segurança Social, ao abrigo da Lei 4/2009, sendo que os descontos para a ADSE revestem um carácter facultativo.

Os colaboradores com contrato individual de trabalho e a termo certo apresentam o plano de benefícios do Regime Geral e descontam para a Segurança Social.

Todas as obrigações referentes aos planos de benefícios encontram-se regularizadas.

No quadriénio em análise, a contribuição para a Segurança Social apresenta uma trajetória decrescente (Tabela 32), registando uma variação anual negativa de 11% em 2015 e 7% em 2017.

Tabela 32 - Contribuições para a Segurança Social na relação com outros indicadores

	2014	2015	2016	2017
Número de Colaboradores	356	346	349	361
Remunerações Certas e Permanentes (euros)	4.932.711	4.954.122	4.991.362	5.101.282
Abonos Variáveis ou Eventuais (euros)	166.197	270.139	261.064	248.720
Segurança Social (euros)	**1.614.779**	**1.429.299**	**1.472.537**	**1.369.273**

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

G4-EC4 Transferências financeiras do governo central

No que se refere às transferências financeiras recebidas do governo e tendo em conta que a análise é de uma câmara municipal, é expectável que as transferências do Orçamento de Estado e os subsídios obtidos, representem uma percentagem significativa do total dos proveitos operacionais, que no caso de Bragança é de cerca de 53% (Tabela 33).

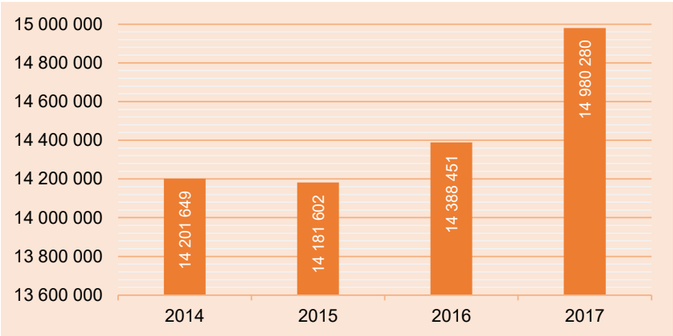
Tabela 33 - Transferências e Subsídios obtidos

	2014	2015	2016	2017
Transferências e Subsídios obtidos (euros)	14.201.649	14.181.602	14.388.451	14.980.280
% do Total de Proveitos operacionais	53%	53%	53%	54%

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Em termos absolutos, as Transferências e Subsídios obtidos no ano 2017, face ao ano anterior, registaram um aumento de cerca de 4% (Figura 29).

Figura 29 - Evolução das Transferências e Subsídios obtidos (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

3.2.2. Presença no Mercado

Neste capítulo, pretende-se salientar, numa abordagem económico-financeira, o papel/posicionamento da Câmara Municipal de Bragança face ao "mercado" em que se insere, nomeadamente no que respeita ao nível salarial e ao peso da comunidade local nos cargos de alta direção.

G4-EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes

Durante o período em análise, a Câmara Municipal de Bragança ajustou a remuneração base mais baixa ao Salário Mínimo Nacional (Tabela 34), quer para os colaboradores do sexo feminino, quer para os colaboradores do sexo masculino (Tabela 35).

Tabela 34 - Rácio entre o salário mais baixo e o Salário Mínimo Nacional

	2014	2015	2016	2017
(1) Salário mais baixo (euros)	485,00	505,00	530,00	557,00
(2) Salário Mínimo Nacional (euros)	485,00	505,00	530,00	557,00
(1) / (2)	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Da análise do número de colaboradores que usufruíram do salário mínimo nacional em junho de 2018, tendo em consideração o ano de admissão de cada colaborador e como pressuposto a manutenção do seu escalão de vencimento, obtém-se, por defeito, a distribuição destes colaboradores, por género, para o período em análise, conforme apresentado no quadro seguinte (Tabela 35).

Tabela 35 - Número de colaboradores Mulheres e Homens com Salário Mínimo Nacional

	2014	2015	2016	2017
Colaboradores Mulheres com Salário Mínimo Nacional	15	15	16	24
Colaboradores Homens com Salário Mínimo Nacional	12	13	20	27
Total de Colaboradores com salário mínimo nacional	27	28	36	51

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-EC6 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por pessoas provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes

O Município de Bragança quando pretende aumentar o seu quadro de pessoal, nomeadamente, no caso de cargos dirigentes, rege-se com o estipulado na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que "Procede à adaptação à Administração Local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado". Esta Lei sofreu alterações introduzidas pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro.

No que respeita aos eleitos locais, a proporção de pessoas da comunidade local em cargos da gestão de topo, nomeadamente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e Vereadores com pelouro atribuído, é de 100% para o período em análise (Tabela 36). Estes cargos de gestão de topo são desempenhados em 75% pelo sexo masculino e em 25% pelo sexo feminino.

Tabela 36 - Proporção do nº de pessoas da comunidade local em cargos de topo

	2014	2015	2016	2017
(1) Pessoas da comunidade local em cargos de topo	4	4	4	4
(2) Quantidade de cargos de topo	4	4	4	4
(1) / (2)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.2.3. Impactos Económicos Indiretos

G4-EC7 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono

O valor do investimento total, no quadriénio em análise, perfez 32.574.701 €, com uma tendência crescente, sendo que no ano 2015 registou um acréscimo bastante significativo face ao ano anterior, de cerca de 67%.

Tabela 37 - Custos e investimentos segundo as áreas das Grandes Opções do Plano (Euros)

	2014	2015	2016	2017	Total
Funções Gerais	**499.030**	**1.298.530**	**1.189.679**	**1.580.294**	**4.567.534**
Serviços Gerais de Administração Pública	342.856	1.114.845	930.127	1.308.981	3.696.808
Segurança e Ordem Pública	156.174	183.685	259.553	271.314	870.726
Funções Sociais	**2.286.046**	**3.157.011**	**5.061.178**	**5.057.582**	**15.561.817**
Educação	130.048	219.162	120.492	299.686	769.388
Saúde	0	100.000	113.712	114.651	328.363
Segurança Social e Ação Social	554.000	637.250	584.450	518.340	2.294.040
Habitação e Serviços Coletivos	1.128.183	1.549.699	3.435.965	3.436.358	9.550.205
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	473.815	650.900	806.560	688.546	2.619.821
Funções Económicas	**1.809.634**	**3.008.083**	**3.081.701**	**3.599.477**	**11.498.895**
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	3.000	0	0	3.000
Indústria e Energia	215.501	681.791	1.837.938	1.974.683	4.709.913
Transportes e Comunicações	956.330	729.302	697.314	1.243.003	3.625.949
Comércio e Turismo	637.803	1.593.990	516.448	351.791	3.100.032
Outras funções económicas	0	0	30.000	30.000	60.000
Outras Funções	**0**	**215.168**	**225.119**	**506.169**	**946.456**
Total de Investimento do PPI (1) e do PAM (2)	4.594.710	7.678.792	9.557.677	10.743.522	32.574.701

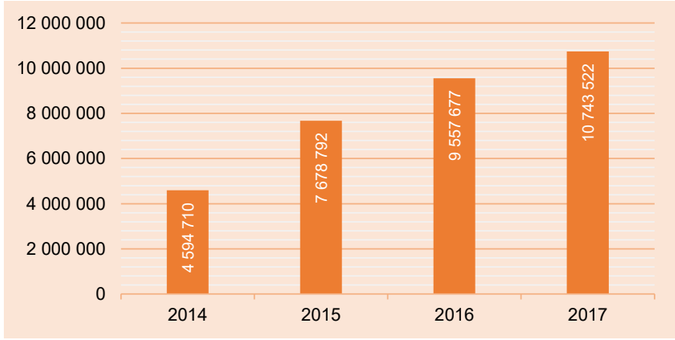
(1) Plano Plurianual de Investimentos
(2) Plano de Atividades Municipais

Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Créditos da imagem: www.facebook.com/pg/municipiobraganca/photos

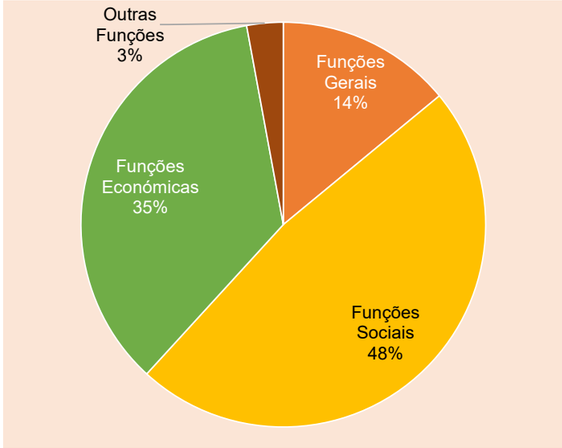
De salientar que o valor do investimento em funções sociais, no intervalo de tempo em análise, representou 48% do investimento total, as funções económicas 35% do investimento total, sendo que 14% do valor do investimento foi canalizado para funções gerais e, por último, 3% do valor do investimento foi direcionado para outras funções.

Figura 30 - Investimento total anual (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Figura 31 - Total de investimentos e atividades, por funções (2014-2017)



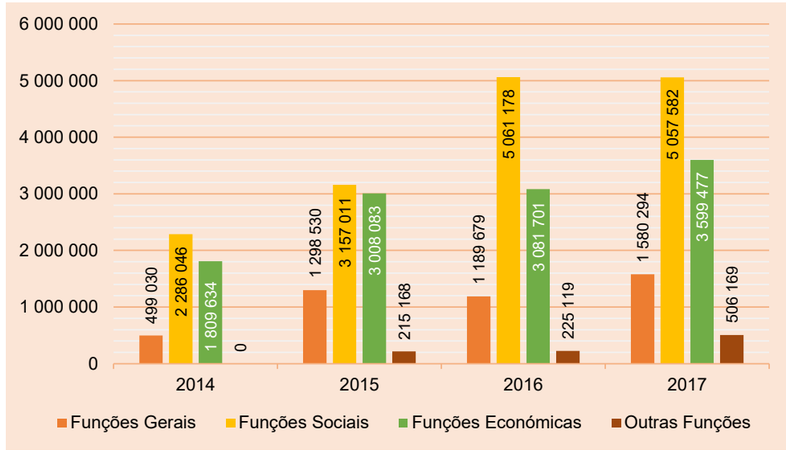
Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

No que respeita à evolução do investimento, por funções, verifica-se que as funções sociais registaram uma tendência de crescimento positiva, sendo que no ano 2016 revelou a maior variação anual, em cerca de 60%.

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/426?image_gallery_id=15

Quanto às funções económicas, observa-se a mesma trajetória positiva, mas a variação anual mais elevada registou-se no ano 2015, em cerca de 66%. Em termos das funções gerais, a variação anual positiva mais elevada registou-se, igualmente, no ano 2015, em cerca de 160%. Por último, a categoria de outras funções iniciou-se no ano 2015 e registou o maior acréscimo no ano 2017, em cerca de 125%.

Figura 32 - Investimento anual, por funções (Euros)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

Numa análise mais pormenorizada da execução das decisões de investimento da Câmara Municipal de Bragança, definidas nas Grandes Opções do Plano, ao longo do quadriénio em análise, constata-se que as áreas mais absorventes do valor total do investimento são as seguintes:

- Habitação e Serviços Coletivos, 29%
- Indústria e Energia, 15%
- Transportes e Comunicações, 11%
- Serviços Gerais de Administração Pública, 11%
- Comércio e Turismo, 10%
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, 8%
- Segurança Social e Ação Social, 7%

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=2245

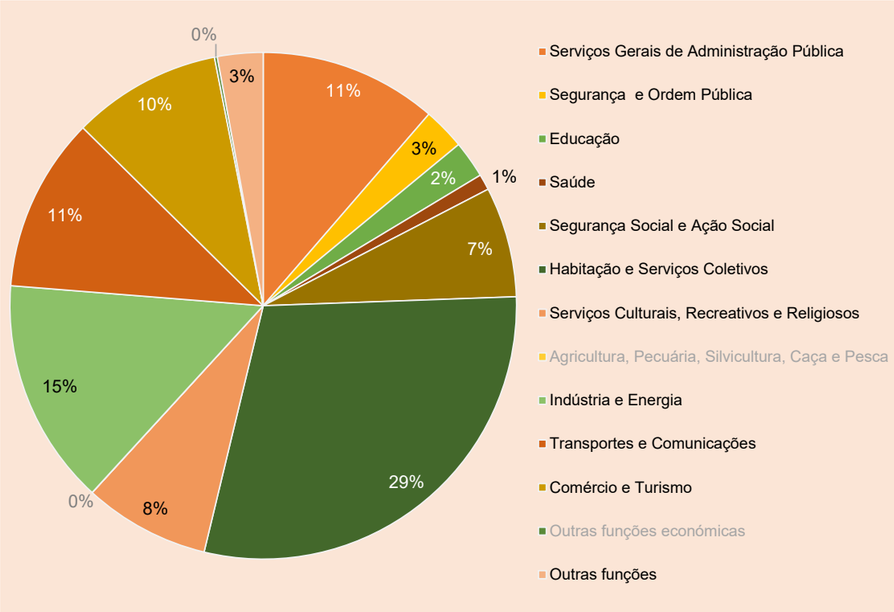
As restantes áreas de investimento variam até 3% do investimento total.

Por último, é de salientar que a repartição do investimento, durante o quadriénio em análise, espelha a estratégia delineada pelo executivo da Câmara Municipal de Bragança, assente em quatro pilares orientadores:

- Gestão, Organização Interna e Relacionamento com o Cidadão
- Coesão Social
- Desenvolvimento Económico e Competitividade
- Reabilitação Urbana

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=2237

Figura 33 - Repartição do investimento (2014-2017)



Fonte: Relatórios e Contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, Câmara Municipal de Bragança

G4-EC8 Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais signifcativos, incluindo a sua extensão

As atividades exercidas por uma entidade originam impactos económicos diretos, indiretos e induzidos para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua.

Os impactos económicos indiretos são consequências adicionais da atividade financeira e do fluxo de recursos entre a entidade e os seus públicos. É razoável que as atividades exercidas pelo Município de Bragança contribuam forma significativamente para o desenvolvimento regional, de forma direta, com a aquisição de bens e serviços e com a concretização de investimentos, e indireta, com o aumento significativo da arrecadação tributária pela execução dessas mesmas atividades.

Neste sentido, dada a diversidade e complexidade das atividades exercidas pelo município, a quantificação dos impactos económicos indiretos exige um estudo mais minucioso, sendo abordados apenas os investimentos e despesas de outra natureza consideradas relevantes para a atividade municipal ou complementares aos investimentos efetuados ao nível das

funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções que visam essencialmente o benefício público.

3.2.4. Práticas de Compra

G4-EC9 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes

A Câmara Municipal de Bragança, na Aquisição de Bens e Serviços e na Contratação de Empreitadas, rege-se pelo Código de Contratação Pública, o qual tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, com a finalidade de aumentar a eficiência da despesa pública e a acessibilidade por parte dos operadores económicos. Neste contexto, a Câmara Municipal de Bragança promove diversas formas de relacionamento com os fornecedores, nomeadamente através do portal de contratação pública, reuniões, inquéritos de auscultação do nível de satisfação e comunicações digitais.

Reconhecendo a importância do desenvolvimento económico do concelho, a câmara municipal recorre, sempre que possível, aos fornecedores locais que apresentem condições compatíveis com a concorrência e cumpram as normas da contratação pública. Neste contexto, a proporção de custos com os fornecedores locais foi bastante expressiva, no quadriénio em análise, em média superior a 40% e com um crescimento face ao ano anterior, em termos absolutos, cerca de 90% em 2016 e 23% no ano 2017, conforme se pode observar no quadro seguinte (Tabela 38).

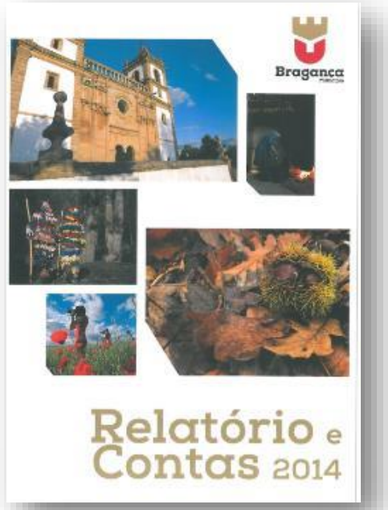
Tabela 38 - Proporção de custos com fornecedores locais

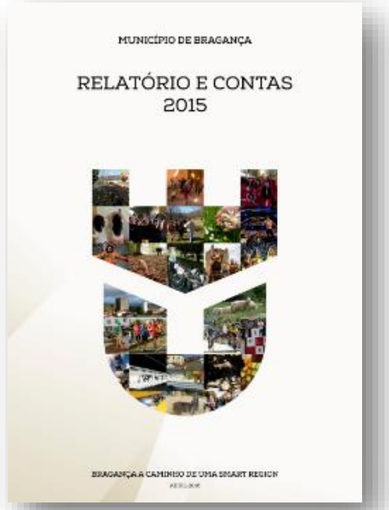
	2014	2015	2016	2017
(1) Custos com fornecedores locais (euros)	983.818	954.849	1.812.411	2.237.702
(2) Custos totais com fornecedores (euros)	2.193.438	2.118.221	4.955.936	5.535.329
% dos custos com fornecedores locais (1) / (2)	44,9%	45,1%	36,6%	40,4%

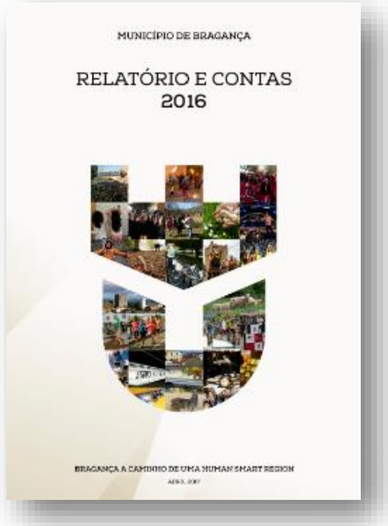
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Tendo em consideração que o Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores é bastante reduzido, o impacto económico da atividade do município na economia local e regional é de grande relevância.

Relatórios e Contas analisados







3.3. SOCIAL

A dimensão social da sustentabilidade envolve a análise dos impactos do município no sistema social em que atua, nomeadamente ao nível do emprego e das relações laborais, da saúde e segurança no trabalho, da formação e educação, da diversidade e igualdade de oportunidades, da igualdade de remuneração entre mulheres e homens, da avaliação de fornecedores em termos das suas próprias práticas laborais e dos mecanismos de queixas e reclamações relacionadas também com as práticas laborais.

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

3.3.1. Emprego

G4-LA1 Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade por grupo etário e género

No ano de 2017, o Município de Bragança mantinha relação laboral com um total de 360 trabalhadores em exercício de funções, número que nos três anos anteriores conheceu alguma oscilação (Tabela 39).

Tabela 39 - Trabalhadores em exercício de funções (Nº)

Tipo de vínculo	2014	2015	2016	2017
Contrato de trabalho de funções públicas por tempo indeterminado	335	326	328	338
Comissão de serviço	10	10	10	10
Outro	6	5	6	6
Eleitos locais	4	4	4	4
Contrato de trabalho de funções públicas a termo resolutivo incerto	0	0	0	2
Contrato de trabalho de funções públicas a termo resolutivo certo	0	0	0	0
Total	**355**	**345**	**348**	**360**

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Tendo-se registado uma quebra no número total de trabalhadores entre os anos de 2014 e 2015, a partir deste último ano o seu número foi progressivamente aumentando. Como se pode observar no mesmo quadro (Tabela 39), a esmagadora maioria dos trabalhadores do município detinha um contrato de trabalho de funções públicas por tempo indeterminado, o que resulta num valor médio de 95% dos recursos humanos no quadriénio em análise com este tipo de vínculo jurídico[19]. Em consequência, e quando se olha às taxas de novas contratações de trabalhadores, as mesmas detêm valores diminutos, conforme se dá conta no quadro seguinte (Tabela 40).

Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

Tabela 40 - Taxa anual de contratação de novos trabalhadores

	2014	2015	2016	2017
Taxa anual	5,1%	0,3%	2,4%	6,6%
Média do quadriénio	3,6%			

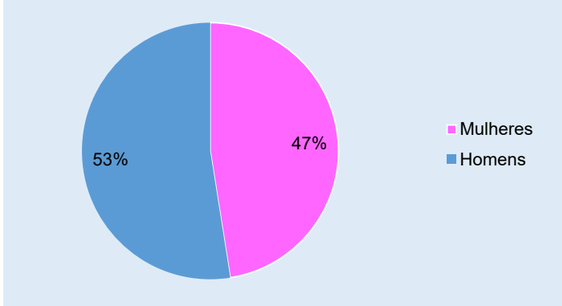
* Para efeitos de cálculo da taxa, apenas se tomou em conta o número de indivíduos contratados através de procedimento concursal. No cálculo não foram integrados os eleitos locais.

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

[19] No cálculo não foi considerado o número de eleitos locais.

No quadriénio em análise, a contratação de novos trabalhadores revelou um nível equilibrado de paridade entre os géneros, com uma ligeira vantagem do grupo dos homens (Figura 34).

Figura 34 - Contratação de novos trabalhadores (%), por género, 2014-2017



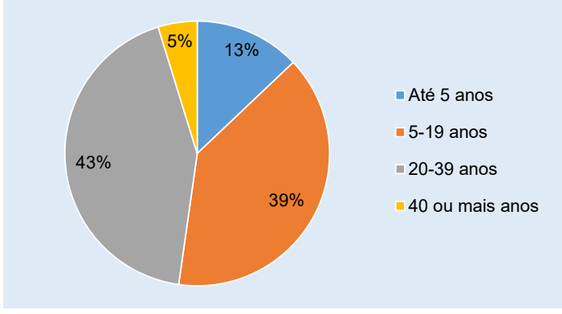
* Para efeitos de cálculo da taxa apenas se tomaram em conta o número de indivíduos contratados através de procedimento concursal. No cálculo não foram integrados os eleitos locais.

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

No intervalo de tempo em análise não se registou nenhuma situação de posto de trabalho previsto e não ocupado, pelo que o município deteve 100% de sucesso em todos os procedimentos de recrutamento que intentou realizar. Assim, no quadriénio em análise, o Município de Bragança evidencia um quadro de pessoal com grande estabilidade laboral e, concomitantemente, sujeito a escassa renovação do seu capital humano.

A forte estabilidade que confere ao seu quadro de pessoal surge igualmente evidenciada na antiguidade dos trabalhadores, que se descreve no gráfico abaixo (Figura 35).

Figura 35 - Percentagem de trabalhadores por antiguidade, 2017



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Assim, os valores percentuais indicam um peso esmagador (87%) do número de trabalhadores que possui 5 ou mais anos de casa Um pouco mais acima na escada da antiguidade, é significativa a percentagem de trabalhadores (48%) que apresentava no ano de 2017, vinte ou mais anos em funções, ou seja, praticamente metade do quadro de pessoal.

No que concerne às saídas de trabalhadores da instituição, os motivos que mais contribuíram para a concretização das mesmas são apresentados no quadro seguinte (Tabela 41).

Tabela 41 - Motivos da saída de trabalhadores, total e por género, 2014-2017

Motivo da saída	Mulheres	Homens	Total
Reforma	4	22	**26**
Caducidade	8	8	**16**
Outros motivos	0	8	**8**
Morte	0	4	**4**
Resolução, denúncia ou exoneração [1]	0	4	**4**
Cessação da comissão de serviço	2	1	**3**
Limite da idade	0	2	**2**
Total	**14**	**49**	**63**

[1] Por iniciativa do trabalhador

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Conforme se pode constatar no quadro apresentado, e nos anos em análise, o principal motivo de saída de trabalhadores do município foi a reforma, logo seguido pela caducidade do contrato de trabalho. Segue-se uma categoria de ordem residual, “Outros”, com 8 ocorrências.

São os trabalhadores do sexo masculino que registam maior número de saídas do quadro de pessoal autárquico, somando cerca de 78% do total de ocorrências.

GA-LA2 Benefícios concedidos e colaboradores a tempo integral que não são oferecidos a colaboradoes temporários ou a meio tempo

Todos os trabalhadores do Município de Bragança inscritos no mapa de pessoal, independentemente da duração do vínculo laboral, auferem de idênticos direitos e benefícios sociais e de saúde. A inscrição nos regimes da Segurança Social, para trabalhadores não abrangidos já pela Caixa Geral de Aposentações, abrange todos os restantes trabalhadores. A todos é igualmente possível a inscrição na ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença - IP, bem como auferir de um seguro de acidentes de trabalho.

No que concerne à saúde ocupacional, todos os trabalhadores do município auferem de serviços de medicina do trabalho, quer no momento da sua admissão, quer depois a nível periódico ou ocasional, consoante as necessidades diagnosticadas.

Como forma de promover um ambiente de trabalho positivo e salutar, todos os trabalhadores são ofertados no dia do seu aniversário.

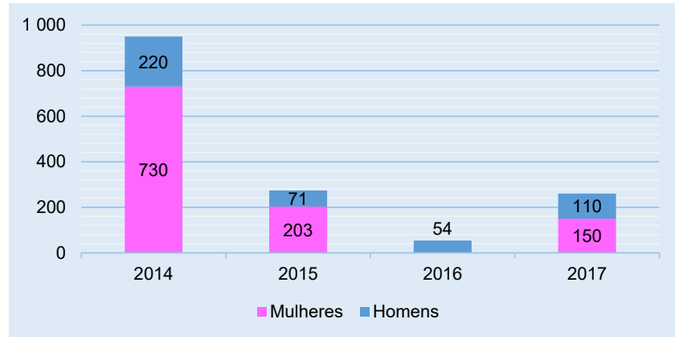
Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

G4-LA3 Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença de maternidade/paternidade, discriminadas por género

Para os trabalhadores do município que detêm um contrato de funções públicas por tempo indeterminado, a taxa de retorno ao trabalho e a retenção após licença de maternidade/paternidade foi de 100%, dado o enquadramento legal em causa. No período em análise, não ocorreram licenças de maternidade/paternidade no âmbito das outras situações laborais.

No que concerne ao tempo de ausência por motivo de proteção da parentalidade, o mesmo é mais expressivo junto das trabalhadoras do sexo feminino, conforme se pode observar no gráfico seguinte (Figura 36).

Figura 36 - Dias de ausência por motivo de proteção da parentalidade, por género



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Seria útil e benéfica a futura contabilização do número de mulheres e homens que utilizaram ou não utilizaram a respetiva licença por maternidade/paternidade, e a forma como a utilizaram, com vista a melhor compreender a distribuição desta responsabilidade familiar e social entre mulheres e homens.

3.3.2. Relações Laborais

G4-LA4 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se são especificadas em acordos de negociação coletiva

A realização de mudanças operacionais encontra-se sujeita a procedimento administrativo estandardizado. A efetivação das mesmas realiza-se a nível individual (para cada trabalhador), sujeito a autorização superior, e posterior notificação ao/à trabalhador/a e seu superior hierárquico.

3.3.3. Saúde e Segurança no Trabalho

G4-LA5 Percentagem da força de trabalho representada em comités formais de saúde e segurança, que ajudam a monitorizar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho

A percentagem da força de trabalho que assegura a representação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no local de trabalho é regulada pela Lei nº 102/2009, de 10 de

setembro. Não obstante este ser um indicador regulado por lei, a mesma estipula um máximo, no âmbito do qual é deixada margem de manobra às organizações na proposta do número desejado. Assim, no Município de Bragança, os representantes dos trabalhadores eleitos, no total de quatro efetivos e quatro suplentes, foram-no em obediência ao estipulado no art.º 21, nº 4 da Lei nº 102/2009, de 10 de setembro, que determina um máximo de quatro representantes em empresas que detenham entre 301 a 500 trabalhadores. Assim, a percentagem da força de trabalho representada neste domínio específico foi de cerca de 1% no quadriénio em análise (Tabela 42).

Tabela 42 - Trabalhadores eleitos (%) como representantes em matéria de segurança e saúde no trabalho

Anos	2014	2015	2016	2017
Número total de trabalhadores em exercício de funções	355	345	348	360
Número de representantes eleitos	4	4	4	4
Percentagem de trabalhadores eleitos como representantes em saúde e segurança no trabalho	1,1%	1,2%	1,2%	1,1%

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

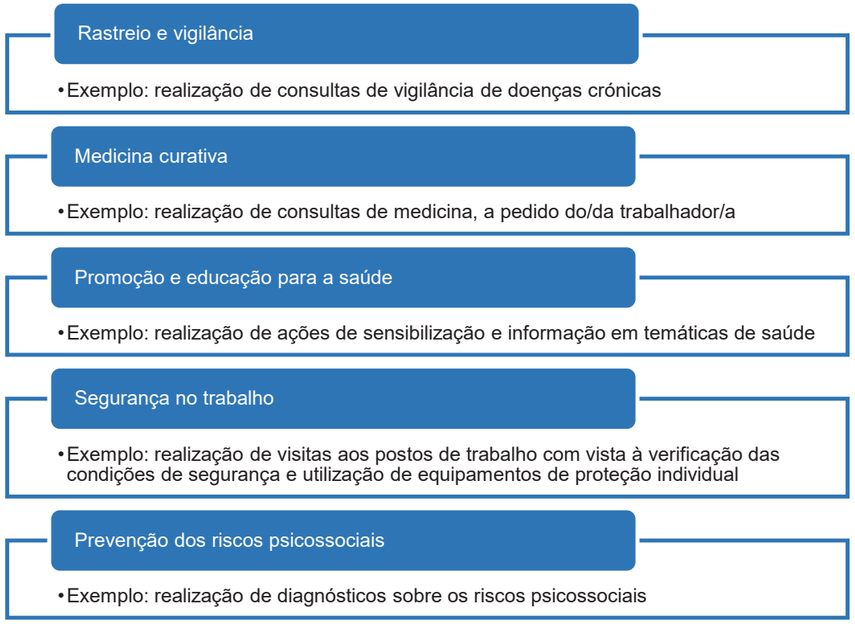
A lista eleita foi apresentada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional - Direção Regional de Bragança, conforme o estipulado no art.º 21, nº 2 da citada lei, que apresentou uma lista com o número máximo de representantes permitidos.

Com vista a garantir as melhores condições de saúde no local de trabalho, o Município de Bragança subcontrata anualmente serviços a uma empresa na área da segurança e saúde no trabalho. A articulação com a empresa escolhida cabe a um técnico superior de higiene e segurança do trabalho, pertencente ao quadro de pessoal do município e afeto a esta função específica.

Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

A intervenção da empresa prestadora de serviços tem ocorrido em cinco áreas essenciais: 1) rastreio e vigilância; 2) medicina curativa; 3) promoção e educação para a saúde; 4) segurança no trabalho, e; 5) prevenção dos riscos psicossociais. Ilustra-se a atividade desenvolvida com exemplos apresentados na figura seguinte (Figura 37).

Figura 37 - Áreas de intervenção em saúde e segurança no trabalho



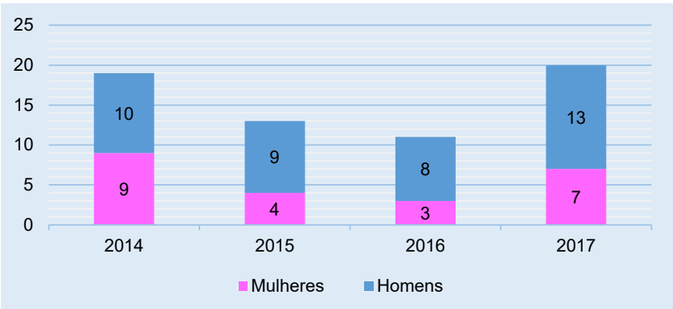
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com trabalho, discriminados por género

No quadriénio em análise não há registo de ocorrência de doenças profissionais. Relativamente aos acidentes de trabalho, os anos de 2014 e 2017 são aqueles onde se regista um maior número de ocorrências, 19 e 20 acidentes, respetivamente (Figura 38).

Em todos os anos analisados, são os trabalhadores do sexo masculino que registam maior número de acidentes de trabalho, na percentagem de 63,5%, contra 36,5% observados para as mulheres. Todos os acidentes de trabalho ocorreram no local de trabalho, não se tendo registado nenhuma ocorrência *in itinere*.

Figura 38 - Número de acidentes de trabalho (no local de trabalho *e in itinere*), por género

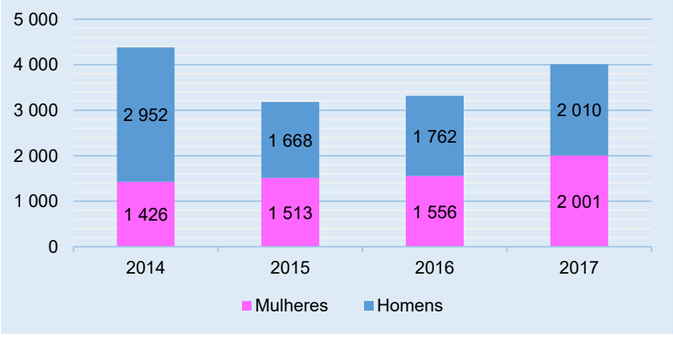


Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Todos os acidentes de trabalho ocorridos deram origem à ausência do/da trabalhador/a por motivo de baixa. Neste âmbito, e no que concerne aos dias de trabalho perdidos (Figura 39), existe uma relação de proporcionalidade entre o número de acidentes registados e o número de dias perdidos, indicando que sempre que o número de acidentes diminui o número de dias de ausência igualmente se reduziu.

Os trabalhadores do sexo masculino são responsáveis pelo maior número de faltas por este motivo específico, muito embora numa proporção não muito afastada das mulheres. Assim, os trabalhadores do sexo masculino representam 56,4% do absentismo por motivo de acidente de trabalho, contra 43,6% das trabalhadoras mulheres. No que concerne ao tipo de lesão ou problema de saúde provocado pelo acidente de trabalho, os balanços sociais e restante informação não oferecem dados que permitam este nível de especificidade na análise.

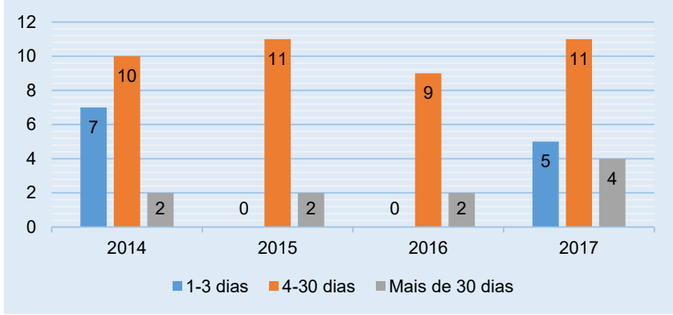
Figura 39 - Dias de trabalho perdidos por baixa derivada de acidente de trabalho, por género



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Contudo, a prevalência da duração das baixas situa-se no intervalo “4-30 dias”, o que sugere problemas de saúde cujos efeitos podem ser eliminados ou mitigados neste espaço de tempo (Figura 40).

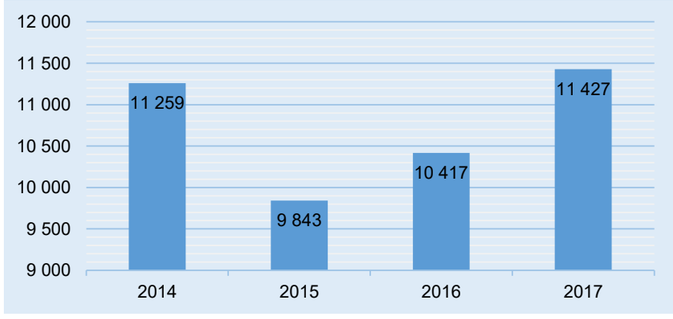
Figura 40 - Duração das baixas por acidente de trabalho



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Todos os acidentes resultaram na declaração da incapacidade temporária absoluta para o trabalho por parte do/da trabalhador/a. No quadriénio em análise, não se registou qualquer acidente de trabalho do qual tivesse resultado a morte do/da trabalhador/a. No que concerne ao absentismo em geral, o mesmo demonstra, desde o ano de 2015, uma tendência crescente (Figura 41).

Figura 41 - Dias de ausência do local de trabalho



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Não existem dados relativos ao impacto do absentismo no funcionamento dos serviços, contudo, a expressão do mesmo leva a considerar deter algum peso, a considerar futuramente. Em média[20], e no período em análise, cada trabalhador/a do Município ausenta-se, para além do seu período de férias, mais 31 dias (Tabela 43).

Tabela 43 - Número médio de faltas, por trabalhador

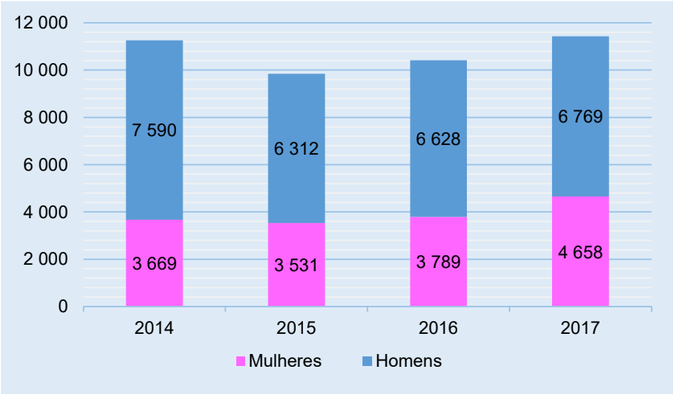
	2014	2015	2016	2017	Média do quadriénio
Nº médio (1) de dias de ausência, por trabalhador	32 dias	28,5 dias	30 dias	32 dias	31 dias

(1) O cálculo foi efetuado pela divisão do número total anual de faltas pelo número total anual de trabalhadores em exercício de funções, para cada ano.

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Na análise do absentismo por género, constata-se que são os trabalhadores do sexo masculino que mais contribuíram para a perda de dias de trabalho, conforme exposto no gráfico seguinte (Figura 42). Esta situação repete-se para todos os anos em análise, com os trabalhadores homens a representarem 64% do absentismo no Município de Bragança no quadriénio em análise.

Figura 42 - Dias de ausência do trabalho, por género



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

[20] Este valor é uma média, o que significa que haverá trabalhadores que não apresentam faltas e outros que apresentam valores mais elevados que os apresentados.

No que concerne aos motivos que explicam o absentismo, os mesmos são quantificados no quadro seguinte (Tabela 44).

Tabela 44 - Dias de ausência do local de trabalho, por motivo

Motivo de ausência	2014	2015	2016	2017	Total
Doença	5.174	5.590	6.302	6.098	**23.164**
Por acidente em serviço / Doença profissional	4.378	3.181	3.381	4.011	**14.951**
Por conta do período de férias	430	365	408	401	**1.604**
Proteção na parentalidade	950	274	54	260	**1.538**
Outros	107	135	100	457	**799**
Falecimento de familiar	129	96	94	89	**408**
Assistência a familiares	55	70	46	29	**200**
Greve	0	53	0	34	**87**
Cumprimento de pena disciplinar	0	75	0	0	**75**
Trabalhador estudante	21	4	17	23	**65**
Casamento	15	0	15	25	**55**
Faltas injustificadas	0	0	0	0	**0**
Com perda de vencimento	0	0	0	0	**0**
Total	**11.259**	**9.843**	**10.417**	**11.427**	**42.946**

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Se olharmos aos três motivos principais que justificam o absentismo, o motivo mais expressivo a justificá-lo é a ocorrência de “Doença”, logo seguido pela categoria “Por acidente em serviço/ Doença profissional” e, num terceiro lugar, pela categoria “Por conta do período de férias”.

O motivo “Doença” representa 54% do absentismo no total do quadriénio. Com um quadro de pessoal a envelhecer, este será um indicador que terá tendência a aumentar.

O motivo “Por acidente em serviço/Doença profissional” ocupa um segundo lugar de grandeza. Uma vez que este tipo de ocorrências pode ser evitado ou grandemente diminuído, esta será uma área de intervenção prioritária.

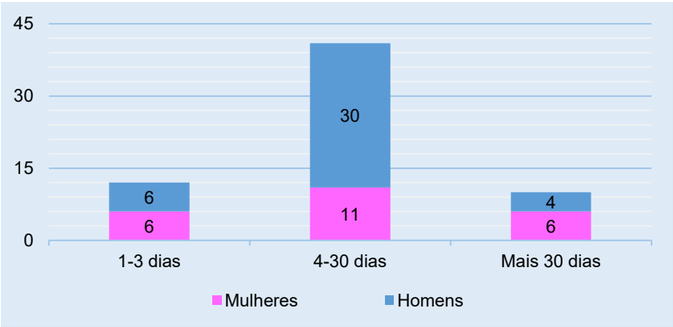
O surgimento da categoria “Por conta do período de férias” em terceiro lugar sugere a importância que esta faculdade possui para os/as trabalhadores/as na conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal. Na outra face da moeda, o valor do mesmo sugere, da parte dos serviços, uma maior dificuldade na organização e previsão da força de trabalho.

G4-LA7 Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação

Conforme já expresso, e em todos os anos analisados, são os trabalhadores do sexo masculino que registam maior número de acidentes de trabalho (63,5% contra 36,5% nas trabalhadoras mulheres). De igual forma, são os trabalhadores do sexo masculino os que mais contribuem para o absentismo em virtude de acidentes de trabalho: neste âmbito representam 56,4% contra 43,6% das trabalhadoras mulheres. Contudo, e neste último indicador, as mulheres representam igualmente uma percentagem significativa neste tipo de ocorrência, pelo que neste domínio ambos os géneros devem merecer uma atenção cuidada naquilo que concerne à prevenção deste tipo de acidentes.

No que respeita à duração da baixa por acidente de trabalho, por género (Figura 43), verifica-se que, nos anos em análise, o tipo de baixa que apresenta maior discrepância de género é aquele que dura entre "4-30 dias", com os homens a assumirem maior representatividade, à semelhança dos restantes indicadores neste domínio.

Figura 43 - Duração da baixa por acidente de trabalho, por género, 2014-2017



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

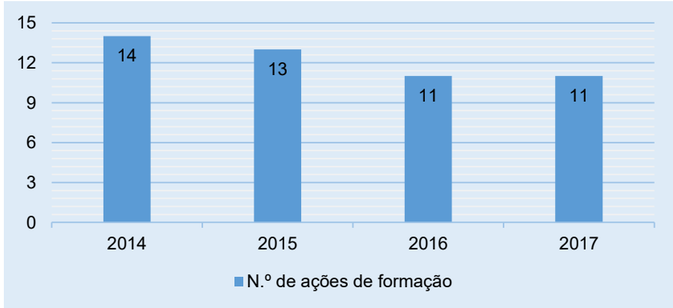
Na categoria de duração "mais de 30 dias" não se assinalam diferenças significativas. A categoria "1-3 dias" apresenta um valor igual para ambos os géneros. De acordo com a informação prestada pelos serviços municipais, a totalidade dos acidentes de trabalho ocorridos aconteceu com trabalhadores com as categorias de Assistente Operacional ou Assistente Técnico. Serão, pois, estas categorias, com uma atenção particular aos trabalhadores do sexo masculino, aquelas que deverão merecer uma atenção redobrada no âmbito das intervenções preventivas.

3.3.4. Formação e Educação

G4-LA9 Número médio de horas de formação por ano por colaborador, discriminado por género e categoria funcional

No quadriénio em análise, ocorreram 49 ações de formação dirigidas aos trabalhadores do Município de Bragança, que se distribuíram com alguma uniformidade ao longo dos anos em análise (Figura 44).

Figura 44 - Ações de formação ministradas aos trabalhadores



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Toda a formação profissional ministrada aos trabalhadores do Município de Bragança foi desenvolvida por entidades externas, revelando ser este um serviço que o município opta por subcontratar ao exterior. A informação que o município recolhe e sistematiza, e que depois disponibiliza à Direcção-Geral das Autarquias Locais, não permite o cálculo do número médio de horas de formação/ano, por colaborador[21]. Apenas permite o cálculo do número médio de horas de formação anuais por participante, por categoria profissional, conforme se expõe no quadro seguinte (Tabela 45).

A capacidade que o indicador exposto tem de informar sobre a distribuição equitativa das oportunidades formativas é limitada, uma vez que não distingue se, por exemplo, foram sempre os mesmos colaboradores a receber a formação, no âmbito de cada carreira. Desta forma apenas é possível concluir pela carreira em média mais beneficiada pelas intervenções formativas. No período em análise foi a carreira de Assistente Técnico, logo seguida pela carreira de Dirigente Intermédio, neste último caso apenas para os anos 2015-2017.

[21] De igual forma, não existem dados que permitam distinguir o género dos participantes nas ações de formação.

Tabela 45 - Número médio de horas de formação profissional por participante, por carreira profissional

Carreira/cargo	2014	2015	2016	2017
Assistente Técnico	10,9	15,6	21,7	13,6
Dirigente Intermédio	6,7	10,5	16,8	8,9
Outros	9,3	8,4	14,0	8,0
Técnico Superior	6,1	9,6	11,5	7,9
Assistente Operacional	7,0	0,0	14,0	4,3
Informática	7,0	7,0	9,3	0,0

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-LA10 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos colaboradores em período de preparação para a aposentação

O Município de Bragança proporciona formação contínua aos seus colaboradores, nas suas diferentes áreas de intervenção e matérias transversais ao serviço municipal, o que lhes permite manter os seus níveis de preparação técnica e operacional, bem como adquirir informação e competências pertinentes à atividade municipal.

A formação a ministrar é programada anualmente, com base no levantamento de necessidades e propostas formativas apresentadas por cada serviço ou sector, no início de cada ano civil. A estratégia formativa contempla ainda a possibilidade de se realizarem ações formativas não contempladas no plano anual, desde que se revistam de relevância e utilidade para o serviço.

O Município de Bragança tem vindo a privilegiar a organização de ações de formação nas suas próprias instalações, como forma de reduzir os custos associados à deslocação/ estadia dos seus colaboradores, bem como forma de aumentar o número de participantes que possam vir a gozar das oportunidades formativas que, de outra forma, estariam financeiramente mais limitadas.

G4-LA11 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Todos os trabalhadores do Município de Bragança recebem regularmente avaliações de desempenho. Esta é uma medida universal, aplicável a todos os profissionais municipais, conforme o estatui o SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública[22], na versão adaptada para a Administração Autárquica, pelo Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro.

No que concerne aos trabalhadores, e no período em causa (2014-2017), houve lugar à correspondente avaliação de desempenho bianual[23] (2015-2016), num total de 328 trabalhadores avaliados. Neste ciclo avaliativo registaram-se dois pedidos de intervenção da Comissão Paritária, os quais terminaram sem provimento.

No quadriénio em análise, o único fator que originou mudanças na situação dos/das trabalhadores/as[24] foi a abertura de concursos. Neste âmbito, os mesmos ocorreram apenas em Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, conforme se pode observar no quadro (Tabela 46).

A carreira de Assistente Operacional foi aquela que registrou maior número de mudanças. Os trabalhadores do sexo masculino são aqueles que registam maior número de mudanças na sua situação, na proporção de 60%, contra 40% para as mulheres.

Tabela 46 - Trabalhadores que conheceram mudanças nas suas situações laborais, por carreira e por género, 2014-2017

Cargo/carreira	Mulheres	Homens	Total
Assistente operacional	4	8	**12**
Técnico superior	4	4	**8**
Assistente técnico	2	3	**5**
Dirigente intermédio	0	0	**0**
Informática	0	0	**0**
Outros	0	0	**0**
Total	**10**	**15**	**25**

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

[22] Art.º 2, nº 1, da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.
[23] Art.º 9, nº 3, alínea c), do Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro.
[24] Trabalhadores já pertencentes ao quadro de pessoal.

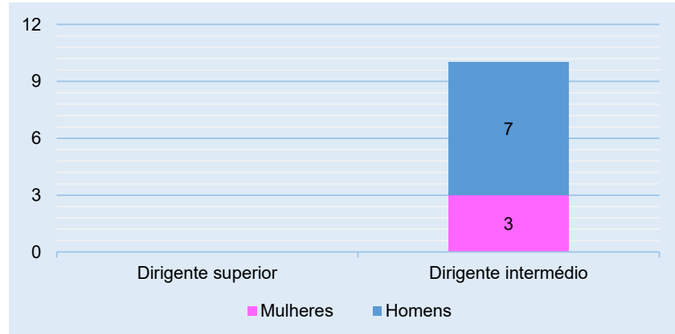
Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

3.3.5. Diversidade e Igualdade de Oportunidades

G4-LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governação e discriminação de colaboradores por categoria funcional, de acordo com o género, grupo etário, minorias e outros indicadores de diversidade

No quadriénio em análise, o grupo dirigente[25] do Município de Bragança manteve-se estável e encontrava-se integrado, na sua totalidade, na carreira de dirigente intermédio, através do vínculo de Comissão de Serviço. Este grupo, num total de 10 dirigentes, era constituído por 7 homens e 3 mulheres (Figura 45). As mulheres representam, assim, 30% da força dirigente, contra 70% de dirigentes homens.

Figura 45 - Composição por carreira e género do grupo dirigente, 2014-2017



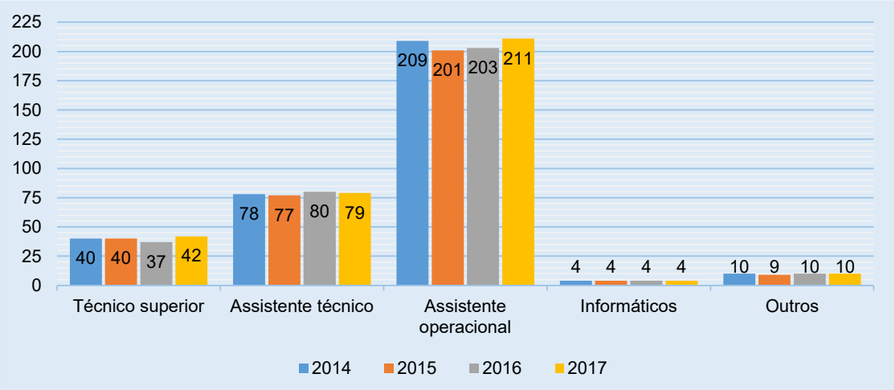
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Os restantes trabalhadores do Município de Bragança distribuem-se por cinco carreiras, conforme se apresenta no gráfico seguinte (Figura 46). De uma forma geral, as diferentes carreiras não-dirigentes mantiveram-se estáveis face ao número de trabalhadores, nos quatro anos analisados.

A carreira que apresenta um maior desequilíbrio numérico entre mulheres e homens trabalhadores é a carreira de Assistente Operacional, seguida já a alguma distância pela de Assistente Técnico, com maior presença de mulheres (Tabela 47).

[25] Não se inclui nesta análise os dirigentes eleitos.

Figura 46 - Número de trabalhadores não-dirigentes, por carreira



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Dadas as características de algumas funções e atividades implicadas na carreira de Assistente Operacional (p. ex. exigência de maior força física para o manuseamento de maquinaria), são lugares convencionalmente mais ocupados por trabalhadores do sexo masculino. As restantes carreiras apresentavam uma maior paridade entre homens e mulheres.

Tabela 47 - Número médio de trabalhadores por carreira, por género, 2014-2017

Carreira	Nº médio de trabalhadores no quadriénio		Diferença entre médias por género
	Mulheres	Homens	
Assistente Operacional	53,0	153,0	100,0
Assistente Técnico	42,5	36,0	6,5
Técnico Superior	18,5	21,3	2,8
Informática	1,0	3,0	2,0
Outros	4,3	5,5	1,3

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Ao longo do período 2014-2017, a distribuição numérica por género manteve-se estável pela reduzida alteração numérica sentida no interior de cada carreira.

No que respeita à idade dos trabalhadores, a faixa etária proporcionalmente mais representativa situava-se, até 2016, no intervalo entre os 45-54 anos. Em 2017, a faixa etária dos 55-64 anos ultrapassou, em meio ponto percentual, a anterior, fruto do envelhecimento gradual dos colaboradores (Tabela 48).

Tabela 48 - Proporção de trabalhadores por grupo etário (%)

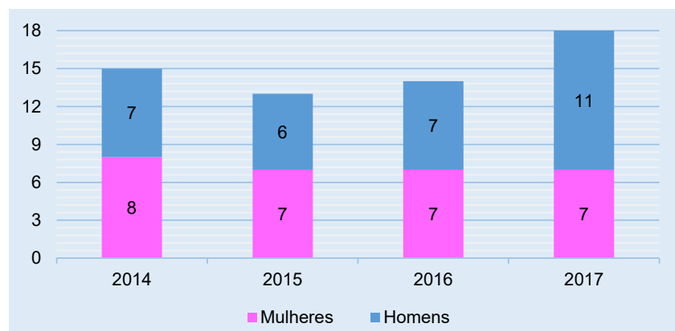
Grupo etário	2014	2015	2016	2017
55-64 anos	28,5%	32,3%	33,7%	34,8%
45-54 anos	37,9%	34,9%	35,8%	34,3%
35-44 anos	23,9%	23,5%	21,5%	21,4%
25-34 anos	7,7%	6,2%	5,8%	6,7%
65-69 anos	1,7%	3,2%	3,2%	2,5%
Até 24 anos	0%	0%	0%	0,3%
70 e mais anos	0,3%	0%	0%	0%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Esta situação indica-nos a existência de uma força de trabalho globalmente envelhecida (acima dos 50 anos). A presença de trabalhadores mais jovens, que experimentam o seu primeiro emprego, é exígua, bem como nas faixas mais velhas (65 e mais anos), sugerindo ser a opção pela reforma, ou mesmo reforma antecipada, uma realidade, assim que esta se torna possível. O progressivo envelhecimento da força de trabalho, dada a estabilidade dos vínculos laborais, será uma realidade a considerar para os próximos anos.

No que concerne à existência de trabalhadores portadores de deficiência, a situação é descrita no gráfico seguinte (Figura 47). Se o número de mulheres portadoras de deficiência se tem mantido estável, já o número de trabalhadores do sexo masculino portadores de deficiência tem vindo a aumentar em virtude da sua mudança de condição nesta situação específica, emitida por Junta Médica.

Figura 47 - Número de trabalhadores portadores de deficiência

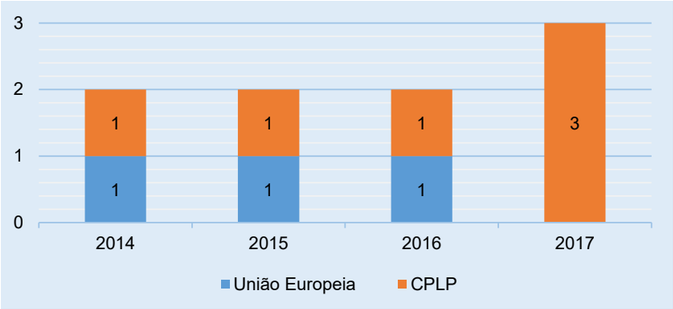


* Incapacidade permanente igual ou superior a 60%

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Relativamente à nacionalidade dos trabalhadores, o quadro de pessoal apresenta uma situação bastante homogénea, com apenas 2 trabalhadores no período 2014-2016 e 3 trabalhadores no ano de 2017 a exibirem nacionalidade estrangeira (Figura 48).

Figura 48 - Origem dos trabalhadores com nacionalidade estrangeira



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.3.7. Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres

G4-LA16 Diferença de salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes

No que concerne à igualdade de remuneração entre mulheres e homens, uma vez que os vencimentos da Administração Pública são tabelados por lei face à categoria profissional, sem discriminação de género, não existe qualquer diferenciação a registar.

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=1639

3.3.7. Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionas com Práticas Laborais

G4-LA16 Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas laborais registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

O Município de Bragança demonstra um clima organizacional de muito baixa conflitualidade laboral, confirmado pela existência de apenas um processo disciplinar no período de quatro anos em análise (Tabela 49).

Tabela 49 - Processos disciplinares, por ano civil

Processos disciplinares	2014	2015	2016	2017
Instaurados durante o ano	0	1	0	0
Transitados do ano anterior	0	0	0	0
Transitados para o ano seguinte	0	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O processo disciplinar em causa foi decidido pela aplicação de uma suspensão, não se tendo registado outra aplicação de sanção disciplinar no período em análise, dada pela ausência de outros processos desta natureza (Tabela 50).

Enquanto organismo sujeito às Normas de Direito Administrativo, o Município de Bragança dispõe de todos os restantes mecanismos previstos na lei, e destinados à resolução de situações laborais.

Tabela 50 - Decisões proferidas no âmbito de processos disciplinares

Decisões proferidas	2014	2015	2016	2017
Suspensão	0	1	0	0
Arquivamento	0	0	0	0
Repreensão escrita	0	0	0	0
Multa	0	0	0	0
Despedimento por facto imputável ao trabalhador	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço	0	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.4. AMBIENTAL

A análise de desempenho ambiental é realizada a partir de dados e informações obtidos, na sua grande maioria, junto dos serviços municipais. Apenas uma pequena parte resulta de elementos recolhidos diretamente através do website do Município de Bragança ou de outras fontes de informação.

A seleção dos indicadores considerados relevantes foi efetuada em conformidade com as diretrizes da GRI, tendo resultado num conjunto diversificado de 24 indicadores, distribuídos pelos 9 subtemas seguintes:

- Materiais
- Energia
- Água
- Biodiversidade
- Efluentes e resíduos
- Conformidade
- Proteção ambiental
- Avaliação ambiental de fornecedores
- Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais

A dimensão ambiental da sustentabilidade respeita aos impactos das atividades municipais sobre os ecossistemas, incluindo aspetos bióticos (seres vivos) e abióticos (solo, ar, água,…), quer estes estejam relacionados com consumos (energia, água, materiais,…) ou com saídas (emissões, efluentes, resíduos,…) ou, ainda, com a conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Concomitantemente com a análise dos indicadores GRI, o trabalho realizado inclui também a apresentação de boas práticas, a formulação de recomendações para melhoria do desempenho ambiental do município e sugestões de compromissos futuros.

Para esta análise, o Relatório de Sustentabilidade do Município de Bragança recorreu aos indicadores que permitem refletir, de forma mais clara, o desempenho ambiental do município, tendo em conta a informação disponível, as características das atividades municipais e as diretrizes da GRI.

3.4.1. Materiais

Os indicadores do subtema “Materiais” pretendem aferir a natureza e a dimensão dos consumos de materiais, assim como avaliar o esforço na redução desses consumos, ao longo do quadriénio em análise. Esta análise permite caracterizar a eficiência do município num tema que está diretamente relacionado com a conservação dos recursos globais. Para quem tem a responsabilidade da gestão de materiais no município, conhecer os seus consumos é importante, pois está diretamente relacionado com os custos operacionais gerais, além de que facilita a monitorização da eficiência nos fluxos de materiais.

G4-EN1 Materiais utilizados

Os dados obtidos permitem conhecer apenas aproximadamente os consumos de materiais em cada ano, uma vez que estes dados reportam à aquisição de materiais e não ao seu consumo efetivo. Por outro lado, os dados obtidos não são exaustivos, cobrindo essencialmente as aquisições processadas pelo Aprovisionamento e pelo Armazém Geral. De qualquer forma, tendo em conta que a análise abrange 4 anos, os desvios entre o total de aquisições de um determinado material e o seu consumo, em cada ano, acaba por ser refletido nos anos adjacentes, pelo que não se perde informação significativa para a análise em causa.

Importa, igualmente, referir que uma parte muito significativa dos materiais adquiridos pelo município aparece nas bases de dados obtidas com uma designação genérica “outros” ou “diversos”, pelo que não é possível conhecer, em rigor, a sua natureza. Em 2017, por exemplo, esta situação representou mais de 50% dos materiais adquiridos pelo Município de Bragança.

É de assinalar, ainda, que alguns materiais com impacto significativo no ambiente aparecem sub-representados, como é o caso dos “produtos de higiene e limpeza” e dos “tinteiros/toneres” para impressora, uma vez que são fornecidos no âmbito de contratos de prestação de serviços, pelo que não foi possível obter as respetivas quantidades consumidas.

Assim, como se pode observar na Tabela 51, o Município de Bragança adquire regularmente um conjunto diversificado de materiais, necessários para poder desenvolver a sua missão e as suas atividades. A evolução dos seus consumos (em rigor, da sua aquisição) não é uniforme. Entre 2014 e 2017, o Município de Bragança duplicou a quantidade adquirida de "Materiais de escritório e afins". Neste mesmo período, mais do que quadruplicou a aquisição de "veículos e outros equipamentos", o que pode justificar, por exemplo e neste caso, o decréscimo de necessidade de "peças e outros materiais para equipamentos".

Tabela 51 - Exemplos de materiais adquiridos pelo Município de Bragança (Euros)

Materiais adquiridos (agrupados pela sua natureza/tipo)	2014	2015	2016	2017
Veículos e outros equipamentos	152.917 €	203.663 €	759.102 €	704.837 €
Materiais de escritório e afins	199.986 €	244.325 €	321.333 €	399.201 €
Materiais para obras e afins	209.411 €	216.347 €	250.126 €	253.542 €
Peças e outros materiais para equipamentos	243.848 €	186.292 €	188.629 €	169.744 €
Equipamentos de escritório	135.699 €	54.497 €	126.850 €	147.467 €
Materiais elétricos	32.253 €	33.037 €	36.276 €	55.047 €
Pneus para veículos	46.777 €	39.694 €	50.644 €	48.786 €
Equipamentos recreação, educação e desporto	14.764 €	2.565 €	2.793 €	12.841 €

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

A Tabela 52 apresenta alguns exemplos de materiais adquiridos pelo Município de Bragança com impactos relevantes no ambiente[26].

A situação apresentada nestas duas tabelas não traduz picos de consumo anormais nem a necessidade de preocupações que devam induzir medidas corretivas, tendo em conta a dimensão e as atribuições do Município de Bragança. Não obstante, importa manter critérios de compras que privilegiem opções ambientalmente sustentáveis, como a aquisição de materiais reciclados e/ou recicláveis, materiais reutilizáveis e pouco nocivos do ambiente.

[26] Reforça-se a indicação, uma vez mais, de que esta tabela não é exaustiva. De entre os dados que foi possível obter, apresentam-se apenas alguns exemplos dos materiais com impactos significativos no ambiente.

Tabela 52 - Exemplos de materiais adquiridos pelo Município de Bragança com impactos relevantes no ambiente (Quantidades)

Materiais adquiridos	2014	2015	2016	2017
Envelopes	21.600	8.500	29.000	43.100
Garrafas de água	12.544	17.183	13.248	19.464
Rolos de papel higiénico	7.672	9.703	16.928	8.616
Sacos de plástico	5.450	8.000	9.490	8.600
Lixivias e outros líquidos de limpeza (litros)	3.300	5.060	6.540	4.680
Resmas de papel para impressora	506	2.122	2.321	2.029
Cartolinas	2.000	2.000	1.001	1.500
Ambientadores	600	500	560	572
Pneus para veículos	169	173	222	233
Tinteiros/Toneres para impressora	98	119	99	45

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-EN2 Proporção de materiais utilizados provenientes de reciclagem

A análise deste indicador tem como objetivo identificar a capacidade do município em recorrer a materiais reciclados. Ao privilegiar a utilização de materiais provenientes de reciclagem, o município está a contribuir para a diminuição da pressão sobre os recursos naturais e, ao mesmo tempo, a contribuir para a sua conservação.

Não foi possível obter informação que permitisse caracterizar os esforços do Município de Bragança relativamente à utilização de materiais provenientes de reciclagem.

3.4.2. Energia

A eficiência nos consumos energéticos tem um efeito direto muito importante nos custos operacionais do município e pode reduzir a sua exposição a flutuações na disponibilidade de abastecimento e nos preços da energia. Por outro lado, uma correta escolha das fontes de energia influencia a pegada ambiental do município. Neste contexto, a implementação de mudanças no equilíbrio das fontes de energia utilizadas evidencia os esforços do município para mitigar o seu impacto ambiental. Os consumos de energia imputados ao município podem dividir-se em dois grupos: os consumos internos do município, resultantes da atividade direta do município (p. ex. a energia consumida nos edifícios municipais e na frota municipal), e os consumos externos ao município, resultado da sua responsabilidade na gestão dos espaços públicos (p. ex. a energia consumida na iluminação pública).

G4-EN3 Consumo de energia interno ao município

G4-EN4 Consumo de energia externo ao município

No Município de Bragança, em 2017, os custos com a aquisição de eletricidade representaram cerca de 6% do total de despesas do município, dos quais, mais de 60% resultam dos gastos com Iluminação Pública. Por ordem de grandeza decrescente, os principais consumidores de eletricidade no Município de Bragança são, depois da Iluminação Pública, os Edifícios Municipais, as Escolas, os Sistemas de Bombagem de Água, as Fontes e a Rega (Tabela 53).

Tabela 53 - Eletricidade consumida pelo Município de Bragança

Locais de consumo	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
	kWh				Euros			
Iluminação pública	7.523.249	7.517.560	7.139.371	8.382.972	1.215.331 €	1.240.960 €	1.204.851 €	1.215.606
Edifícios Municipais	2.477.303	2.386.527	2.886.906	3.060.488	430.075 €	427.849 €	523.016 €	511.302
Escolas	556.460	451.380	489.421	534.785	110.764 €	94.576 €	104.851 €	97.287
Bombas de Água	402.306	255.019	391.088	320.233	78.090 €	60.977 €	86.501 €	72.067
Fontes e Rega	269.461	179.881	272.690	268.092	54.266 €	39.229 €	59.460 €	57.383
Sistemas	61.812	70.316	68.530	72.884	15.615 €	18.021 €	18.511 €	22.329
Semáforos	104.442	82.825	50.249	34.185	19.307 €	15.564 €	9.983 €	7.353
ETAR	1.222	607	701	1.363	437 €	322 €	345 €	509
Totais	**11.396.255**	**10.944.115**	**11.298.956**	**12.675.002**	**1.923.885 €**	**1.897.498 €**	**2.007.518 €**	**1.983.836**

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Créditos da imagem: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/426?image_gallery_id=9

Observando ainda mais em detalhe (Tabela 54), verifica-se que as Piscinas e o Pavilhão Municipal representam a maior fatia do consumo de eletricidade (não contando com a iluminação pública) dentro do conjunto dos Edifícios Municipais, tendo quase duplicado o consumo entre 2014 e 2017. Outros dos equipamentos que aumentaram significativamente o consumo de eletricidade no quadriénio em análise foram o Centro de Arte Contemporânea, o Matadouro Municipal e o Aeródromo. Em contrapartida, outros pontos de consumo reduziram o seu impacto na fatura energética do município, como foi o caso da Bomba de água da Cova de Lua e do Parque de Estacionamento da Av. Sá Carneiro (Tabela 54). O mesmo se verificou com os semáforos (Tabela 53).

Tabela 54 - TOP10 dos maiores consumidores de eletricidade do Município de Bragança (kWh)

Locais de consumo [1]	2014	2015	2016	2017
Piscinas e Pavilhão Municipal	355.478	323.119	481.172	623.499
Edifício do Município de Bragança	550.267	459.266	501.388	576.479
Centro Cultural e Biblioteca	213.000	220.891	241.054	244.246
Teatro Municipal	270.310	241.132	288.911	230.740
Centro de Arte Contemporânea	147.888	158.008	201.348	230.497
Mercado Municipal	ND	214.329	218.852	193.886
Bomba de água da Cova de Lua	241.084	174.695	159.175	150.694
Parque de Estacionamento - Av. Sá Carneiro	163.791	156.376	147.143	135.765
Matadouro Municipal	ND	ND	94.817	112.730
Aeródromo	73.002	58.218	77.722	101.730
Totais	**2.014.820**	**2.006.035**	**2.411.582**	**2.600.266**

ND = Não Disponível
[1] Não contempla iluminação pública

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Se nuns casos, a redução de consumo de eletricidade se deve a ganhos de eficiência, fruto do investimento em equipamentos mais eficientes (como é o caso da iluminação LED), noutros a redução de consumo deve-se sobretudo à melhor gestão dos períodos de utilização dos equipamentos.

Mas nem só de eletricidade se abastece energeticamente o município. Os combustíveis são outra fonte de energia importante, nomeadamente para a frota municipal. Neste âmbito, o gasóleo representa a principal fonte energética, conforme se pode observar no quadro abaixo (Tabela 55).

Tabela 55 - Combustíveis adquiridos pelo Município de Bragança

Tipo de combustível	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
	Litros				Euros			
Gasolina	4.000	5.375	4.000	4.000	4.985 €	6.097 €	4.491 €	4.756 €
Gasóleo	346.391	325.135	317.230	399.540	414.698 €	349.559 €	336.178 €	399.373 €
Gasóleo de aquecimento	6.300	4.200	9.000	6.358	6.284 €	3.713 €	6.571 €	5.310 €

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O gás é outra das fontes de energia consumida pelo Município de Bragança, sendo utilizado nas escolas e nos edifícios municipais (Tabela 56).

Tabela 56 - Consumo de gás natural pelo Município de Bragança (Euros)

Local de consumo	2014	2015	2016	2017
Escolas	59.610 €	63.404 €	57.456 €	59.144 €
Edifícios	265.454 €	321.262 €	273.985 €	254.466 €

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-EN5 Intensidade energética

Os custos operacionais relacionados com o consumo de eletricidade resultam, em termos absolutos, da quantidade (em kWh) de eletricidade consumida, mas também e em grande medida, da intensidade energética (ou seja, da potência, medida em kVA) requerida pelos sistemas instalados. Acresce a possibilidade de contratação de tarifas distintas (simples ou bi, tri e tetra horária) em função do regime de utilização dos sistemas instalados, sendo este um aspeto importante a ter em conta, uma vez que influencia o valor unitário do kWh.

A eventual contratação de tarifas desadequadas influencia negativamente os custos operacionais relacionados com o consumo de eletricidade, devendo, por isso, ser feita uma reavaliação periódica dos contratos estabelecidos com o fornecedor de energia elétrica. Deste ponto de vista, o Município de Bragança detém alguns sistemas que requerem uma potencia instalada bastante elevada (acima de 100 kVA) e com tarifa de Média Tensão (acima de 1 kV), como são os casos listados a seguir: (lista não exaustiva)

- Teatro Municipal
- Centro Cultural e Biblioteca
- Edifício do Município de Bragança
- Piscinas e Pavilhão Municipal
- Central Prado Novo
- Bomba de Água Cova de Lua
- Centro de Arte Contemporânea
- Central Hidroelétrica de Gimonde

Tem também alguns sistemas que, apesar de terem uma tarifa de Baixa Tensão, requerem ainda assim uma potencia instalada superior à generalidade dos sistemas ditos domésticos (acima de 20,7 kVA). São os casos do/da: (lista igualmente não exaustiva)

- Matadouro Municipal
- Mercado Municipal
- Central de Montezinho
- Centro Escolar da Sé
- Centro de Ciência Viva
- Estação Rodoviária
- Centro Escolar de Santa Maria
- Fonte Luminosa de Cantarias
- Casa do Lavrador

- Escola Pré-primária do Campo Redondo
- Escola Primária Quintanilha
- Auditório Paulo Quintela
- Escola Primária de Parada
- Museu Ibérico da Máscara
- Posto de Turismo do Castelo

Em conjunto, os sistemas/pontos de consumo com tarifa acima de 20,7 kVA (seja em Baixa ou Média Tensão) representam cerca de 10% do total de sistemas/pontos de consumo do Município de Bragança.

G4-EN6 Redução do consumo de energia

G4-EN6 Reduções nos requesitos de energia relacionados com produtos e serviços

O consumo de energia é um dos fatores que mais contribui para as alterações climáticas, uma vez que este consumo, sobretudo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis e outras fontes não renováveis, gera gases de efeito estufa (GEE), entre outros impactos ambientais. O uso mais eficiente da energia é, pois, essencial no combate às alterações climáticas. A utilização de produtos e serviços energeticamente mais eficientes deve, por isso também, ser sempre privilegiada. Ao mesmo tempo, a capacidade do município para usar a energia de forma mais eficiente tem reflexos nos custos operacionais, mas também nos impactos resultantes da produção da energia consumida. Neste âmbito, o município tem vindo a fazer um esforço de melhoria da sua eficiência, o qual é especialmente visível na redução do consumo de energia com semáforos. Esta redução, que no quadriénio em análise rondou os 70%, deveu-se à substituição dos sistemas existentes por iluminação LED.

Ainda neste contexto e consciente da necessidade e da importância de prosseguir uma política energética adequada, o Município de Bragança elaborou o seu "Plano de Ação para a Energia Sustentável", em 2012, mas com reflexos no quadriénio em análise. Este Plano visa dar resposta aos compromissos assumidos pelo município no âmbito da sua adesão ao Pacto dos Autarcas, tendo estabelecido como objetivo global reduzir as emissões de CO_2 em pelo menos 20% até 2020. Em termos sectoriais, estabeleceu também as seguintes metas de redução de emissões de CO_2:[27]

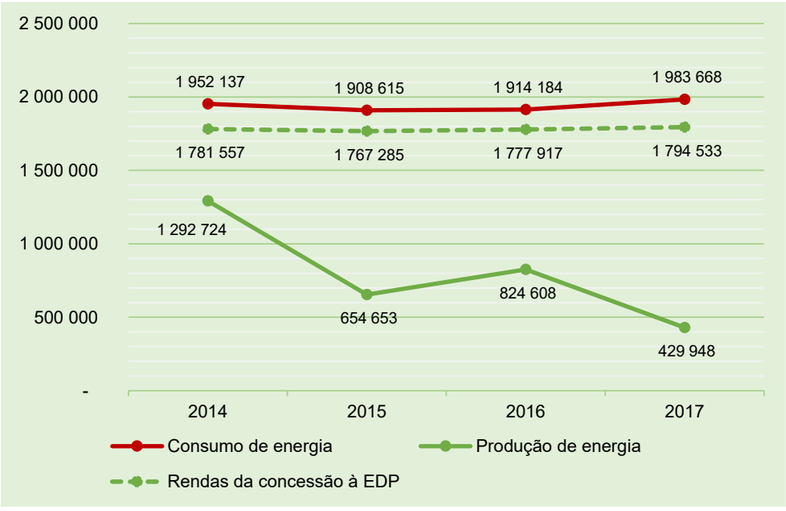
- − 65% nos transportes públicos;
- − 47% nos edifícios e equipamentos municipais;
- − 44% na iluminação pública;
- − 34% na frota municipal;
- − 26% no residencial;
- − 21% nos transportes privado e comercial;
- − 8% nos edifícios e equipamentos terciários.

De acordo com o Relatório de Ação apresentado pelo Município de Bragança em abril de 2015, até essa data foi estimada uma redução global de emissões na ordem dos 4%.

Ainda no âmbito deste subtema "Energia", mostra-se muito relevante analisar a capacidade de produção de energia no município, porquanto, efetivamente, o Município de Bragança produz todos os anos uma parte significativa da energia que consome (Figura 49 e Figura 50).

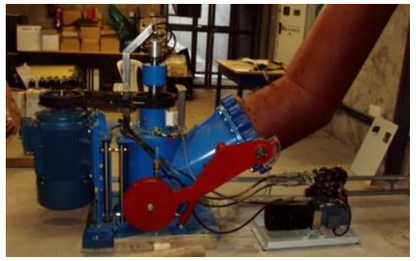
Se se considerarem, também, as rendas recebidas pela concessão à EDP da produção de energia, chega mesmo a haver superavit em termos de balanço energético, medido em custos vs. receitas.

Figura 49 - Evolução dos principais indicadores do balanço energético, Município de Bragança (Euros)



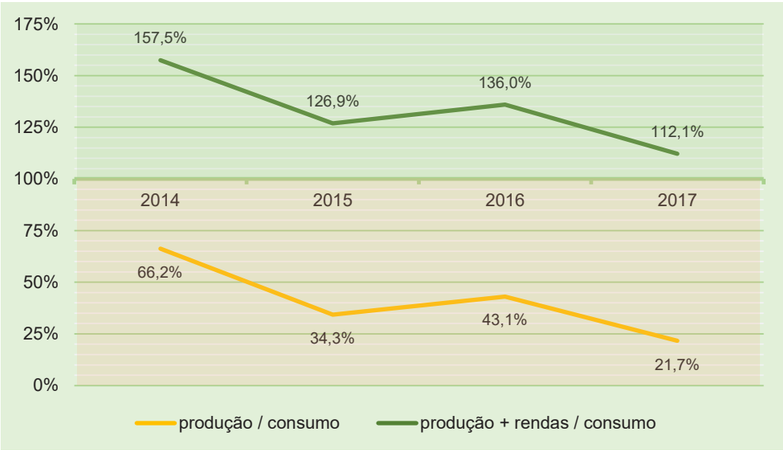
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

[27] Fonte: Câmara Municipal de Bragança, Plano de Ação para a Energia Sustentável.



Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt/pages/279

Figura 50 - Balanço energético do Município de Bragança (Euros)



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.4.3. Água

A crescente escassez de água obriga a que a sua gestão seja cada vez mais eficiente. O conhecimento do volume total de água entrada no sistema, das captações próprias, das suas fontes de abastecimento, dos consumos e das perdas na rede e dos destinos/utilizações finais da água, contribui, por isso, para uma melhor compreensão da dimensão global dos impactos e riscos potenciais associados ao uso de água por parte do município, para além de oferecer valores de referência para outros cálculos relativos à eficiência e uso, nomeadamente a sazonalidade da pressão sobre o consumo de água que caracteriza os locais de procura turística estival.

O esforço sistemático para monitorizar e melhorar o uso eficiente de água no município está diretamente ligado aos custos com o consumo de água. A caracterização da utilização da água também fornece indicações importantes ao nível dos riscos resultantes de interrupções no abastecimento de água ou do aumento do seu custo.

O sistema de abastecimento de água no Concelho de Bragança está integrado no Sistema Multimunicipal do Norte de Portugal, a cargo da Águas do Norte, S.A.[28], desde 2015. A Águas do Norte, S.A. é a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público[29]. Este sistema em “alta” assegura que a água chega em quantidade e em qualidade, desde a sua origem até aos reservatórios existentes no concelho, a partir dos quais a água é depois distribuída pela rede municipal de abastecimento de água - sistema em “baixa”.

G4-EN8 Consumo total de água, por fonte

Não sendo possível quantificar e caracterizar, com rigor, os consumos de água da entidade Município de Bragança, a análise apresentada resulta dos dados globais para o Concelho de Bragança.

De acordo com os dados apresentados no quadro abaixo (Tabela 57), o volume de água entrado no sistema de abastecimento de água ao Concelho de Bragança tem vindo a aumentar, atingindo em 2017 mais de 4,4 milhões de m^3 (+8% em 2016 face a 2015 e +5,6%

[28] A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas do Noroeste, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal.

[29] A Águas do Norte, S.A. é ainda responsável pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas séticas.

em 2017 face a 2016). Porém, a proporção de água fornecida através de consumo autorizado, face ao total de água entrada no sistema, tem vindo a diminuir (76,7% em 2015, 72% em 2016 e 66,4% em 2017) e, em contrapartida, aumentam as perdas de água na rede (23,3% em 2015, 28% em 2016 e 33,6% em 2017). (Figura 51)

Tabela 57 - Água entrada no sistema e respetivos destinos (m^3)

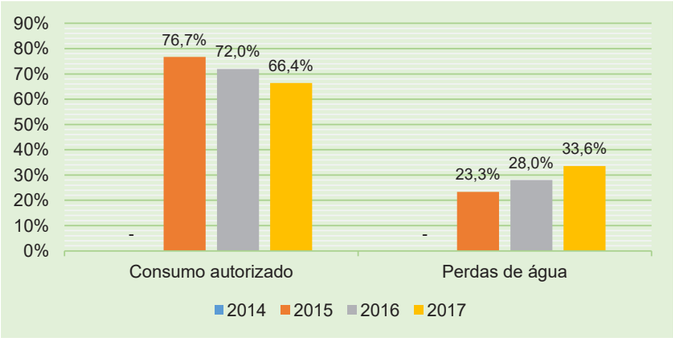
	2014	2015	2016	2017
Água entrada no sistema	**-**	**3.873.504**	**4.184.413**	**4.418.975**
Consumo autorizado	-	2.970.239	3.011.137	2.935.757
Consumo autorizado faturado	-	1.727.156	1.775.465	1.791.067
Consumo autorizado não faturado	-	1.243.083	1.235.672	1.144.690
Perdas de água	-	903.265	1.173.276	1.483.218
Perdas reais de água	-	767.775	1.164.476	1.472.094
Perdas aparentes de água	-	135.490	8.800	11.124

* Não foi possível obter dados para o ano de 2014

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

O consumo de água autorizado inclui a água fornecida (e faturada) à população e a água fornecida (mas não faturada[30]) para outros fins, nomeadamente fins públicos. O consumo autorizado, mas não faturado, inclui a água consumida pelo próprio Município de Bragança, a água consumida para rega de espaços verdes e para lavagem de ruas e, ainda, a água consumida no combate a incêndios.

Figura 51 - Evolução da relação consumo autorizado vs. perdas de água (%)



* Não foi possível obter dados para o ano de 2014

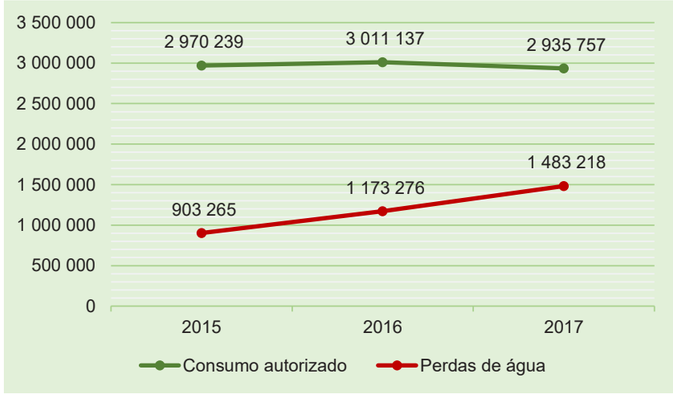
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

[30] Não faturada porque, neste caso, o fornecedor e o consumidor são a mesma entidade, o Município de Bragança.

As perdas reais de água na rede incluem fundamentalmente as fugas de água nas condutas de adução e/ou distribuição e nos ramais de ligação. Estas perdas têm registado um volume muito considerável, sugerindo, por isso, a adoção de medidas corretivas por parte do município. As chamadas perdas aparentes de água na rede apresentam um volume pouco expressivo e resultam, normalmente, de erros de medição (não deve excluir-se, no entanto, a possibilidade de parte destas perdas serem, na verdade, resultado de consumo ilícito, nomeadamente furtos de água nos marcos e bocas de incêndio e de rega, assim como ligações ilícitas).

Se observarmos os valores absolutos, porém, percebe-se que o volume de água fornecido através de consumo autorizado até se tem mantido relativamente estável, o que reforça a constatação de que a crescente necessidade de "importar" água tem como principal responsável as perdas de água na rede (Figura 52).

Figura 52 - Consumo de água autorizado vs. perdas de água na rede (m^3)



* Não foi possível obter dados para o ano de 2014

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-EN9 Recursos hídricos significativamente afetados por consumo de água

Tendo em conta a disponibilidade de água, e a respetiva qualidade, na região em que se insere o Concelho de Bragança, os níveis de pressão exercidos sobre os recursos hídricos pelo consumo de água não gera impactos dignos de registo. Não obstante, importa manter níveis adequados de monitorização e, especialmente, critérios sustentáveis de utilização da água, por forma a manter um balanço positivo dos recursos hídricos da região.

G4-EN10 Proporção e volume total de água reciclada e reutilizada

A par da necessidade e da importância de manter níveis adequados de monitorização e, especialmente, critérios sustentáveis de utilização da água, importa também adotar boas práticas de reciclagem e de reutilização de água.

Não foi possível obter informação que permitisse caracterizar os esforços do Município de Bragança relativamente à reciclagem e reutilização de água.

Em complemento da análise de desempenho realizada atrás, é também merecedor de referência o conjunto de iniciativas relevantes que o Município de Bragança encetou ao longo do quadriénio 2014-2017, por forma a melhorar o panorama municipal no sector das águas.

2014

EXECUTADO

- Ampliação da rede de abastecimento de água: Zona Industrial das Cantarias
- Execução de conduta de água: aldeia de Sendas até antiga estação de comboio de Sendas
- Substituição de troço de rede de abastecimento de água: Vale de Lamas. Obra executada em colaboração com a Junta de Freguesia de Baçal.
- Ligação de furo: Alfaião
- Execução de furo artesiano: Alfaião
- Entrada em funcionamento da Estação Elevatória das Quintas do Vilar. Obra executada pela empresa concessionária da A4 - Autoestrada Transmontana
- Reabilitação de vários reservatórios de água em diversas localidades do concelho
- Instalação/substituição de painéis solares e caudalímetros em reservatórios de água

2015

EXECUTADO

- Alteração de rede de abastecimento de água: Rebordainhos. Trabalho realizado em colaboração com a União das Freguesias de Rebordainhos e Pombares
- Alteração de rede de abastecimento de água: Nogueira
- Substituição de conduta de água: Av. das Forças Armadas
- Reforço da instalação de sistemas de televigilância: permitem a monitorização em tempo real dos parâmetros funcionais mais críticos dos mecanismos elétricos/eletrónicos existentes e a deteção precoce de ocorrências
- Reforço da instalação de sistemas de telegestão: complementam os sistemas de televigilância, fazendo a verificação do caudal e do nível dos reservatórios

Em execução (à data)

- Substituição de rede de abastecimento de água: Rua Padre Benjamim Vieira Pires
- Instalação de conduta adutora desde as Quintas do Reconco até ao reservatório de Vale de Lamas

2016

EXECUTADO

- Substituição de rede de abastecimento de água: Parada. Obra executada pela União de Freguesias, com colaboração do Município de Bragança
- Substituição de troço de rede de abastecimento de água: Maçãs, Samil, Rua Dr. João de Castro.
- Ampliação de rede de abastecimento de água: Loteamento São Bartolomeu
- Instalação de conduta adutora desde as Quintas do Reconco até ao reservatório de Vale de Lamas
- Ligação de furo ao depósito: Quintela de Lampaças
- Execução de furos de captação de água para reforço no abastecimento de água: Deilão, Zoio e Frieira e para rega do Estádio Municipal

2017

EXECUTADO

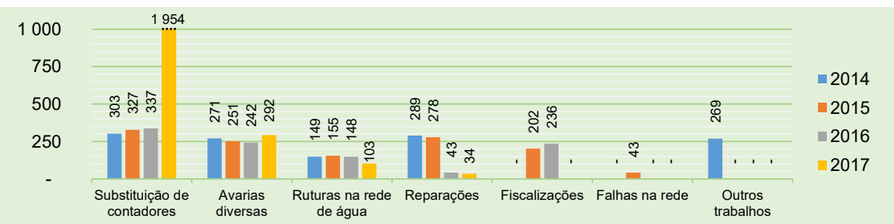
- Ampliação de rede de abastecimento de água: Alfaião, Quinta das Carvas e Rebordaínhos
- Substituição de rede de abastecimento de água: Lagomar
- Substituição de conduta de água: Parada (Lugar do Cerrado)
- Remodelação de troço de rede de água: Parada
- Ligação de furos a reservatórios: Frieira, Deilão e Zoio
- Execução de furos: Quintas do Vilar, Jardim do Polis e Jardim junto dos edifícios Sede do Município

EM EXECUÇÃO (à data)

- Alteração da rede de abastecimento de água a Bragança. Execução de duas condutas desde o depósito do São Bartolomeu, para reforço do abastecimento de água a Bragança.
- Execução de rede de saneamento: Mosca. Execução de rede de saneamento, substituição de rede de água e instalação de estação de bombagem de águas residuais
- Colocação de caixas de contador no exterior: Baçal, Sacoias, Rebordãos e Pinela
- Abertura de procedimento para empreitada: ligação de furo em Samil, substituição de troço de rede de água em Nogueira e execução de conduta para abastecimento do Parque de Campismo

Em jeito de síntese, pode observar-se no gráfico seguinte (Figura 53) a evolução dos principais trabalhos executados pelo Município de Bragança, no sector das águas. De realçar, apenas, o número muito elevado de substituições de contadores, no ano de 2017, cerca de 6 vezes superior ao habitual.

Figura 53 - Trabalhos executados pelo Município de Bragança, sector das águas



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.4.4. Biodiversidade

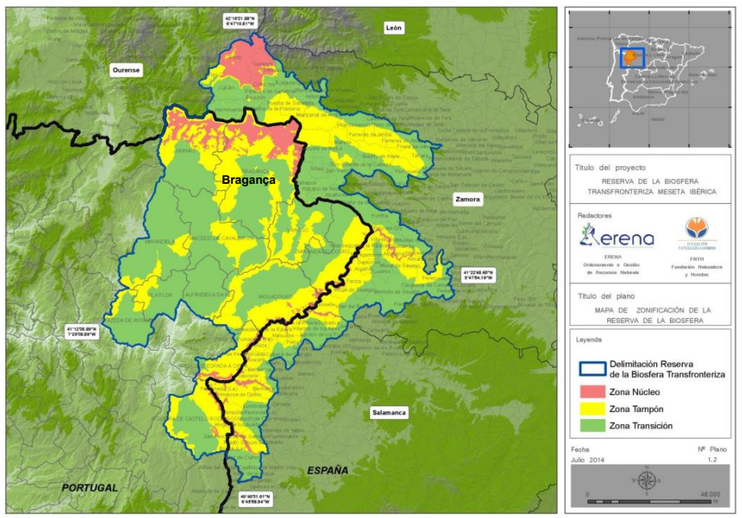
O Concelho de Bragança e a região onde este se insere são ricos em biodiversidade, o que está patente, desde logo, nas várias áreas naturais classificadas e protegidas. A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica e o Parque Natural de Montesinho são os dois exemplos mais relevantes. A preocupação do Município de Bragança com a biodiversidade está igualmente patente nos mais de 560 mil m^2 de espaços verdes que o município mantém em meio urbano, assumindo-os como um elemento essencial para a qualidade de vida e que permitiu designar Bragança como Cidade Verde, Cidade amiga do Ambiente.

G4-EN11 Unidade operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou próximas de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

G4-EN13 Habitats protegidos ou restaurados

A **Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica** (Figura 54) abrange 87 municípios, dos quais 12 em território português e 75 em território espanhol (48 na província de Zamora e 27 na província de Salamanca), num total de mais de 11 mil Km^2.

Figura 54 - Mapa da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica



Fonte: www.biosfera-mesetaiberica.com/pt-pt/pt/territorio

As Reservas da Biosfera são territórios destinados a promover o desenvolvimento sustentável com base na atividade das comunidades locais e no conhecimento científico, fomentando a conservação da natureza ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento e apoiam a educação e a investigação científica. São também espaços de demonstração de práticas inovadoras de gestão conjunta dos valores naturais e atividades humanas e onde é concedido apoio a atividades e instrumentos económicos dirigidos simultaneamente à mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade e desenvolvimento. Destinam-se também a promover e demonstrar a forma como o fluxo de serviços dos ecossistemas pode ser garantido pela conservação da biodiversidade, com criação simultânea de oportunidades económicas.

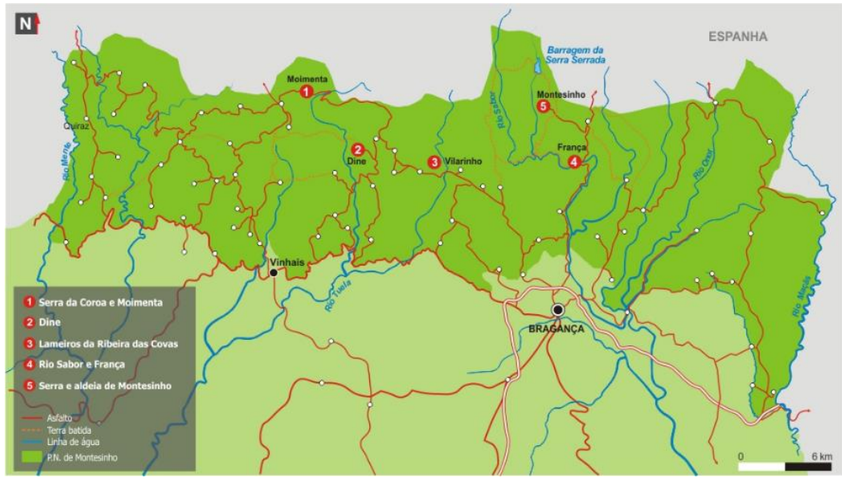
Créditos das imagens: www.biosfera-mesetaiberica.com/pt-pt/pt/diversidade-da-regiao-em-imagens

«*Uma Reserva da Biosfera declarada pela UNESCO não acrescenta nenhum normativo que aumente restrições às atividades económicas, representando antes um "certificado de qualidade ambiental" utilizável na promoção do desenvolvimento e emprego.*»[31]

[31] Fonte: www.biosfera-mesetaiberica.com/pt-pt/reserva-de-biosfera

O **Parque Natural de Montesinho** situa-se no Alto Nordeste transmontano e abrange a parte Norte dos concelhos de Bragança e de Vinhais, ocupando uma área de cerca de 740 km^2 e fazendo fronteira a nascente, norte e poente com Espanha. Tem como objetivo a salvaguarda dos valores únicos existentes no Parque e que são resultado quer da alternância de áreas relativamente humanizadas com espaços de elevada naturalidade e complexidade, quer das características do solo, que, associados às variações geomorfológicas, às variações climáticas e ao seu posicionamento geográfico criaram condições para que possua, a nível nacional, um dos mais elevados índices de diversidade biológica.[32]

Figura 55 - Mapa do Parque Natural de Montesinho



Fonte: www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnm/class-carac

O Parque Natural de Montesinho é formado por uma sucessão de elevações arredondadas e vales profundamente encaixados, com altitudes a variar entre os 438 e os 1481 metros. Situa-se na terra fria transmontana, onde os xistos são as rochas dominantes. Possui uma enorme diversidade da vegetação, com carvalhais, soutos, urzais, estevais, lameiros, entre outros. Em termos faunísticos, regista mais de 110 espécies de aves nidificantes, como a águia-real. Estão referenciadas no Parque cerca de 70% das espécies de mamíferos terrestres existentes em Portugal. É também de destacar a presença de uma das mais importantes populações de lobo-ibérico. O Parque Natural de Montesinho possui igualmente um rico património sociocultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já

[32] Fonte: www.cm-braganca.pt/pages/296

marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas. São notáveis ainda os exemplos de arquitetura popular que, utilizando os materiais característicos da região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente.

Créditos das imagens: www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnm/galeria

«A riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho - Coroa e os valiosos elementos culturais das comunidades humanas que ali se estabeleceram justificam que urgentemente se iniciem ações com vista à salvaguarda do património e à animação sócio-cultural das populações.»[33]

[33] Preâmbulo do DL 355/79, de 30/8, que classificou a parte norte dos concelhos de Bragança e Vinhais como Parque Natural. Este estatuto justifica-se face aos valores naturais, paisagísticos e humanos da região, à recetividade das autarquias locais para a salvaguarda do património dos seus territórios e às potencialidades de recreio e desporto ao ar livre que a região possui. Fonte: www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnm/class-carac

Em matéria de biodiversidade, merecem também referência:[34]

- A ESTAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DE CARRAZEDO

Trata-se, na prática, de um percurso pedestre, com cerca de 1,6 km, com início na aldeia de Carrazedo e 8 painéis informativos dispersos ao longo do caminho. Os painéis funcionam como um guia de campo, com imagens e comentários sobre plantas e animais comuns a observar. O percurso pertence ao sítio Natura 2000 Montesinho-Nogueira. No início do percurso atravessam-se campos agrícolas, entrando de seguida numa extensa área de bosque de carvalhos. Ao longo do percurso podem ainda observar-se mais de metade das espécies de borboletas diurnas que voam em Portugal.

- A ROTA DA TERRA FRIA

Constituída por um traçado viário de 455 quilómetros, foi definida tendo em conta a maior comodidade para um percurso abrangente dos cinco concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, por forma a demonstrar a rica variação da paisagem, integrando tudo o que de melhor se pode oferecer. E o que não estiver à vista, está ao alcance - o prazer, a curiosidade e o espírito de aventura.

[34] Fonte: www.cm-braganca.pt/pages/295

- A ROTA DA CASTANHA

Sendo a castanha um produto de excelência das terras de Bragança, foram definidos vários percursos que permitem conhecer e interpretar esse valioso produto com origem em Trás-os-Montes. A Rota da Castanha é constituída por oito percursos - Milenar, Fagaceae, Paisagista, Judia, Dourado da Padrela, Janela p'ro Douro, Vale Encantado e Castanha Martainha - e apresenta o melhor que se pode usufruir em territórios onde a cultura do castanheiro está presente e é dominante, quer paisagística quer economicamente.

Bragança Cidade Verde, Cidade amiga do Ambiente é o slogan, mas também o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Município de Bragança relativamente aos espaços verdes. Ao longo dos últimos 20 anos, o município apostou decisivamente no incremento de espaços verdes, passando de menos de 29 mil m^2 em 1998, para mais de 565 mil m^2 em 2017, proporcionando atualmente quase 17 m^2 de espaço verde por habitante. Esta aposta na imagem de cidade saudável e amiga do ambiente tem contado, também, com o incremento dos equipamentos lúdicos inseridos nos espaços verdes da cidade.

No período em análise pelo presente Relatório de Sustentabilidade (2014-2017), o Município de Bragança desenvolveu as atividades listadas abaixo, com vista à melhoria dos espaços verdes.

2014

- Instalação de sistemas de rega automática
- Plantação de 855 árvores, 21.500 flores e 1.340 arbustos e ainda semear relva
- Realização de podas e limpeza de arvores de grande porte
- Realização de ações de corte de vegetação e limpeza

Parque Urbano do Fervença

Jardim António José de Almeida

Jardim Artur Mirandela

Jardim da Brasileira

Jardim Bartolomeu de Gusmão

Jardim da Câmara Municipal

Parque da Quinta da Braguinha

Praça Cavaleiro Ferreira

Jardim da Estação Rodoviária

Parque Eixo Atlântico

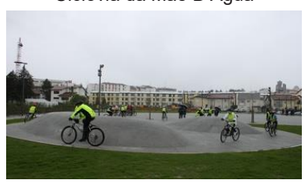
Jardim do Castelo

Envolvente da Catedral

Jardim Bairro Novo da Previdência

Parque Urbano da Coxa

Praça Cónego Valdemar Pires e Ciclovia da Mãe D'Água



Créditos das imagens: www.cm-braganca.pt/pages/273

2015

- Instalação de sistemas de rega automática
- Plantação de 657 árvores, 2.300 flores e 2.130 arbustos e ainda semear relva
- Plantação de 54 árvores e 816 arbustos e ainda repor casca de pinheiro em canteiros, em espaços verdes de áreas concessionadas
- Realização de podas e limpeza de arvores de grande porte e ações de corte de vegetação e limpeza
- Acompanhamento e fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes efetuados por empresas contratualizadas

2016

- Instalação de sistemas de rega automática
- Plantação de 358 árvores, 18.015 flores e 1.750 arbustos e ainda semear relva
- Realização de podas e limpeza de arvores de grande porte e ações de corte de vegetação e limpeza
- Acompanhamento e fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes efetuados por empresas contratualizadas

2017

- Construção do Parque Verde da Fraga Selvagem
- Instalação de sistemas de rega automática
- Plantação de 410 árvores, 19.030 flores e 1.830 arbustos e ainda semear relva
- Plantação de 30 árvores e 500 arbustos e ainda repor casca de pinheiro em canteiros, em espaços verdes de áreas concessionadas
- Realização de podas e limpeza de arvores de grande porte e ações de corte de vegetação e limpeza
- Acompanhamento e fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes efetuados por empresas contratualizadas

G4-EN12 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

A atuação do Município de Bragança, assim como da generalidade dos agentes locais e regionais tem primado pela salvaguarda da biodiversidade e dos seus valores intrínsecos. Neste sentido, pode afirmar-se, genericamente, que os impactos resultantes da atuação municipal são essencialmente positivos, porquanto procuram contribuir para a criação de condições de coexistência sustentável entre a ocupação humana e a preservação da biodiversidade local e regional.

3.4.5. Efluentes e Residuos

Em contexto municipal, a análise dos efluentes abrange fundamentalmente a gestão das águas residuais, vulgo saneamento básico. No Município de Bragança, tanto o sector do saneamento, como o dos resíduos, são geridos, em parte, por sistemas multimunicipais.

G4-EN22 Descarga total de água, discriminada por qualidade e destino

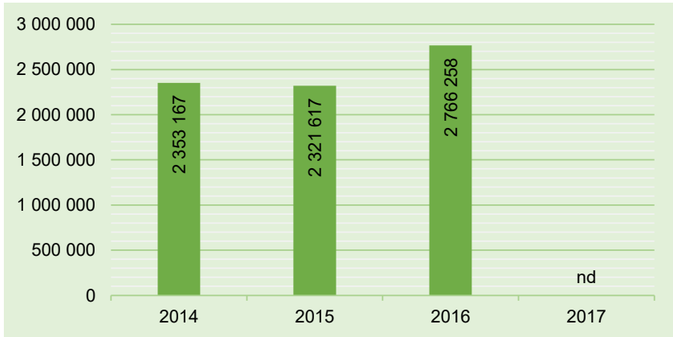
A Águas do Norte, S.A. é responsável pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas séticas.

Este serviço está integrado no Sistema Multimunicipal do Norte de Portugal, a cargo da Águas do Norte, S.A., desde 2015.

Ao longo de todo o quadriénio em análise (2014-2017), a proporção de população do Concelho de Bragança servida por ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, manteve-se estável, nos 92,6%[35].

O volume de águas residuais drenadas para ETAR, aumentou entre 2014 e 2016, em cerca de 18%, conforme se pode observar no gráfico abaixo (Figura 56).

Figura 56 - Águas Residuais drenadas para ETAR, Concelho de Bragança (m^3)



* Não foi possível obter dados para o ano de 2017
** nd = não disponível

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

[35] Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Créditos da imagem: Águas do Norte, S.A.

No período em análise pelo presente Relatório de Sustentabilidade (2014-2017), o Município de Bragança desenvolveu as seguintes atividades no sector do saneamento.

2014

- Reabilitação de troço de coletor de saneamento e colocação de caixas de visita: localidade de Baçal
- Execução das redes de saneamento de águas residuais: localidades de Frieira, Gondosende, Lagomar, Parâmio, Terroso e Vila Boa de Carçãozinho
- Instalação de estações de tratamento de águas residuais: localidades de França, Rabal e Rebordãos
- Remodelação de troço de rede de drenagem de águas pluviais: estrada Turismo-Bragança
- Início da execução do emissário e instalação da estação de tratamento: localidade de S. Pedro de Sarracenos
- Continuação da instalação de tamisadores em várias ETAR's
- Início da instalação de mecanismos de medição do caudal afluente às ETAR's

2015

- Prolongamento da descarga da ETAR e execução da descarga da charca: localidade de Baçal
- Continuação da construção de emissário e instalação da estação de tratamento: localidade de S. Pedro de Sarracenos
- Execução da rede de saneamento para o edifício da Junta de Freguesia de Alfaião
- Execução de redes de saneamento básico: Rua dos Atalhos - Gimonde, Rua João Fernandes - Cantarias, Rua Ana Garcia - Samil
- Ampliação da rede de saneamento: localidade de Santa Comba Rossas
- Finalização da instalação de mecanismos de medição do caudal afluente às ETAR's

2016

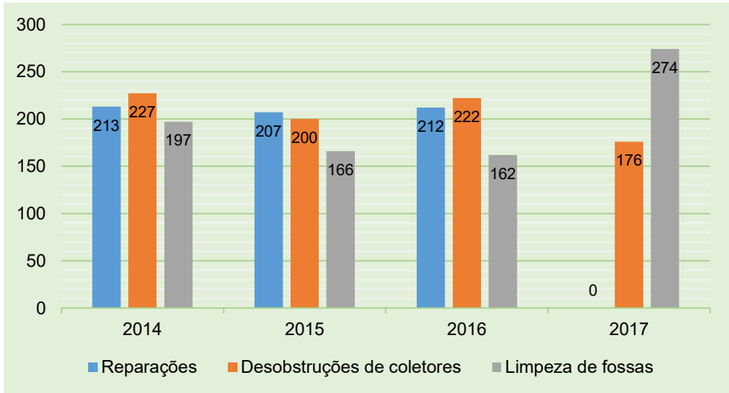
- Continuação da construção de emissário e instalação da estação de tratamento: localidade de S. Pedro de Sarracenos
- Continuação da execução da rede de saneamento básico: Rua dos Atalhos - Gimonde
- Execução da rede de saneamento básico: estrada de Donai
- Execução de troço de emissário: Bairro São Lourenço
- Início do fornecimento, montagem e ligação à rede de saneamento de uma estação de bombagem de águas residuais: localidade de Calvelhe

2017

- Alteração da rede de saneamento: localidade de Baçal
- Ampliação de redes de saneamento: localidades de Freixedelo e de Rebordãos
- Execução de redes de saneamento para sanear as seguintes ruas: Rua João Fernandes - Cantarias, Rua Ana Garcia - Samil, Bairro São Lourenço
- Execução de ramais domiciliários: Rua João Fernandes - Cantarias, Rua Ana Garcia - Samil
- Execução de troços de emissário: Bairro São Lourenço e Zona Industrial das Cantarias
- Alteração de descarga de fossa: localidade de Paradinha Nova
- Conclusão do fornecimento, montagem e ligação à rede de saneamento de uma estação de bombagem de águas residuais: localidade de Calvelhe

Em jeito de síntese, pode observar-se no gráfico seguinte (Figura 57) a evolução dos principais trabalhos executados pelo Município de Bragança, no sector do saneamento.

Figura 57 - Trabalhos executados pelo Município de Bragança, sector do saneamento



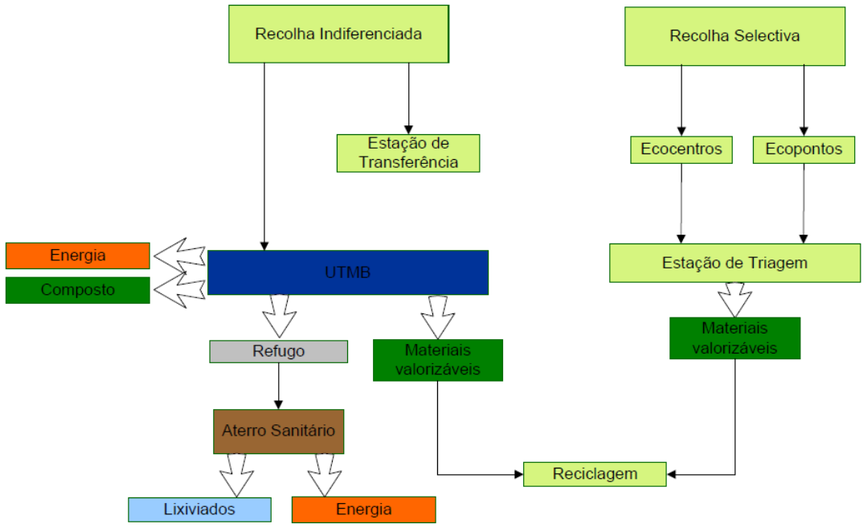
Fonte: Câmara Municipal de Bragança

G4-EN23 Quantidade total de resíduos, discriminado por tipo e método de eliminação

O sistema de gestão de resíduos urbanos no Concelho de Bragança é da responsabilidade da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., que assegura os serviços de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos sólidos urbanos e ainda de limpeza urbana.

Os resíduos provenientes de recolha seletiva são encaminhados para Ecocentros, onde são alvo de processo de triagem e encaminhados para valorização e reciclagem, sempre que possível. Os resíduos provenientes de recolha indiferenciada são encaminhados para Estação de Transferência e para Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, a partir dos quais ainda podem, sempre que possível, ser encaminhados para processo de valorização e reciclagem, para produção de composto ou para produção de energia (Figura 58).

Figura 58 - Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos



Fonte: Plano de Ação PERSU 2020. Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A.

Ao longo do quadriénio em análise (2014-2017), o volume de Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos registou um aumento muito ligeiro (cerca de 1% em 2015 e 2016 e 0,01% em 2017).

Conforme se pode observar no quadro abaixo (Tabela 58), este aumento ficou a dever-se, sobretudo, aos resíduos recolhidos em áreas urbanas (+5,7% de 2014 para 2017), em detrimento dos que tiveram origem em áreas rurais (-6,6%, no mesmo período).

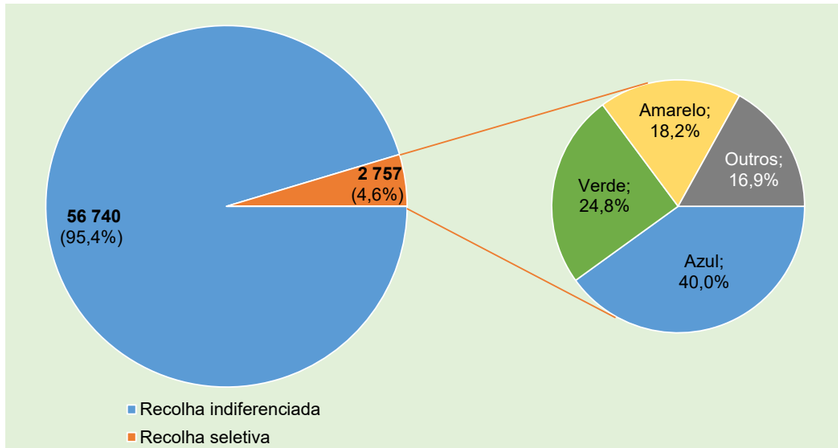
Tabela 58 - Recolha (Ton.) de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Concelho de Bragança

	2014	2015	2016	2017
Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	**14.691**	**14.831**	**14.987**	**14.988**
Recolha indiferenciada	14.044	14.178	14.285	14.233
Recolha seletiva	647	653	702	755
Azul (Papel/Cartão)	280	281	270	273
Verde (Vidro)	161	162	191	169
Amarelo (Plástico/Embalagens)	127	128	127	121
Outros	79	82	114	192
Origem da recolha				
Urbano	10.312	10.575	10.881	10.896
Rural	4.379	4.256	4.106	4.092

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Em termos de recolha seletiva, conforme se pode verificar no gráfico abaixo (Figura 59), ela representa apenas 4,6% do total de resíduos recolhidos (uma proporção ainda muito pouco significativa). Os resíduos de papel e cartão (ecoponto azul) são os mais representativos, com 40%, no volume global de resíduos provenientes de recolha seletiva.

Figura 59 - Proporção da Recolha Seletiva dos RSU, Concelho de Bragança (ton.) (totais do quadriénio)



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

Créditos da imagem: Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

G4-EN24 Número total e volume de derrames significativos

Os derrames considerados significativos para este indicador incluem os derrames de combustíveis, de petróleo, de resíduos, de produtos químicos ou de outros produtos com potencial impacto ambiental. Neste contexto, não se apurou a existência de derrames relevantes ou com impacto ambiental significativo no Concelho de Bragança e ao longo do quadriénio em análise (2014-2017).

G4-EN25 Quantidade de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia e proporção de resíduos transportados internacionalmente

De acordo com a Convenção de Basileia[36], são considerados resíduos perigosos todos aqueles que sejam suscetíveis de causar algum tipo de impacto ambiental, em especial os resíduos tóxicos.

Neste contexto, não foi possível obter informação que permitisse apurar a existência de situações relevantes, no Concelho de Bragança e ao longo do quadriénio em análise (2014-2017).

BASEL CONVENTION
the world environmental agreement on wastes

G4-EN26 Identificação, dimensão, estatuto de proteção e valor da biodiversidade de espelhos de água e habitats relacionados significativamente afetados por derrames e drenagem de água

Não se apurou a existência de espelhos de água ou dos habitats relacionados com estes que tenham sido afetados significativamente por derrames ou drenagens de água, no Concelho de Bragança e ao longo do quadriénio em análise (2014-2017).

[36] Mais informações em www.basel.int/TheConvention/Overview/TextoftheConvention/tabid/1275/Default.aspx ou em www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=229

3.4.6. Experiências e sistemas de Economia Circular

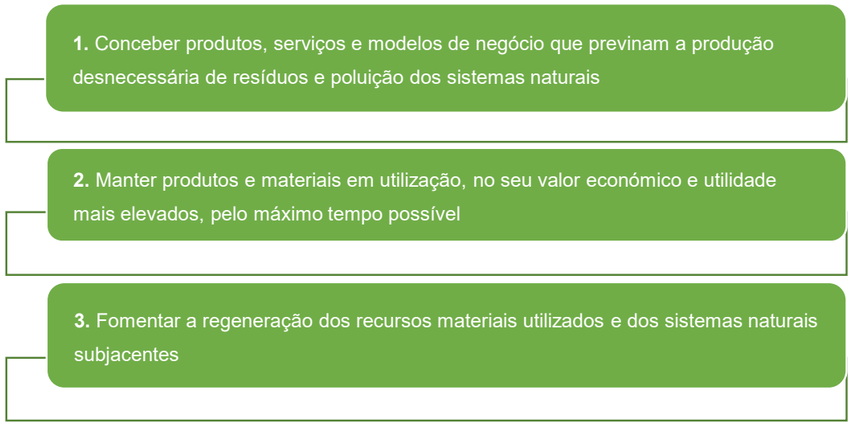
A Economia Circular é entendida como "a economia que promove ativamente o uso eficiente e a produtividade dos recursos por ela dinamizados, através de produtos, processos e modelos de negócio assentes na desmaterialização, reutilização, reciclagem e recuperação dos materiais".[37]

Este paradigma económico visa, pois, extrair valor económico e utilidade dos materiais, equipamentos e bens, pelo maior tempo possível, em ciclos cuja fonte de energia seja uma fonte renovável.

Neste contexto, os materiais são ciclicamente preservados, restaurados ou reintroduzidos nos sistemas, com benefícios económicos para fornecedores e utilizadores, e vantagens ambientais decorrentes da menor extração e importação de matérias-primas, da redução na produção de resíduos e, ainda, da redução de emissões associadas.

Os princípios da Economia Circular podem definir-se da seguinte forma (Figura 60).

Figura 60 - Princípios da Economia Circular



Fonte: Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, Conselho de Ministros, 2017

Atualmente identificam-se quatro instrumentos necessários à progressiva implementação e consolidação de uma Economia Circular. A figura seguinte dá conta dos mesmos (Figura 61).

[37] Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017.

Figura 61 - Instrumentos da Economia Circular

Fonte: Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, Conselho de Ministros, 2017

O progressivo crescimento de uma Economia Circular dá-se essencialmente a três níveis:

- a nível macro (nacional), pela realização de ações estruturais com o potencial de produzir efeitos transversais e sistémicos que fomentem a apropriação progressiva dos princípios da Economia Circular;
- a nível meso (setorial), pelas iniciativas ou ações nesta área dos setores relevantes;
- a nível micro (regional ou local) pelas ações assumidas pelo conjunto de agentes governativos, económicos e sociais.

A experiência da Economia Circular é uma realidade que, em Portugal, à semelhança de outros países europeus, dá os seus primeiros passos. O primeiro plano governamental que visa estruturar e fomentar esta prática económica no nosso país data de 2017[38]. No domínio avaliativo, não existem ainda indicadores designados para a medição do nível de circularidade de uma economia, pelo que cada país avalia a sua situação através de dimensões e indicadores de proximidade.

Não obstante o quadro nacional nesta matéria ser ainda embrionário, é possível sinalizar no país um conjunto de boas práticas (ver website http://eco.nomia.pt/), cujo conhecimento, compreensão e divulgação apoia os diferentes agentes económicos a repensar/projetar os seus negócios.

Do Nordeste Transmontano, onde se situa Bragança, destaca-se a experiência da Resíduos do Nordeste - "Educar para a Economia Circular" (http://eco.nomia.pt/pt/exemplos/residuos-do-nordeste).

[38] Integra-se no âmbito dos compromissos assumidos pelo Governo Português face ao Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas.

Trata-se de um projeto que conjuga as vertentes da Educação Ambiental com as da Economia Circular, fazendo uso da experiência acumulada no âmbito da gestão de resíduos. O objetivo principal deste projeto é a implementação de ações de educação e sensibilização focadas no topo da hierarquia da gestão de resíduos (prevenção e redução, e preparação para a reutilização e reciclagem) e onde os fluxos prioritários serão os resíduos orgânicos e as embalagens, em linha com dois dos setores principais do Plano de Ação de Economia Circular da União Europeia.

Com este projeto, a Resíduos do Nordeste propõe-se dar a conhecer a existência de práticas circulares no modelo de gestão de resíduos, através do envolvimento de diversos setores, Economia, Biodiversidade e Pessoas. As ações terão múltiplas vertentes, desde as questões mais técnicas dirigidas aos serviços, comércio, agricultores e outras instituições, até à informação e sensibilização junto da população geral.

Este projeto conta com o envolvimento do Município de Bragança, nomeadamente para a promoção de ações de educação e sensibilização relacionadas tanto com a prevenção e redução de resíduos, como com a educação para a reutilização e reciclagem.

Apresentação da Campanha de Sensibilização Ambiental "Educar para uma Economia Circular", 17 julho 2018
Fonte: www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/547?news_id=2203

3.4.7. Conformidade

G4-EN29 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas no decurso da não conformidade com leis e regulamentos ambientais

O nível de conformidade (ou de não conformidade) do município é indicador da sua capacidade em garantir que as suas atividades satisfazem os parâmetros de desempenho legislados/regulamentados. Do ponto de vista económico, a garantia da conformidade ajuda a reduzir riscos financeiros diretos, por meio da aplicação de multas, ou indiretos, em função, por exemplo, de impactos para a reputação e notoriedade do município. Em algumas circunstâncias, a não conformidade pode resultar em obrigações ou outras responsabilidades ambientais dispendiosas.

Para o período em análise, não foi possível obter informação objetiva que permita perceber se o Município de Bragança foi alvo de multa ou sanção no decurso de não conformidades com leis e regulamentos ambientais.

3.4.8. Proteção Ambiental

G4-EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental

O conhecimento da dimensão e caracterização das despesas com mitigação e proteção ambiental permite que o município avalie a eficácia das suas iniciativas ambientais. Este conhecimento permite, também, fazer uma análise custo-benefício desses investimentos.

De acordo com os dados disponíveis nos Documentos de Prestação de Contas do Município de Bragança (Tabela 59), o investimento/despesas com proteção do ambiente e conservação da natureza mais do que triplicou entre 2014 e 2017.

Tabela 59 - Despesas com proteção do ambiente e conservação da natureza (Euros)

	2014	2015	2016	2017
Proteção do ambiente e conservação da natureza	**73.962 €**	**131.281 €**	**171.031 €**	**243.977 €**
Meio ambiente	12.154 €	12.168 €	45.041 €	162.983 €
Cemitérios	36.091 €	94.792 €	102.116 €	54.250 €
Higiene pública	25.718 €	24.321 €	23.874 €	26.744 €

Fonte: Câmara Municipal de Bragança

3.4.9. Avaliação Ambiental de Fornecedores

G4-EN32 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

A opção por selecionar fornecedores com base em critérios ambientais demonstra o posicionamento do município face a orientações de desenvolvimento sustentável e pode induzir comportamentos e boas práticas nos restantes agentes económicos.

Não obstante, as regras da contratação pública limitam todo e qualquer tipo de discricionariedade, pelo que nem sempre é possível assegurar que os fornecedores do município são aqueles que seguem as melhores práticas ambientais.

3.4.10. Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impacto Ambientais

G4-EN34 Número de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas através de mecanismo formal

Existem vários mecanismos para apresentação de sugestões, queixas e reclamações ao Município de Bragança. Formalmente, através dos canais disponibilizados pelos serviços municipais – diretamente ao balcão dos diferentes serviços, por telefone, por email ou através do Livro de Reclamações – ou mesmo informalmente, no contexto do diálogo entre município e munícipes.

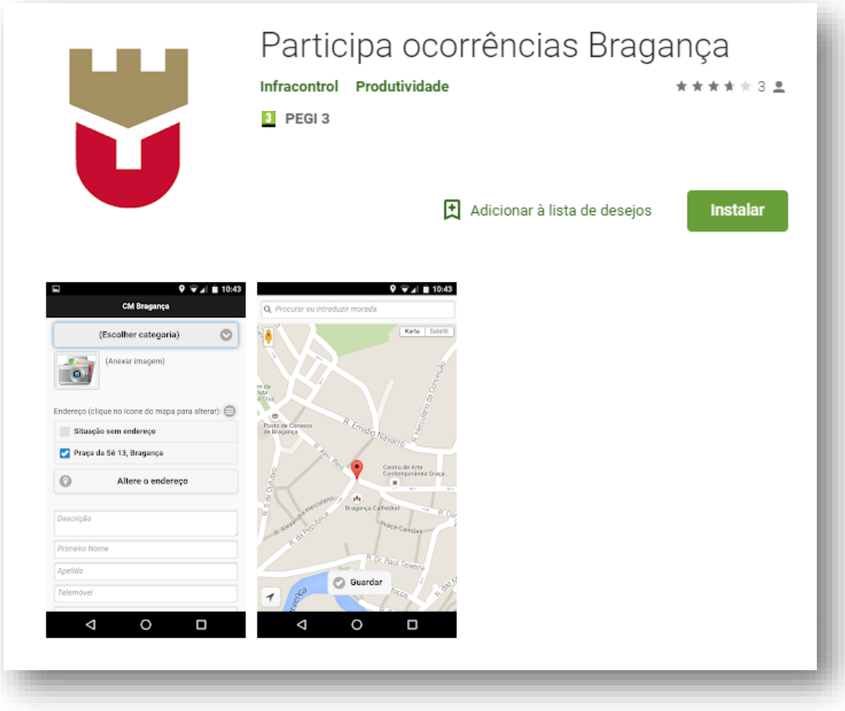
Porém, até ao início de 2018, não estava instituído um procedimento formal para o registo e processamento das sugestões, queixas e reclamações apresentadas ao Município de Bragança, o que não impedia, no entanto, que os serviços municipais não tentassem, sempre, dar o melhor seguimento possível às solicitações recebidas. Por esta razão, não é possível apresentar aqui uma análise quantitativa ou qualitativa desse fluxo de contactos e das diligências subsequentes.

A partir de 2018, o Município de Bragança passou a dispor de sistemas próprios de registo e processamento de sugestões e reclamações, por forma a melhorar a sua eficiência no tratamento, nomeadamente:

- uma App designada "Alerta Bragança"[39], para que os munícipes e visitantes possam, comodamente, reportar as ocorrências que detetem no concelho, evitando terem de se deslocar a espaços físicos ou enfrentar filas de espera.

  Este serviço, que teve início em novembro de 2015, registou até ao primeiro semestre de 2018 (informação aproximada) um total de 580 reportes, dos quais 488 se encontram finalizados. Analisando apenas o primeiro semestre de 2018, foram registados 88 reportes, dos quais 73 estavam finalizadas até final do primeiro semestre (informação aproximada). O gráfico abaixo (Figura 62) apresenta as várias categorias destes reportes.

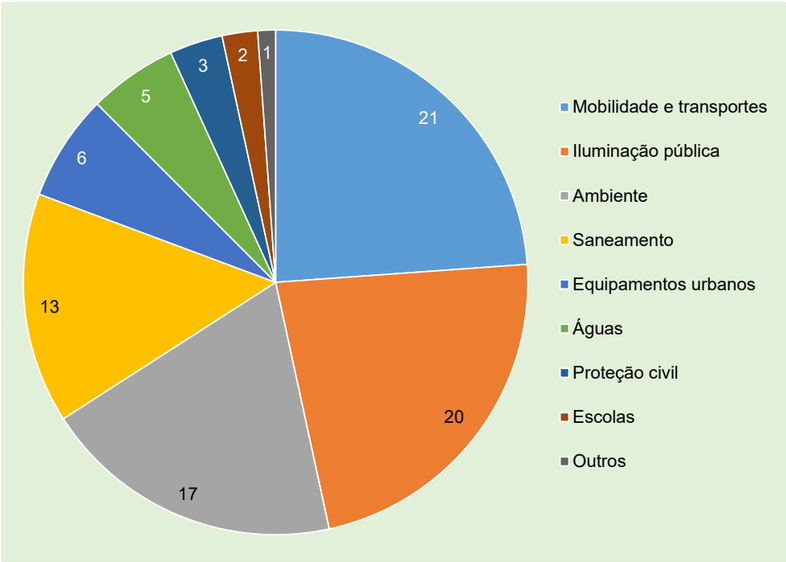
  Os reportes registados e relacionados especificamente com "Ambiente" representaram 19,3% do total. Se contabilizarmos as categorias relacionadas direta ("Ambiente") e indiretamente ("Saneamento" e "Águas") com o ambiente, esta proporção duplica, alcançando os 39,8%.



Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.infracontrol.online.braganca

[39] Para mais informação, consultar www.cm-braganca.pt/pages/647

Figura 62 - Reportes (nº) registados através do serviço "Alerta Bragança", por categoria de reporte (1º semestre 2018)



Fonte: Câmara Municipal de Bragança

- um sistema interno (SIGMA) de registo de reclamações, com um colaborador na função de "Gestor de Reclamações", que zela para que todas as queixas possam ter resolução ou resposta atempada.

  De acordo com os registos do município, durante o primeiro semestre de 2018 (informação aproximada), deram entrada 5 queixas através do SIGMA, as quais tiveram uma taxa de resposta de 100%.

- um campo no website do município[40], no qual qualquer cidadão pode, de forma célere e intuitiva, apresentar reclamações/sugestões de melhoria dos serviços prestados pelo município, reportar ocorrências, entre outros.

[40] www.cm-braganca.pt/frontoffice/pages/66

A opção do Município de Bragança em afirmar o Ambiente como uma prioridade constante está patente na análise de desempenho apresentada, assim como no traçar de um importante conjunto de objetivos e concretizações que marcam o quadriénio 2014-2017:

- transformar Bragança numa Ecocidade moderna, entendida como um ecossistema e seguindo princípios ecológicos;
- aderir ao Pacto dos Autarcas e estabelecer o objetivo global de redução das emissões de CO_2 em 20% até 2020;
- executar o "Plano de Ação para a Eficiência Energética";
- melhorar a eficiência energética e prosseguir o investimento na iluminação LED;
- aumentar a utilização e a produção de energia a partir de fontes renováveis;
- privilegiar a mobilidade sustentável e prosseguir o investimento em veículos elétricos e na mobilidade elétrica;
- integrar a "Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica";
- aderir e participar ativamente no projeto ClimAdaPT.Local;
- elaborar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
- continuar e reforçar a conservação do património natural e paisagístico;
- incrementar os espaços verdes no meio urbano, tendo aumentado a sua área em cerca de 18%, passando de 479.725 m^2 em 2014, para 565.590 m^2 em 2017;
- continuar a apostar na educação ambiental;
- continuar a merecer o galardão Bandeira Verde - ECOXXI;
- desenvolver o Brigantia EcoPark em apoio aos clusters da ecoconstrução, ecoenergia e ecoturismo.

4.

OS NOSSOS COMPROMISSOS PARA O FUTURO

Objetivo	Estratégia
ÁREA DA GOVERNAÇÃO	
Promover e consolidar uma cultura organizacional de sustentabilidade no município	♦ Investir na efetiva implementação dos compromissos resultantes do Relatório de Sustentabilidade, o que inclui a monitorização e a avaliação periódica da informação e indicadores aí destacados ♦ Garantir a monitorização e a avaliação do progresso no município, nos diferentes compromissos institucionais na área da sustentabilidade por si assumidos (p. ex. Agenda 21 Local e Pacto dos Autarcas) ♦ Publicitar os principais resultados das avaliações ou auditorias realizadas aos compromissos institucionais na área da sustentabilidade (p. ex. Agenda 21 Local e Pacto dos Autarcas) ♦ Criação de uma Equipa de Projeto responsável pela estruturação e reforço da implementação e da avaliação das diferentes ferramentas e orientações na área da sustentabilidade ♦ Criar as condições para avançar com o desenvolvimento da Agenda 2030 e, assim, adotar os princípios e as metas estabelecidos pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Promover e reforçar uma cultura organizacional de transparência e ética	♦ Garantir uma efetiva implementação dos instrumentos de gestão que visam aumentar a transparência e a ética, como seja o Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, em especial pela monitorização e avaliação dos seus resultados ♦ Publicitar os principais resultados das avaliações ou auditorias realizadas neste âmbito ♦ Manter e reforçar a transparência na relação com os munícipes e empresas pela disponibilização pública (p. ex. website do município) da informação relativa aos agentes, atividade e processos municipais ♦ Publicar no website do Município a informação atualizada considerada no cálculo do Índice de Transparência Municipal
Promover a contínua modernização e qualidade da gestão autárquica	♦ Manter e reforçar os níveis de investimento em tecnologia (p. ex. serviços municipais online) que apresente interesse público e que promova a sustentabilidade, em especial pelo aumento da acessibilidade aos serviços municipais ♦ Manter e atualizar periodicamente o Sistema de Certificação da Qualidade do Município (ISO 9001:2015)
Incrementar o investimento económico, social e cultural	♦ Manter e reforçar as parcerias estratégicas a nível concelhio com agências de diferentes áreas de atuação ♦ Implementar projetos/ações/iniciativas promotoras de um território mais inteligente, inclusivo, solidário, dinâmico, competitivo e participativo
Reforçar uma governação apoiada no conhecimento científico e em boas práticas sustentáveis	♦ Reforçar continuamente a base de evidência científica da atuação municipal, bem como promover a partilha das boas experiências concelhias em fóruns especializados, nacionais e internacionais

© Created by Freepik

Objetivo	Estratégia
ÁREA FINANCEIRA E ECONÓMICA	
Garantir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental	♦ Garantir uma efetiva execução do Orçamento delineado para a implementação da Estratégia do Executivo através de um controlo de gestão rigorosa, eficaz, eficiente, com disciplina orçamental, transparência e ética
Prosseguir e manter os esforços na redução da dívida total	♦ Continuar com a implementação das medidas necessárias à redução da dívida total
Promover uma cultura de autonomia económico-financeira	♦ Incrementar o peso relativo das Vendas e Prestação de Serviços no total de Proveitos em alternativa ao peso dos Subsídios e Transferências Estatais
Manter uma governação assente em boas práticas	♦ Promover e reforçar as medidas e procedimentos que agilizem as relações com os diversos *stakeholders*. ♦ Manter e reforçar as boas práticas comerciais, continuando a praticar um Prazo Médio de Pagamento a fornecedores bastante reduzido
Promover e reforçar uma política de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas	♦ Garantir uma efetiva implementação de um conjunto de medidas que visem a redução da emissão de Gases com Efeito de Estufa ♦ Desenvolver uma política concertada e assertiva que vise um conjunto de medidas que minimizem os efeitos negativos dos impactos das Alterações Climáticas e promova a capacitação da sociedade, em geral, para viver com os seus impactos biofísicos e socioeconómicos
Promover uma cultura de igualdade de oportunidades	♦ Garantir o cumprimento das regras de contratação pública, visando o princípio da igualdade de género ♦ Continuar a promover uma política remuneratória igualitária entre géneros e transparente
Dinamizar o investimento económico, social e cultural no concelho	♦ Definir uma política de investimentos, nas diversas áreas, assente na análise de custo-benefício associado ♦ Garantir a execução de cada investimento dentro do orçamento, prazo e produto/serviço final estipulado

Objetivo	Estratégia
ÁREA SOCIAL	
Promover uma cultura de sustentabilidade nos diferentes serviços municipais, face ao seu desempenho social	♦ Proporcionar formação aos quadros municipais na área da sustentabilidade, em especial naquilo que concerne ao funcionamento do município, de forma a envolvê-los ativamente na implementação das medidas necessárias ♦ Introduzir na realização anual dos Balanços Sociais os indicadores/recomendações de desempenho social destacados pelo Relatório de Sustentabilidade do município, com vista à sua progressiva apropriação e normalização na cultura da instituição ♦ Planear os recursos humanos cada vez mais em função da estratégia de desenvolvimento sustentável do município, em função das suas áreas de especialização académica e formação
Promover a diminuição do absentismo, atuando nas suas causas e na valorização da assiduidade	♦ Promover um conhecimento mais detalhado das características e condicionantes do absentismo, com uma atenção particular aos trabalhadores do sexo masculino, e promover as medidas adequadas à diminuição da sua ocorrência ♦ Valorizar a assiduidade, delineando e promovendo formas de reconhecimento do bom desempenho, designadamente o relacionado com a assiduidade, compatíveis com a legislação em vigor (nomeadamente com o SIADAP), por forma a discriminar positivamente aqueles que contribuem para o esforço de combate ao absentismo no município. Essa discriminação positiva poderá ser realizada mensalmente ao nível das Divisões e/ou Unidades Orgânicas
Diminuir o número e a dimensão dos efeitos dos acidentes de trabalho	♦ Promover um conhecimento mais detalhado das características e condicionantes dos acidentes de trabalho, para todos os trabalhadores envolvidos, e promover as medidas adequadas à diminuição da ocorrência dos mesmos

Objetivo	Estratégia
ÁREA AMBIENTAL	
Melhorar os procedimentos e rotinas de sistematização da informação	♦ Implementar um sistema de gestão da informação nos serviços municipais, para que o acesso à informação seja simples e rápido. Este sistema de gestão da informação poderá ser uma importante ferramenta de apoio à decisão, propiciadora de melhorias contínuas
Melhorar o conhecimento sobre os consumos do município	♦ Implementar procedimentos regulares de monitorização dos consumos do município (materiais, energia, água, …), com vista à adoção de medidas de eficiência e racionalização desses consumos (só se pode melhorar aquilo que se conhece, pelo que a categorização/ classificação como “outros” deve ser a exceção e não a regra)
Reduzir significativamente as perdas de água na rede	♦ Melhorar a monitorização e o conhecimento sobre as causas das perdas de água na rede e adotar medidas corretivas, nomeadamente desenvolver um plano de ação de combate às perdas de água na rede, tendo em conta o elevado volume dessas perdas de água
Melhorar significativamente a proporção de resíduos separados na origem	♦ Identificar e analisar as causas que justificam os baixos índices de separação de resíduos na origem e adotar medidas corretivas, nomeadamente realizar ações de sensibilização junto da população
Privilegiar, quando possível, a aquisição de produtos reciclados e/ou recicláveis	♦ Realizar ações de divulgação e sensibilização, internas e externas, para promover e incentivar o uso preferencial de produtos reciclados e/ou recicláveis
Promover sistemas e práticas locais de Economia Circular	♦ Promover a criação de um Pólo de Economia Circular em Bragança[41], assente nos princípios da partilha e reutilização (contemplando soluções como por exemplo uma “Ferramenteca” - para partilha de ferramentas, um “Repair Café” - para workshops de pequenas reparações, entre outros)
Prosseguir os esforços de implementação de sistemas energéticos mais eficientes	♦ Continuar o investimento em sistemas energéticos mais eficientes (p. ex. iluminação LED e veículos elétricos e a gás) e adotar medidas de otimização dos períodos de utilização desses sistemas (p. ex. climatização e iluminação pública)
Garantir o cumprimento dos objetivos traçados no Plano de Ação para a Energia Sustentável	♦ Realizar as medidas de intervenção e de monitorização previstas no Plano de Ação para a Energia Sustentável. Uma vez que as metas traçadas abrangem tanto o setor público como o privado, importa também realizar ações de sensibilização junto da população
Prosseguir os esforços para que Bragança continue a ser um “território verde, território amigo do ambiente”	♦ Continuar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido relativamente aos espaços verdes urbanos e às áreas naturais protegidas do concelho

[41] A título de exemplo, veja-se a experiência a ser desenvolvida pela Junta de Freguesia de Campo de Ourique, em Lisboa www.jf-campodeourique.pt/polo-de-economia-circular-de-campo-de-ourique/

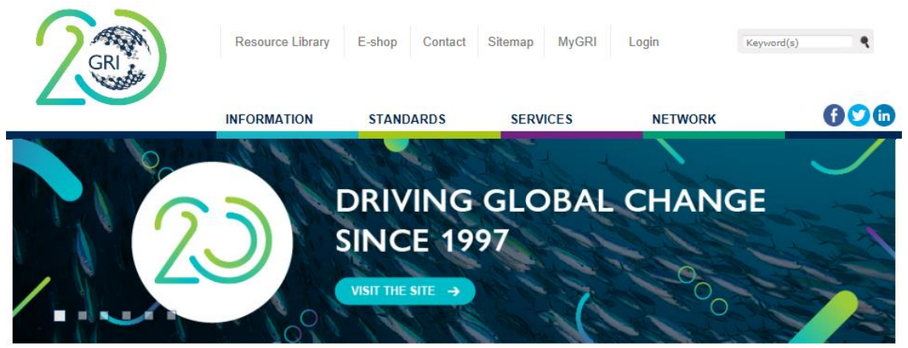
5.

O MÉTODO GRI GLOBAL REPORTING INITIATIVE

5. O MÉTODO GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE

5.1. Os Standards GRI

O Relatório de Sustentabilidade do Município de Bragança foi elaborado de acordo com os standards mais recentes da *Global Reporting Initiative* (GRI, www.globalreporting.org), designadamente a versão *G4 Sustainability Reporting Guidelines*, com o objetivo de se identificarem os temas relevantes e as expectativas das diferentes partes interessadas.



www.globalreporting.org/Pages/default.aspx

A GRI recorre a uma estrutura de indicadores, com uma linguagem coerente e padrões de medição globalmente aceites, que tornam mais fácil para as partes interessadas comparar a performance entre diferentes organizações ou de uma organização ao longo de vários anos.

A transparência sobre a sustentabilidade das atividades das organizações interessa a um vasto conjunto de partes interessadas: desde logo, neste caso, os munícipes, mas também as empresas e investidores, as associações e organizações não governamentais, os sindicatos, etc. Para satisfazer as necessidades de informação de todos estes grupos com idoneidade e transparência, recorreu-se a uma entidade externa, quer na obtenção de dados, quer no contacto com as diferentes partes interessadas.

A informação disponibilizada no relatório procura responder a todos os requisitos e indicadores sociais, ambientais e económicos essenciais da GRI, excetuando aqueles que, pela natureza e conteúdo, se tenham identificado como irrelevantes para a atividade do município. No capítulo a seguir encontra-se a tabela de correspondência GRI e as explicações sobre as limitações e omissões referentes aos indicadores.

Os temas abordados incluem os indicadores essenciais definidos pela GRI e também aqueles para os quais se conseguiu obter informação, ainda que classificados como adicionais.

Uma vez que esta é uma avaliação para um município, alguns destes indicadores, pensados numa primeira fase para a avaliação de organizações empresariais, tiveram que ser adaptados para refletirem o perfil organizacional de uma entidade pública local.

Para se perceber a abordagem às diferentes categorias de indicadores importa referir que:

- Em termos económicos, o município é responsável por garantir o eficiente funcionamento do Concelho, através do fornecimento de serviços e infraestruturas, a maior parte dos quais sem obter qualquer contrapartida em termos monetários. O investimento feito em questões sustentáveis na maioria dos casos não tem um retorno imediato, mas beneficia a economia por tornar o Concelho mais acolhedor e com melhor qualidade de vida.
- Do ponto de vista ambiental, o município deve simultaneamente dar o exemplo e monitorizar. Ser exemplo em questões essenciais como a eficiência energética, a reciclagem, a poupança e práticas amigas do ambiente. Monitorizar em áreas como a dos consumos de energia e de água, no sentido de obter respostas que por sua vez permitam efetuar mudanças para corrigir problemas.
- Socialmente, o município promove a equidade entre colaboradores e a igualdade de oportunidades. É também fundamental que melhore as competências dos seus colaboradores através da formação e de *feedback* construtivo.

Tendo em conta as especificidades próprias de uma organização como um município, procurou-se, com base nas diretrizes da GRI, desenvolver as seguintes áreas fundamentais:

Linhas Diretrizes da GRI	Capítulo(s) correspondente(s)
Parâmetros do Relatório	**1.2 e 5**
Estratégia e Análise	**1.1, 2 e 4**
Perfil Organizacional	**1.3**
Governação e Envolvimento	**3.1**
Desempenho Económico-Financeiro	**3.2**
Desempenho Social	**3.3**
Desempenho Ambiental	**3.4**

5.2. Tabela de Correspondência entre o Relatório e a GRI

O quadro que se segue sintetiza os indicadores que se aplicam e os que não se aplicam ou para os quais não foi possível obter informação.

(1) Sit. (Situação do indicador no relatório): ● Aplicável | ● Não aplicável ou sem informação
(2) Foram selecionados apenas os indicadores relevantes face ao perfil de um município

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. (1)
	ASPETOS GERAIS (2)		
G4-1	Declaração do Presidente da Câmara Municipal sobre a relevância da sustentabilidade para a sua estratégia	6	●
G4-2	Descrição dos principais riscos e oportunidades	38	●
G4-7	Perfil da Câmara Municipal	26	●
G4-13	Indicação de alterações estruturais significativas ocorridas	27	●
G4-14	Abordagem aos princípios da precaução	39	●
G4-15	Indicação de Cartas, Princípios e Iniciativas externas em que o município se envolve, subscreve ou endossa	40	●
G4-16	Indicação da participação em associações e outras organizações	42	●
G4-18	Definição de conteúdo e limites do Relatório de Sustentabilidade	8	●
G4-24-27	Envolvimento de *stakeholders*	43	●
G4-28-31	Perfil do Relatório de Sustentabilidade	9	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. (1)
	ECONÓMICA		
	Desempenho económico		
G4-EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	46	●
G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às Alterações Climáticas	57	●
G4-EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definido	61	●
G4-EC4	Transferências financeiras recebidas do governo central	61	●
	Presença no mercado		
G4-EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes	62	●
G4-EC6	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por pessoas provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	63	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. (1)
	Impactos económicos indiretos		
G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono	64	●
G4-EC8	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	69	●
	Práticas de compra		
G4-EC9	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	70	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. (1)
	SOCIAL		
	Emprego		
G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade por grupo etário e género	72	●
G4-LA2	Benefícios concedidos a colaboradores a tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou a meio tempo	75	●
G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por género	76	●
	Relações laborais		
G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se são especificadas em acordos de negociação coletiva	77	●
	Saúde e segurança no trabalho		
G4-LA5	Percentagem da força de trabalho representada em comités formais de saúde e segurança, que ajudam a monitorizar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	77	●
G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com trabalho, discriminados por género	79	●
G4-LA7	Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação	84	●
	Formação e educação		
G4-LA9	Número médio de horas de formação por ano por colaborador, discriminado por género e categoria funcional	85	●
G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos colaboradores em período de preparação para a aposentação	86	●
G4-LA11	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional	87	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. [1]
Diversidade e igualdade de oportunidades			
G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governação e discriminação de colaboradores por categoria funcional, de acordo com género, grupo etário, minorias e outros indicadores de diversidade	89	●
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens			
G4-LA13	Diferença de salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	92	●
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com práticas laborais			
G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas com práticas laborais registadas, processadas e solucionadas através de mecanismo formal	93	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. [1]
AMBIENTAL			
Materiais			
G4-EN1	Materiais utilizados	95	●
G4-EN2	Proporção de materiais utilizados provenientes de reciclagem	97	●
Energia			
G4-EN3	Consumo de energia interno ao município	98	●
G4-EN4	Consumo de energia externo ao município	98	●
G4-EN5	Intensidade energética	101	●
G4-EN6	Redução do consumo de energia	102	●
G4-EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços	102	●
Água			
G4-EN8	Consumo total de água, por fonte	105	●
G4-EN9	Recursos hídricos significativamente afetados por consumo de água	108	●
G4-EN10	Proporção e volume total de água reciclada e reutilizada	108	●
Biodiversidade			
G4-EN11	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou próximas de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	111	●
G4-EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	118	●
G4-EN13	Habitats protegidos ou restaurados	111	●

id GRI	CATEGORIA / Indicador	Página(s)	Sit. [1]
Efluentes e resíduos			
G4-EN22	Descarga total de efluentes, discriminada por qualidade e destino	119	●
G4-EN23	Quantidade total de resíduos, discriminado por tipo e método de eliminação	122	●
G4-EN24	Número total e volume de derrames significativos	124	●
G4-EN25	Quantidade de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia e proporção de resíduos transportados internacionalmente	125	●
G4-EN26	Identificação, dimensão, estatuto de proteção e valor da biodiversidade de espelhos de água e habitats relacionados significativamente afetados por derrames e drenagem de água	125	●
Conformidade			
G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas no decurso da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	129	●
Proteção ambiental			
G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	129	●
Avaliação ambiental de fornecedores			
G4-EN32	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	130	●
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais			
G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas através de mecanismo formal	130	●

[1] Sit. (Situação do indicador no relatório): ● Aplicável | ● Não aplicável ou sem informação

[2] Foram selecionados apenas os indicadores relevantes face ao perfil de um município

6.

A EMPRESA E A EQUIPA (IPI)

6. A EMPRESA E A EQUIPA (IPI)

www.ipiconsultingnetwork.com

A IPI – Inovação, Projetos e Iniciativas Lda. é uma empresa privada fundada em 1997, sendo a empresa líder da IPI Consulting Network, uma rede internacional e interdisciplinar de empresas de consultoria, atualmente presente em Portugal, França e EUA.

Ao longo da sua história, que leva já 20 anos, a experiência da IPI tem sido a base para o fornecimento de serviços de consultoria para organizações nacionais e internacionais em duas grandes áreas de conhecimento: economia - sociedade e recursos naturais - sustentabilidade.

A IPI oferece serviços diferenciados, em parceria com os seus clientes, de forma a ultrapassar as suas expectativas e a produzir resultados transformativos.

Ao unir o talento dos profissionais de todo o mundo, especialistas graduados em diferentes sectores, a IPI Consulting Network oferece soluções únicas e personalizadas.

A rede IPI permite alavancar recursos, conhecimentos e parcerias, e ser uma consultora internacional centrada no cliente.

Como um grupo de consultores internacionais, a sua mais-valia centra-se na capacidade de apresentar soluções à medida, permitindo resultados competitivos e sustentáveis.

A VISÃO

A IPI ambiciona ser a consultora escolhida pelas entidades públicas e privadas para catalisar a valorização do conhecimento e produzir resultados práticos, transformativos e duradouros para os clientes.

A MISSÃO

A missão da IPI é a de providenciar serviços avançados, por via de uma abordagem interdisciplinar e integrada, contribuindo para definir e implementar soluções eficientes e eficazes.

OS VALORES

O exercício profissional da IPI é desenvolvido segundo princípios robustos e transparentes:

- Ambição da competência e qualidade
- Garantia de compromisso total com os clientes e parceiros
- Respeito pela integridade, ética e deontologia individual e coletiva
- Procura das melhores práticas internacionais para a criação de valor

A IPI Consulting Network disponibiliza serviços com base em equipas multidisciplinares e é essa competência que impulsiona o seu sucesso. A equipa é composta por especialistas com formações diversas, nas áreas da engenharia, economia e gestão de empresas, geografia e território, sistemas informáticos, sociologia, psicologia e marketing, comunicação social e direito. A modelação funcional da equipa de projeto fundamenta-se no objetivo primordial de dar uma resposta global, rigorosa, tecnicamente adequada e eficaz aos objetivos visados. A organização e a dinâmica funcional da equipa internalizam a preocupação de adequar processos e técnicas e de mobilizar os meios necessários para realizar, em tempo útil, o projeto.

Coordenação

- Carlos Medeiros

Sub-coordenação

- António Pinheiro

Consultores

- Helena Leitão
- Inês Gomes
- Mário Barroqueiro

Bragança
Município